



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local

Bruno Miguel Capela Pires

Trabalho de Projeto para obtenção do Grau de Mestre em

Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais

(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Alcides A. Monteiro

Covilhã, janeiro de 2019

“Não é possível que a civilização ande para trás enquanto há jovens no mundo. A juventude pode ser teimosa, mas pode fazê-la avançar com uma grande distância.”

H. Keller

Dedicatória

Este trabalho de projeto representa o primeiro passo, na concretização de um dos meus sonhos, enquanto transmuntano, enquanto jovem, e enquanto sociólogo: a projeção e implementação de uma associação que, aproveitando o potencial jovem de Mirandela, impulsionasse o desenvolvimento da minha terra-natal. Desde a altura que me ocorreu esta ideia, muitos foram os obstáculos que encontrei ao longo do caminho, e muitas foram as pessoas que se riram de tal iniciativa. Porém existem também aqueles que, por outro lado, nunca desistiram de me apoiar e de me inspirar a fazer mais, para que este sonho se concretizasse. Desta forma, dedico este passo inicial:

- à minha família, em especial à minha mãe Lurdes, ao meu pai Duarte, e à minha irmã Joana que sempre tiveram a preocupação de me apoiar em tudo o que eu necessitasse, ao longo de toda a minha vida. Certamente sem eles, eu não seria o homem e profissional que hoje me tornei.
- aos meus amigos e amigas mais próximos: tanto aqueles que me acompanham durante toda a minha vida, em Mirandela, como aqueles que conheci na Covilhã, ao longo da minha vida académica.
- a toda a comunidade mirandelense que, tal como eu, pretende intervir no processo de crescimento e desenvolvimento deste concelho transmuntano. Dedico especialmente aos jovens mirandelenses que, na incerteza de conseguirem se fixar em Mirandela, vivem na angústia de possivelmente terem de abandonar a sua terra-natal, por não existirem a devidas oportunidades e condições de vida que procuram.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria, acima de tudo, de agradecer ao professor Alcides A. Monteiro, pela sua orientação, na construção deste projeto; pela enorme paciência que teve para comigo; e pelo seu grande interesse demonstrado em ajudar-me, ao longo de toda esta etapa do meu 2º ciclo do ensino superior.

Agradeço também ao restante corpo docente, do departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior, pelo magnífico trabalho realizado em transmitir conhecimentos aos futuros e futuras sociólogos(as) que, tal como eu, nasceram e cresceram nesta casa.

Para além disso, este projeto de mestrado nunca poderia ser realizado sem o contributo de entidades que prontamente se abriram para partilhar as suas noções acerca da realidade atual de Mirandela. Desta forma, agradeço à Câmara Municipal de Mirandela, à CLDS 3G de Mirandela, à Rede Social de Mirandela, e ao grupo de jovens que se voluntariou em estar presente no *focus group*.

Índice

Lista de Figuras	xi
Lista de Tabelas.....	xiii
Lista de Acrónimos	xix
Introdução	1
Capítulo 1: Enquadramento teórico	3
1.1. O Estado português e as novas práticas de governança descentralizadas.....	3
1.1.1. A criação do Estado-Providência - uma curta abordagem histórica.....	3
1.1.2. A Crise do Estado-providência Mediterrânico - o caso português.....	7
1.1.3. A batalha contra o despovoamento das regiões do interior português	12
1.1.4. A descentralização e as novas práticas de governação cooperativa/integrada em Portugal.....	15
1.2. O desenvolvimento comunitário e associativismo local jovem	22
1.2.1. O conceito de desenvolvimento comunitário	22
1.2.2. A importância do Terceiro Setor e da participação pública, no processo de desenvolvimento comunitário.....	24
1.2.3. Empoderar para a participação dos jovens.....	27
Capítulo 2: Fase Diagnóstico do Concelho de Mirandela.....	33
2.1. Metodologias de Investigação-ação.....	34
2.2. Análise documental	37
2.2.1. Caracterização e objetivos	37
2.2.2. Resultados da Análise Documental.....	38
2.3. Entrevistas semiestruturadas.....	44
2.3.1. Caracterização e objetivos	44
2.3.2. Resultados das entrevistas semiestruturadas.....	45
2.4. <i>Focus Group</i>	55
2.4.1. Caracterização e objetivos	55
2.4.2. Resultados do <i>Focus Group</i>	56

2.5. Considerações sobre Mirandela (Análise SWOT)	65
2.5.1. Realidade mirandelense	65
2.5.2. Desenvolvimento Comunitário.....	66
2.5.3. Sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo	67
2.5.4. Participação Jovem	68
2.5.5. Análise SWOT	71
2.5.6. Delimitação das prioridades	73
Capítulo 3. AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local	75
3.1. Apresentação e descrição do projeto.....	75
3.1.1. Justificação do projeto.....	75
3.1.2. Descrição do projeto.....	76
3.1.3. Características gerais.....	77
3.2. Finalidades e objetivos do projeto	78
3.2.1. Finalidades.....	78
3.2.2. Objetivos do projeto	78
3.3. Plano estratégico do projeto	80
3.3.1. Território a abranger	80
3.3.2. Público-alvo	80
3.3.3. Programa de Intervenção	80
3.3.4. Calendário de atividades.....	81
3.3.5. Recursos e organização.....	83
3.3.6. Análise e gestão do risco.....	88
3.3.7. Plano de avaliação e revisão do projeto	90
3.4. Ponto de situação e próximos passos	90
Conclusões	93
Bibliografia	95
ANEXOS	101

Lista de Figuras

Figura 1. Síntese da solução «pró-Estado» de Keynes, para ultrapassar a crise de 1929.	6
Figura 2. Variação da população residente entre 2001 e 2011 no país e nos territórios do interior	12
Figura 3. Esquema-resumo do capítulo	21
Figura 4. Oito níveis da participação dos jovens (Fonte: elaboração própria com base em Hart 1992, p.9)	29
Figura 5. Esquema-resumo de todo o enquadramento teórico.	31
Figura 6. “Espiral auto-reflexiva lewiniana”.....	36
Figura 7. Causas apontadas pelos jovens que levam à baixa participação jovem nos dias-de- hoje.	62
Figura 8. Programa de Intervenção da AJIL	80
Figura 9. Organograma (provisório) da AJIL.....	83
Figura 10. Análise de Stakeholders	87

Lista de Tabelas

Tabela 1. «The Four European Models: a Typology»	11
Tabela 2. Eixos de intervenção no desenvolvimento do interior português, descritos pelo Plano Nacional para a Coesão Territorial	14
Tabela 3. Principais traços que caracterizam a atuação da Governação Integrada	18
Tabela 4. Tabela-resumo dos principais fatores que caracterizam a demografia do concelho de Mirandela	41
Tabela 5. Algumas das principais necessidades que caracterizam a realidade social de Mirandela	41
Tabela 6. Análise documental: Sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo, no concelho mirandense	42
Tabela 7. “Como os jovens vêem o concelho de Mirandela atualmente?”	58
Tabela 8. Análise SWOT do Concelho de Mirandela	71
Tabela 9. Objetivos (gerais e específicos) da AJIL	78
Tabela 10. Plano de calendarização de atividades da AJIL	82
Tabela 11. Quadro (provisório) de Recursos Humanos da AJIL	84
Tabela 12. Quadro (provisório) de Recursos Financeiros da AJI	84
Tabela 13. Lista (provisória) de Stakeholders da AJIL	85
Tabela 14. Recursos dos Stakeholders	87
Tabela 15. Avaliação de riscos (análise preliminar)	88
Tabela 16. Calendarização das próximas etapas de implementação da AJIL, para 2015	91
Tabela 17. Tabela de resultados da entrevista à Rede Social de Mirandela	111
Tabela 18. Tabela de resultados da entrevista à CLDS 3G de Mirandela	116
Tabela 19. Tabela de resultados da entrevista à Câmara Municipal de Mirandela	121

Resumo

Ao longo dos estudos que englobam as políticas sociais, em Portugal, falar em crise de Estado-providência é quase incontornável. Existe uma quebra dos valores iniciais deste tipo de Estado que exigem ser corrigidos, de forma a despoletar o desenvolvimento social, permitindo assim uma maior equidade e uma maior eficiência do funcionamento das políticas públicas, em Portugal. Para tal, e tendo em conta a transversalidade de lacunas da intervenção/ação estatal, surge uma crescente necessidade em consolidar o processo de governação integrada, de forma a desencadear o desenvolvimento local. Neste sentido, a promoção de uma maior participação pública parece evidente para que tal se suceda, sendo que esta poderá vir a ser despoletada através do terceiro setor. Este surge também como uma possível resposta social que visa colmatar tais lacunas provenientes desta crise de Estado-Providência.

É neste sentido que, ao longo deste trabalho de projeto, apresento uma possível estratégia que poderá despoletar essa mesma participação, em intervir nas necessidades/problemáticas que constituem a realidade da localidade em que residem, através do associativismo e de uma maior noção de colaboração interinstitucional. Tal estratégia passa pela criação de uma entidade associativa que promove a participação e a colaboração jovem, junto de entidades locais, de forma a deterem um maior conhecimento da realidade em que se inserem. Para além disso, tal projeto associativo terá também como objetivo o desenvolvimento de um maior potencial do seu público-alvo, em intervir na criação de estratégias que colmatem essas mesmas necessidades, a nível local. No fundo, é pretendido socializar, sensibilizar e apoiar a população mais jovem a adotarem uma cultura de maior civismo e de participação na resolução de problemas locais, que o Estado não tem vindo conseguir dar resposta. Através desta proposta, é assim pretendido incentivar a governação integrada que, tal como já foi mencionado, permitirá o desenvolvimento das regiões de baixa densidade demográfica, através de um apoio institucional e voluntário à panóplia de respostas oferecidas pelo Estado-providência português. É neste sentido que nasce o projeto AJIL- Associação de Jovens para a Intervenção Local que, sendo um projeto pioneiro, será implementado no concelho de Mirandela com base numa análise detalhada à sua realidade.

Serve o seguinte trabalho de projeto para apresentar esta associação jovem, oferecendo um vasto contributo teórico, bem como um diagnóstico ao concelho de Mirandela, que sustentam a sua necessidade em implementar. Após todo este processo, apresenta-se também uma planificação da AJIL em que, por traços gerais, se apresentará toda a sua estrutura, tal como a sua forma de intervenção, no concelho mirandelense.

Palavras-chave

Crise do Estado-providência | Descentralização Política e Administrativa | Desenvolvimento Comunitário | Governança Integrada | Abordagens “*top-down-top*” | Cidadania | Participação Jovem | Associativismo Jovem

Abstract

Throughout the social political studies, in Portugal, to speak about the Welfare State crises is almost inevitable. There is a rupture of the initial values, of this kind of State, which require to be fixed, so it may generate a social development and permit a larger equity and a superior efficiency of the public politics, in Portugal. To do so and considering the transversality of the state-intervention gaps, emerges a crescent need to consolidate the process of integrated governance in order to trigger local development. In this sense, the promotion of a bigger public participation seems evident so that may happen, which can be triggered through the third sector. This sector emerges as possible social answer that portends to fill the gaps of this Welfare State crisis.

It is in this sense that, throughout this project work, I present a possible strategy which may produce that same participation, to intervene on the needs/problematics which compose the local reality in which the people reside, through the associativism and through better notion of collaboration between institutions. This strategy involves the creation of an associative entity that promotes youth participation and collaboration with local entities, in order to retain more knowledge of the reality which they live in. Furthermore, this associative project it will also have, as an objective, the development of its target audience potential in intervene on the creation of strategies that fill those same needs in a local level. It is intended to socialize, sensitize and support the younger population to adopt a culture of greater civility and participation in solving local problems, which the state is not being capable of giving answer. Through this propose, it is pretended to incentive an integrated governance which, as has been told, will permit the development of the low demographic density regions through institutional and voluntary support to the panoply of responses offered by the portuguese Welfare State. It is in this logic where AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local is born which, by being a pioneering project, will be implemented in the county of Mirandela, based on a detailed analysis of its reality.

It serves the following project work to present this youth association, giving a vast theoretical contribute, as well as diagnostic of Mirandela's county, which sustain the necessity of implement it. After all this process, it will be presented as well a planification of AJIL which, in general features, will introduce all its structure, as well its way of intervention, in Mirandela's county.

Keywords

Welfare State Crisis | Political and Administrative Decentralization | Community Development | Integrated Governance | Top-down-top approaches | Citizenship | Youth Participation | Youth Associativism

Lista de Acrónimos

AJIL	Associação de Jovens para a Intervenção Local
AMTQT	Associação Municípios Terra Quente Transmontana
CLDS 3G	Contratos Locais de Desenvolvimento Social
FIJ-1	Primeira Fase de Intervenção Jovem
FIJ-2	Segunda Fase de Intervenção Jovem
GAF	Gerência Administrativa e Financeira
INE	Instituto Nacional de Estatística
MTS/SEEF	Ministério do Trabalho e da Solidariedade/ Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PNCT	Programa Nacional para a Coesão Territorial
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
Rep.	Representante

Introdução

Portugal encontra-se, atualmente, em plena crise de Estado-providência. De forma a dar solução a essa crise, muito se discute em torno da criação de estratégias que visam o crescimento económico, menosprezando em certa medida a promoção de políticas sociais, centradas no desenvolvimento social e pessoal dos cidadãos portugueses. Para além disso, grande parte dessas decisões políticas são geradas de uma forma centralizada e generalizada, não tendo em consideração as especificidades de cada região. Neste sentido, também existe uma falha a nível de adaptação política e de intervenções realizadas, refletindo-se consequentemente numa onda de ineficiências e ineficácias, no combate a determinadas problemáticas regionais e até locais.

É neste sentido que o surgimento de um processo de governação integrada, com base num sistema político descentralizado, e que despolete o desenvolvimento comunitário, ganha uma enorme pertinência. Para tal, a maior participação pública é um pré-requisito essencial, e uma prática que terá de ser desenvolvida especialmente entre a população mais jovem. Pois ao insemear uma cultura mais participativa nestes indivíduos, estes irão adotar uma postura de maior preocupação e civismo, dentro das regiões em que residem. Consequentemente, a médio-longo prazo, surgirá o fenómeno da governação integrada, onde a população local (mais participativa) terá a maior preponderância em colaborar junto das entidades reguladoras, num processo de “*top-down-top*”.

Tendo em conta todo este enquadramento teórico, e conforme os resultados de um curto diagnóstico local, desenvolvido ao longo deste trabalho de projeto, será realizado o planeamento de uma associação, em Mirandela. Tal associação, denominada por AJIL- Associação de Jovens para a Intervenção Local, para além de intervir junto das necessidades locais sinalizadas, terá como fundamento o envolvimento dos jovens mirandelenses, na intervenção/resolução dessas mesmas problemáticas deste concelho transmontano.

Assim sendo, este projeto estará dividido em três grandes etapas/capítulos. Numa primeira fase onde se apresenta todo o fundamento teórico deste projeto associativo, e que alicerça a necessidade de promover o desenvolvimento comunitário, bem como o associativismo jovem, nas regiões de baixa densidade populacional. Posteriormente, a análise passará de uma escala macro para uma escala micro, na medida em que será abordado o caso específico do concelho de Mirandela. Neste sentido será realizado um diagnóstico que possibilita tanto comprovar o que fora abordado ao longo de toda a teoria, bem como fundamentar a necessidade de intervenção da AJIL. Por último será feito o planeamento deste mesmo projeto associativo, de forma a que futuramente possa ser implementada, no concelho de Mirandela.

Podemos assim resumir os objetivos principais deste projeto, da seguinte forma:

- a) Abordar, teoricamente, a necessidade em implementar estratégias políticas que visam a convergência de uma governação integrada, com uma maior descentralização política e administrativa;

AJIL – Associação de Jovens para a Intervenção Local

- b) Fundamentar, também teoricamente, a importância do associativismo e envolvimento da população jovem, em assuntos de índole comunitário;
- c) Realizar um breve diagnóstico social, em Mirandela, que aborde a realidade dos temas explorados, no enquadramento teórico;
- d) Conforme as necessidades sinalizadas no diagnóstico, bem como as ilações retiradas de todo o corpo teórico, concretizar o planeamento do projeto associativo AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local.

Capítulo 1: Enquadramento teórico

1.1. O Estado português e as novas práticas de governança descentralizadas

Na medida em que se pretende realizar um projeto associativo que visa o reaproveitamento do potencial jovem, em prol do desenvolvimento local e comunitário, torna-se necessário ir ao fundo da questão, e esmiuçar as causas da inexistência desse fenómeno em Mirandela. Para tal, a pertinência em discutir a formação do providencialismo estatal, bem como a crise que atualmente paira sob ela, torna-se crucial para compreendermos qualquer lacuna na intervenção do Estado em gerar o bem-estar de toda a população mirandelense.

Torna-se, da mesma forma, importante para que mais tarde, ao longo deste enquadramento teórico, consiga discutir a razão pelo qual o Estado português se tenha que descentralizar, para acompanhar a promoção de uma governação mais cooperativa e integradora. De uma forma sumariada, e tal como irei aprofundar mais tarde, esta é a minha base teórica para a fundamentação desta associação juvenil, interventora no desenvolvimento local: a combinação de uma descentralização política e administrativa, com a participação voluntária de toda e qualquer organização de base comunitária (no caso do meu projeto, de jovens mirandelenses), através do terceiro setor.

1.1.1. A criação do Estado-Providência - uma curta abordagem histórica

Para compreendermos a formulação da componente providencialista, do Estado português, teremos de retroceder até à segunda metade do séc. XIX, onde as sociedades ocidentais eram já caracterizadas pela sua industrialização, aliada a um sistema económico capitalista e liberal (Mozzicafreddo 1997, p.4), desprovida de qualquer forma de segurança social. Desde a revolução industrial (séc. XVIII), na Inglaterra, a classe operária era exposta a condições de trabalho precárias, como a inexistência de seguros de trabalho, invalidez ou de doença, que existem nos dias de hoje. Tais condições surgiram quando Bismarck, em 1881, propõem a formação do Seguro Social Obrigatório, na Alemanha. Segundo Maria Duarte, “este sistema de seguros sociais aplicava-se à população trabalhadora, e visava a substituição dos rendimentos do trabalho, quando a sua perda por ocorrência de certas eventualidades.” (Duarte 1996, p.4). Por outras palavras, os trabalhadores ofereciam parte do seu rendimento, de modo a terem acesso a determinados serviços de proteção social. É desta forma que o modelo bismarckiano de «seguros sociais» se encontra nos primórdios de qualquer tipo de Estado-providência: pois foi o primeiro sistema moderno providencialista de benefícios sociais (Nogueira 2001, p.90). Com o decorrer dos anos, mais países europeus adotaram estes

mecanismos de proteção social bismarckiano, de modo a atribuir melhores condições aos trabalhadores operários (Duarte 1996, p.5).

Já mais tarde, na primeira metade do séc. XX, na sequência de grandes fenómenos económicos e políticos - nomeadamente “a crise do liberalismo, crise do colonialismo, a revolução russa, a queda do padrão ouro, a primeira guerra mundial, a crise da bolsa em 1929, ascensão do fascismo e, por fim, a segunda guerra mundial” (Cardoso s/d, p.1) - William Beveridge divulga, em 1942, o seu relatório intitulado por *Social Insurance and Allied Services*. Ao longo desta análise, relativa à organização de um sistema de Segurança Social britânico (Duarte 1996, p.5), Beveridge determinou os valores iniciais pelo qual qualquer tipo de Estado-providência se guiaria. Estes valores, centrados na cidadania, surgem no sentido de criar uma universalização da estabilidade social e económica. Assim sendo, podemos determinar que o sistema desenhado por Beveridge é caracterizado da seguinte forma (Rosanvallon 1984, p.115):

- É um sistema generalizado: de uma forma sintética, Beveridge afirmava que o sistema de seguros sociais, traçados originalmente por Bismarck, não se podiam cingir exclusivamente à população operária, mas sim a toda a sociedade. Ainda hoje, quando nos referimos aos subsídios de desemprego; reformas; Rendimento Social de Inserção; serviços de educação e de saúde públicos, estamos a falar apoios que o Estado deveria disponibilizar a toda a população, sem ter em conta qualquer tipo *status* social associado ao indivíduo. Porém, como iremos averiguar mais à frente, tal componente universalista do Estado, tem sido sistematicamente posta em causa.
- É simplista e unificado: por outras palavras, através de uma simples quota o indivíduo seria protegido contra um “conjunto de riscos que podem causar privação do rendimento” (Rosanvallon 1984, p.115). É através destas duas características, que Beveridge gera o princípio da «Compensação Nacional dos Riscos Sociais», no sentido de promover formas de proteção social, na sequência de qualquer tipo de infortúnio que impeça qualquer pessoa de adquirir o seu rendimento.
- É uniforme: as prestações pagas seriam uniformes, independentemente do rendimento dos indivíduos.
- E é centralizado: ou seja, uma única entidade que prestasse serviço público, através de uma reforma administrativa, ao regime estatal vigente nessa época.

Segundo Alfredo Barroso (2013, p.15): “Para Beveridge, apesar dos dispositivos de protecção social já existentes, quando elaborou o seu relatório, «muitos desempregados, doentes, velhos, viúvos e viúvas não dispunham de meios mínimos capazes de garantir a sua subsistência». Por isso, era indispensável alargar a cobertura social, de modo a abranger as pessoas que não beneficiavam dela e a cobrir os riscos que ainda não estavam abrangidos, aumentando ao mesmo tempo os apoios sociais destinados a erradicar uma pobreza insuportável.” (Barroso 2013, p.15). Isto permite-nos afirmar que, no fundo, Beveridge teria como principal objetivo colmatar o aumento da diferenciação social, fomentada pelas transformações societárias inerentes a uma modernidade industrial, capitalista e liberal. Neste sentido, segundo Rosanvallon: “[...] Beveridge propõem uma política social de Estado com três

objetivos: ajuda à família por meio de abonos de família, melhoria de saúde pública por meio da criação de um National Health Service, organização do emprego. O seu sistema prevê um financiamento fiscal complementar das quotizações para cobrir os riscos de saúde e os encargos familiares.” (Rosanvallon 1984, p.115).

É, portanto, possível aferir que este regime, traçado por Beveridge torna-se quase como um advento do ideal-tipo do Estado-providência, no que toca a questões relacionadas com a segurança social. Este autor acrescenta ao Estado uma componente assistencialista universal, que permite combater as desigualdades sociais, marcadas pelo capitalismo liberal característico da época moderna.

Para além de Bismarck, através dos «seguros sociais», e de Beveridge, através de uma abordagem mais centrada na cidadania e no combate à diferenciação social, surge um outro teórico que ofereceu um enorme contributo ao desenvolvimento do Estado-providência: John Keynes.

Keynes teve um papel crucial na reforma do papel de grande parte dos Estados europeus, após a grande crise dos anos 30. Ainda hoje os seus contributos à formação do Estado-providência, não passam despercebidos. Ora, com a grande depressão de 1929, o sistema capitalista entrou em colapso e, como consequência, a taxa de desemprego disparou. As famílias começaram a poupar cada vez mais, na esperança que a «mão invisível»¹ dos mercados reestruturasse o funcionamento pleno do capital. No entanto, e tal como nos mencionaria Keynes, poupar não foi suficiente para melhorar as condições precárias da população.

É nesta sequência que, na sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*², Keynes contradiz a teoria clássica da economia, negando a virtude da poupança, e atribuindo-lhe um sentido pejorativo, ao caracterizá-la como um «vício». De uma forma sintética, Keynes propunha estimular a atividade económica, através de da criação de emprego. Só com o aumento da taxa de empregabilidade, é que a estabilidade económica e social surgiria (Rosanvallon 1984, p.40). Para tal, Keynes determina uma equação, que permitiria contornar as carências sociais e económicas, consequentes à crise de 1929: *Criação de Emprego = Aumento do Investimento Público + Aumento do Consumo*. Por outras palavras, a teoria de Keynes estipulava a criação de mais postos de emprego, de modo a que o investimento público pudesse ser maior, pois os indivíduos teriam mais poder económico e subsequentemente um maior espaço de manobra para poder serem taxados. Em teoria, tais taxas serviriam para posteriormente o Estado fazer a redistribuição de serviços públicos e consequentemente oferecer melhores condições de bem-estar. Por outro lado, com o incremento do bem-estar público, e com existência de uma maior empregabilidade, os indivíduos seriam também dotados de um aumento do consumo, trazendo também benefícios ao próprio capital.

¹ Expressão utilizada por Adam Smith, em 1776, de modo a explicar a ordem funcional dos mercados capitalistas (Prado, 2006:49-50)

² Keynes, J. (1936). «A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda – Inflação e Deflação». Nova Cultura.

É neste sentido que o autor propõe empoderar o Estado com um papel mais ativo nas questões sociais e económicas nacionais (Mozzicafreddo 1997, p.8) De seguida apresenta-se um esquema que sintetiza toda a estratégia política que Keynes propõe, para que o Estado seja capaz de estimular a atividade económica, a nível nacional, e permitir a saída da crise dos anos 30 (Mozzicafreddo *in* Duarte 1996, pp.7-8):

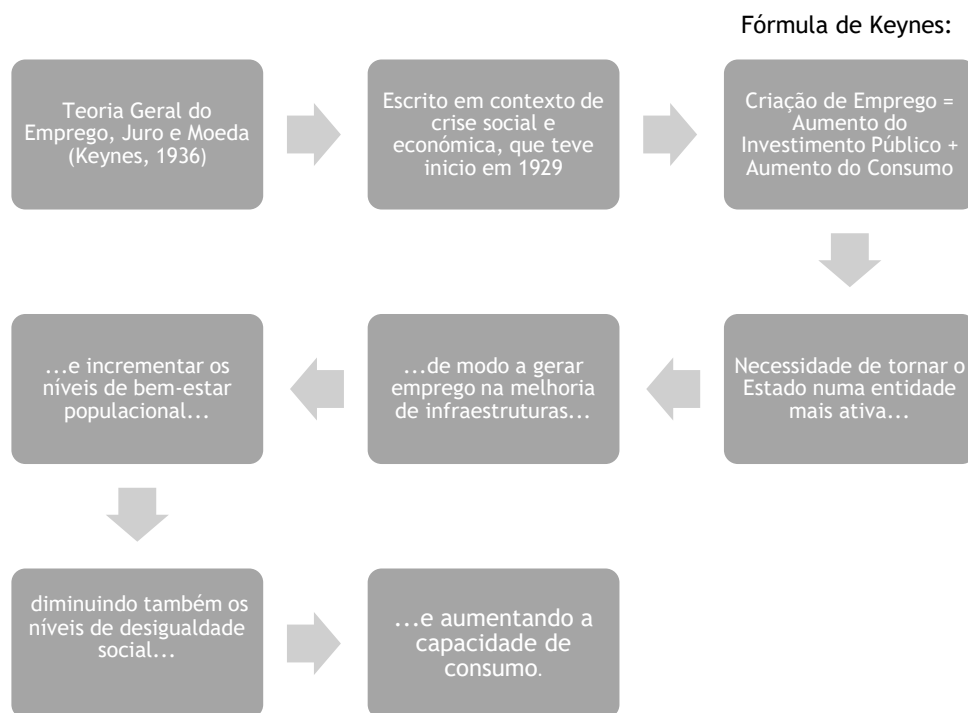


Figura 1. Síntese da solução «pró-Estado» de Keynes, para ultrapassar a crise de 1929.

Constata-se assim o contributo de Keynes para a formulação do Estado-providência: um tipo de Estado que, originalmente, teria como objetivo intervir na regulação e mediação dos conflitos entre o Trabalho e o Capital, promovendo assim não só o bem-estar da população, mas como também o crescimento dos mercados. Pois tal como afirma Maria Duarte: “O intervencionismo do Estado na economia, vai ter segundo Keynes, reflexos na eficácia económica e no progresso social, que caminharão a par.” (Duarte 1996, p.8). Porém, tal como iremos verificar de seguida, este funcionamento de Estado-providência era adaptado às problemáticas que giravam em torno da crise de 1929, pelo que a sua eficácia não assenta, na totalidade, nas realidades económicas e sociais atuais (Duarte 1996, p.8).

Ainda assim, podemos concluir, que tanto os contributos de Beveridge e de Keynes foram igualmente cruciais para a formação do Estado-providência, como hoje o conhecemos (Barroso 2013, p.96). Não esquecendo também a ideologia bismarckiana, que serviu como catalisador para o surgimento das teorias de ambos os autores referidos.

Assim surgiram as principais linhas teóricas que permitiram a criação do Estado-providência. Entidade essa que Asa Briggs (1961) define, determinando três objetivos principais: “Um “estado de bem-estar social” é um estado em que o poder organizado é deliberadamente usado (através da política e administração) num esforço para modificar o jogo

das forças de mercado em pelo menos três direções - primeiro, garantindo aos indivíduos e famílias uma renda mínima independente de o valor de mercado do seu trabalho ou da sua propriedade; segundo, estreitando o grau de insegurança, permitindo que os indivíduos e as famílias atendam a certas “contingências sociais” (por exemplo, doença, velhice e desemprego) que, de outra forma, levam a crises individuais e familiares; e terceiro, garantindo que todos os cidadãos, sem distinção de status ou classe, recebam os melhores padrões disponíveis em relação a uma determinada gama de serviços sociais.” (Briggs 1961, p.14). Ora, ao longo desta extensa definição, tornam-se visíveis os contributos dos autores mencionados anteriormente, nomeadamente através da capacidade que o Estado tem em regular e mediar o funcionalismo dos mercados e da coesão social, tentando gerar um equilíbrio entre ambas as partes.

No subcapítulo que se segue, será focalizado o caso do Estado-providência português, de modo a que seja possível analisar as problemáticas que giram em torno dele, e que nos levam a falar em Crise do Estado-providência. Tudo isto será necessário para que mais tarde possamos devidamente determinar e explorar as causas que me levam a realizar um projeto associativo jovem, em Mirandela, e que se fundamentam em lacunas interventivas do Estado-providência português. Para além disso, a contextualização que se segue, torna-se de igual modo imprescindível para discutir fenómenos políticos e administrativos mais recentes (nomeadamente a descentralização administrativa e a governação integrada), que vão também de encontro à fundamentação do meu projeto.

1.1.2. A Crise do Estado-providência Mediterrânico - o caso português

Anteriormente averiguamos, muito sucintamente, a formulação do Estado-providência. Porém, não existem países que sigam exatamente as mesmas estratégias políticas, pois cada caso difere conforme as suas circunstâncias económicas, sociais e ambientais distintas. Por outras palavras, não podemos determinar que existe um só tipo de Estado, com características providencialistas, quando existe um vasto leque de mecanismos que determinam a forma como esta entidade atua, e que varia de país para país, de cultura para cultura. Graças a essas variações, Esping-Andersen determina três modelos de Estado-providência: o liberal, o corporativista, e o social-democrata (Esping-Andersen 1990, pp.108-111). Para tal, o autor baseia-se na forma como o próprio Estado enxerga e interage com o mercado, ou seja, se o apoia ou se o substitui. De seguida apresentam-se, de uma forma concisa, os três modelos de Estado-providência, descritos por Esping-Adersen. Posteriormente iremos constatar que tal abordagem tripartida torna-se também insuficiente, face à vasta diversidade de características que constituem as várias esferas políticas de cada país.

Por um lado, o modelo liberal (ou anglo-saxónico) não mitiga a atuação de entidades privadas, como pudemos constatar ao longo da exploração dos clássicos do Estado-providência. Tal como Esping-Andersen afirma: “O Estado, por sua vez, encoraja o mercado, tanto passiva - ao garantir apenas o mínimo - quanto ativamente - ao subsidiar esquemas privados de previdência.” (Esping-Andersen 1990, p.108). Como consequência, os benefícios sociais acabam por ser mais limitados, colocando assim em causa a universalidade assistencialista do Estado-

providência. Acontecimento que se deve ao facto de tais benefícios deixarem de ser um direito de toda e qualquer faixa populacional, passando a ser exclusiva de estratos sociais que consigam pagar por tais direitos sociais. No fundo, é um Estado em que a sua ação social é residual. Desta forma, é feito um menor investimento na proteção social, e um maior investimento na criação e desenvolvimento do capital. Por outro lado, o modelo continental (ou corporativo) vai muito de encontro às ideias iniciais de Bismarck, já faladas de anteriormente neste trabalho de projeto. Por outras palavras, neste modelo, os benefícios sociais são assegurados pela contribuição monetária da população ativa, inserida no mercado de trabalho - os contribuintes - (Andersen 2012, p.6). Podemos assim afirmar que, neste tipo de Estado, é feito um maior investimento em políticas de proteção social, através do lucro contributivo. Para Jorgen Andersen (2012), “[...] existe reciprocidade entre contribuições e direitos. O rótulo “Conservador” é consistente com o fato de que esses sistemas não visavam à igualdade, mas à segurança (de acordo com a posição das pessoas na hierarquia social).” (Andersen 2012, p.6). Por outro lado, ao contrário do modelo anterior, este já não atribui uma coadjuvação tão acentuada nos apoios prestados ao setor privado. Por fim, o último modelo apresentado por Esping-Andersen, é o social-democrata (ou universalista). Ao contrário dos outros dois tipos de Estado-providência, este terceiro vem no sentido priorizar a criação de políticas públicas que visem o incremento dos níveis de coesão social, de uma forma universal. No fundo, este modelo visa proporcionar uma melhor qualidade de vida e de bem-estar, através dos impostos deduzidos pelos contribuintes, que serão redistribuídos em formas de políticas sociais (Esping-Andersen, 1990). “Como nos Estados-providência corporativistas - e ainda mais - a cobertura no que se tornou estados de bem-estar universais foi gradualmente estendida a toda a população. Direcionar os pobres era economicamente necessário desde o início, mas a divisão entre um modelo universal e residual ocorreu décadas depois e era uma questão de escolha política.” (Andersen 2012, p.6).

Ao longo da explicação destes três tipos de *welfare states*, Esping-Andersen baseia-se no conceito de «desmercadorização», definido por Karl Polanyi (1944), como sendo o principal fator diferenciador entre as políticas recorridas em cada um destes Estados. Segundo o autor, este fenómeno caracteriza-se como sendo: “o grau segundo o qual aos indivíduos ou às famílias é possível manter um nível de vida socialmente aceitável, independentemente da participação no mercado” (Esping-Andersen *cit. in* Nascimento 2013, p.29). Um outro conceito, também recorrido por Esping-Andersen, é o de «cidadania social», descrito por Marshall (1950), de modo a explorar a componente redistributiva dos direitos sociais e económicos, que reproduzem a essência da criação dos Estados-providência. Tal componente baseia-se em modelos ideais típicos de políticas sociais que Titmuss (1974) pré-determina, e que geram a base de todas as abordagens políticas feitas pelos três tipos de Estado-providência, descritos anteriormente (Matos, 2014).

De uma forma ainda mais abreviada, César Nascimento (2013, p.29) descreve os três modelos da seguinte forma: “O modelo anglo-saxónico, ou “corporativo”, é caracterizado por regimes de proteção segundo o estatuto profissional e por uma proteção elevada dos

funcionários públicos. O escandinavo, ou “social-democrático”, apresenta acesso universal, com prestações igualitárias e serviço de apoio às famílias “desmercadorizadas”. No modelo continental, ou “corporativo”, os regimes de proteção variam consoante o estatuto profissional, sendo que a proteção social dos funcionários públicos é elevada” (Nascimento 2013, p.29).

Contudo, esta tríade de Estados-providência, descrita por Esping-Andersen, foi já foco de algumas críticas. Tais contestações enquadram-se nos seguintes aspetos: a) nas transformações ocorridas, no seio familiar, fruto da entrada da mulher no mercado de trabalho; b) na forma como cada Estado teve origem e se estruturou, conforme as suas bases socioculturais e históricas; c) tem como base idealista de Estado-providência, o modelo social-democrata, chegando ainda assim a ser demasiado etnocêntrico; d) ao empregar o conceito de desmercadorização, de Polanyi, Esping-Andersen despreza automaticamente a importância que o Estado tem, para com o mercado de trabalho, em prol da produção do bem-estar social.

Tendo em conta esta série de críticas feitas à categorização dos Estado-providência, de Esping-Andersen, mais recentemente tem-se tido uma crescente consideração pela existência de outros modelos. Um deles é o Estado que caracteriza os países do Sul da Europa (nomeadamente Portugal, Espanha, Grécia e Itália). De modo a compreendermos a crise que circunscreve Portugal, torna-se necessário analisar a génese deste tipo de Estado-providência, de modo a contemplar os contextos em que as estratégias políticas atuais assentam. É no seio desta curta exploração que pretendo, posteriormente, explicitar a pertinência da criação de «Práticas de Governança Descentralizadas e Comunitárias»³, através do terceiro setor, que determinam a importância de recorrer a este projeto associativo, a nível local.

Ao longo de grande parte do séc. XX, Portugal passou por um regime ditatorial, até 25 de Abril de 1974. Durante essa época, as políticas sociais surgiam no sentido de intensificar o “modelo de família patriarcal com responsabilidade na provisão do bem-estar, associada à promoção de instituições caritativas e mutualidades.” (Matos 2014, p.9). Verifica-se assim uma desresponsabilização do Estado, em prole de estratégias assistencialistas, normalmente desempenhadas por instituições de solidariedade social que, em grande medida, eram de cariz religioso. Para além destas entidades, a família também desempenhava um papel crucial: pois como a aposta em políticas públicas não era tão significativa como atualmente (Adão e Silva, 2002), o apoio familiar era preponderante, na tentativa de ultrapassar as dificuldades quotidianas. Apesar de tudo, Salazar ambicionou criar um «Estado forte», isento do individualismo liberal, mas ao mesmo tempo limitado por uma ética que se enquadrava nos valores católicos da sociedade vigente (Cruz 1982, p.774). Por outras palavras, este político impedia a abertura do país ao mercado internacional - virando assim as costas ao liberalismo vigente - aclamando pela unidade e união do próprio Estado português. Por outro lado, este mesmo Estado teria de ser «guiado» por um código ético construído com base em valores provenientes da própria religião Católica. É por isso mesmo que, quando se fala em Estado

³ Expressão a que me proponho utilizar, de modo a congregar os conceitos de «Governança Integrada» e «Descentralização Política e Administrativa», que serão devidamente explorados nos próximos capítulos.

Novo, se ouve com frequência célebres frases tais como: “Orgulhosamente sós” e que “o Estado andava lado-a-lado com a Religião”. Pois elas sintetizam o fechamento de Portugal face ao desenvolvimento da globalização, bem como a própria utilização da religião como a salvaguarda da mentalidade conservadora da população portuguesa.

No entanto, com a queda deste regime, e com o surgimento de um governo democrático, baseado em regimes pré-existentes em outros países europeus, Portugal entrou numa nova Era política: uma Era em que o Estado passou a ter um papel mais ativo, na promoção do bem-estar da população revertendo, desta forma, a tendência familiar patriarcal, do regime prévio. Este fenómeno promoveu a introdução do Estado-providência, repercutindo também mudanças a nível de questões políticas e ideológicas (Matos, 2014, pp.9-10). É neste sentido que se averiguou uma maior envolvimento de vários grupos sociais, na construção das políticas sociais, de modo a que se mitigassem os níveis e tipos de desigualdade social incrementando, conseqüentemente, os níveis de bem-estar geral. Adão e Silva (2002, p.37) determina algumas das conseqüências da criação de um Estado-providência, em Portugal, destacando o aumento significativo das despesas sociais; a garantia da promoção de direitos sociais; e o aumento dos salários (Adão e Silva 2002, p.37).

Para além desses aspetos, um outro marco importante na criação e implementação do Estado-providência, em Portugal, surgiu em 1984 através da Lei de Bases da Segurança Social. Esta lei acaba por consolidar os valores que idealizaram este tipo de Estado, e que se encontram atualmente postos em causa - tal como veremos mais à frente -. Tais valores, como a “universalidade, unidade, igualdade, eficácia, descentralização, garantia judiciária, solidariedade e participação [...]” (Matos 2014, p.12) surgem no sentido de dar espaço à criação de um sistema democrático mais participativo e mais abrangente, no que toca ao alcance das políticas sociais, tal como se tem vindo a falar ao longo deste capítulo.

No entanto, estes valores são os pilares de qualquer tipo de Estado-providência. Pelo que, na realidade, os fatores que permitem distinguir os países do Sul da Europa dos restantes, passam pela especificidade dos contextos sociais, histórico-políticos, geográficos e culturais (Adão e Silva 2002, p.33). Estes, sendo distintos dos restantes países europeus, permitem-nos determinar que o Estado Português não se enquadra em nenhum dos outros tipos de Estado, mencionados previamente por Esping-Andersen. Pois como já foi mencionado anteriormente, este autor tinha uma abordagem muito etnocêntrica na forma como perspetivava e caracterizava os Estados-providência de cada país. No que toca aos países do Sul da Europa, Esping-Andersen não tinha uma opinião muito formada, mas descreveu que estes seriam dotados de Estados-providência corporativistas, menos desenvolvidos que os restantes Estados do mesmo tipo (Adão e Silva 2002, p.29). Claro está que, esta perspetiva encontra-se incorreta, tendo em conta os contextos sociais, políticos e económicos nacionais.

É neste sentido que, para Sapir (2005, p.6), o Estado-providência do Sul da Europa (também conhecido por “mediterrânico”) é caracterizado por uma enorme despesa social em reformas/pensões, fruto de uma demografia bastante envelhecida (Sapir 2005, p.6); uma elevada taxa de desemprego acompanhado por um frágil apoio à população desempregada; e

leis laborais bastante restritas (Sapir 2005, p.10). No que retrata a empregabilidade, no início deste milénio, os países dotados de um Estado-providência mediterrânico detêm uma elevada taxa de desemprego entre os jovens (15-24 anos) e uma taxa de empregabilidade entre a população mais velha (55-64 anos), também bastante acrescida (Sapir 2005, p.8). Como consequência de tudo isto, torna-se possível averiguar a fraca eficiência de políticas promotoras de coesão social, que caracterizam este tipo de Estado-providência. O autor também constata que a predominância de uma forte dependência das pessoas, para com um sistema que demonstra não ter sido concebido para ser sustentável. Pois tal como este refere, até ao início do séc. XX: “Há vários sinais de que os modelos continentais e mediterrâneos menos eficientes enfrentam severas restrições de sustentabilidade. [...] Um é o nível das dívidas públicas como percentagem do PIB, que tende a ser muito mais elevado nos países continentais (73%) e mediterrânicos (81%) [...] Outro é a percepção pública da globalização. [...] A proporção de pessoas que consideram que a globalização representa uma ameaça ao emprego ou tem um efeito bastante negativo sobre o emprego é muito maior no continente (52%) e no Mediterrâneo (45%).” (Sapir 2005, p.10). Estes são só dois exemplos das consequências que refletem a falta de sustentabilidade dos Estados-providência do Sul da Europa. Sendo que Portugal é um dos países com maior dívida pública, a nível europeu, e sendo também dotado de políticas públicas pouco eficazes, de forma a gerar coesão social, justifica-se a assim a crise em que este Estado-providência se encontra. Claro está que existem muitos outros fatores que o justificam. Mas tendo em conta ao ideal-tipo de Estado-providência que tenho vindo aqui a abordar, bem como estas características dos Estados mediterrânicos, que dão um grande enfoque nas questões de sustentabilidade e eficiência em promover a coesão social, podemos assim determinar que estamos ainda numa crise tanto económica, como social. Como é possível constatar na tabela que se segue, Portugal, estando enquadrado dentro da categoria de Estados-providência do mediterrânicos, não se torna dotado nem de um elevado nível de igualdade social (equidade) nem de uma eficiência do seu próprio funcionalismo (eficiência), ao contrário dos restantes modelos, assinalados por Esping-Andersen:

Tabela 1. «The Four European Models: a Typology»

		Eficiência	
		Reduzido	Elevado
Equidade	Elevado	Continental	Nórdico
	Reduzido	Mediterrânico	Anglo-saxónico

Fonte: Sapir (2005)

No caso concreto de Portugal, inúmeras são as causas que levaram à crise do seu Estado. Uma delas passa pelo fraco desenvolvimento, sentido no interior do território nacional, gerado precisamente através das causas acabadas de evidenciar. É neste sentido que promover a coesão territorial, das regiões do interior de Portugal, poderá vir a trazer enormes contributos no combate contra esta crise. Como iremos averiguar no subcapítulo que se segue, a promoção da coesão territorial desencadeia o desenvolvimento destas regiões.

Desta forma, torna-se necessário compreender quais os principais eixos funcionalistas que permitem o incremento desta mesma coesão, evitando assim as consequências inerentes ao frágil desenvolvimento.

1.1.3. A batalha contra o despovoamento das regiões do interior português

Durante grande parte do séc. XX, Portugal foi um dos Estados-nação que passou por um desenvolvimento mais tardio, à escala europeia. Tal facto levou a que se gerassem grandes transformações demográficas, no território nacional. Uma dessas transmutações passou pela centralização populacional em torno das zonas costeiras, nomeadamente Porto e Lisboa, e o esvaziamento demográfico do interior português. Segundo dados, referentes ao espaço de tempo compreendido entre 1991 e 2001, recolhidos por Ana Jacinto e Pedro Ramos (2010, p.76), “a conclusão mais evidente e relevante desta análise ao saldo migratório global é que, para o total do Interior, há migração líquida positiva correspondente a 0,69% da população de 1991.” (Jacinto e Ramos 2010, p.76). Isto significa que, apesar da mudança de regime político, da industrialização do setor económico, e da crescente urbanização, sentidos no pós-25 de abril, os portugueses continuaram a abandonar o interior do território nacional.

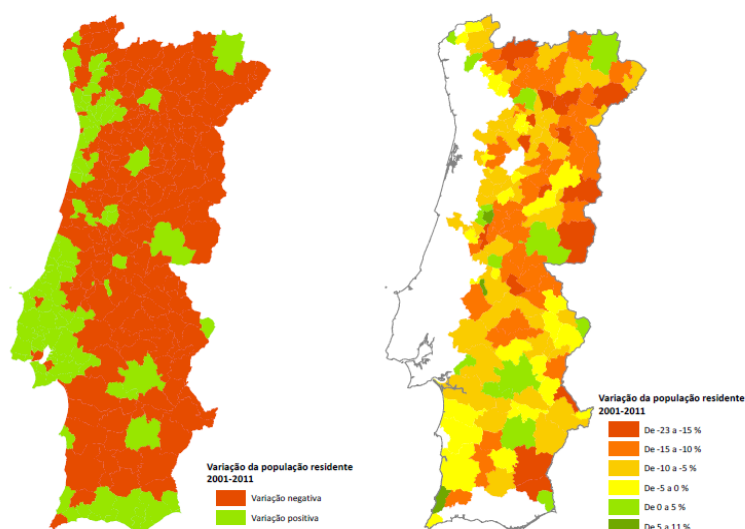


Figura 2. Variação da população residente entre 2001 e 2011 no país e nos territórios do interior

Fonte: INE, dados censitários (elaboração UMVI) - in República Portuguesa (s/d).

Através desta Figura 2, é possível comprovar-se a ocorrência do fenómeno em causa: no primeiro mapa apresentam-se a verde as regiões/concelhos onde se verificou uma variação demográfica positiva - ou seja, que teve um crescimento demográfico-; por outro lado, a cor-de-laranja verificamos quais as regiões/concelhos que perderam pessoas entre os anos de 2001 e 2011. Por sua vez no segundo mapa, é possível averiguar de uma forma mais específica e percentual a mesma variação da população em cada concelho do interior.

Ora, este fenómeno da desertificação demográfica do interior surge, em grande medida, pela constante procura de melhores condições de vida. É nesse sentido que os indivíduos emigravam (e ainda emigram) ou para as regiões do litoral - que, por serem mais urbanizadas, teriam uma maior qualidade de vida - ou para o estrangeiro - nomeadamente para países como França, Alemanha, Espanha, Bélgica, entre outros.

Associado a estes movimentos migratórios, surge um outro fenómeno: o envelhecimento demográfico do interior. Relativamente a este tema, Jacinto e Ramos determinam que “Quanto mais envelhecida está a população menos possibilidade há de haver nascimentos e maior é a probabilidade de haver mais pessoas a morrer em cada momento. [...] Nestas regiões já há mais pessoas a morrer do que a nascer.” (Jacinto e Ramos 2010, p.76). João Peixoto (s/d) reforça a tal afirmação, determinando que “A proporção da população mais jovem deverá decair mais de dois pontos percentuais, situando-se em 13,1% em 2050; a população em idade potencialmente activa deverá diminuir mais de doze pontos percentuais, passando para 55,1%; e a população idosa deverá aumentar largamente, passando a representar 31,8% da população total.” (Peixoto s/d, pp.17-18). No fundo, todo este processo torna-se um ciclo vicioso, no sentido em que a população mais jovem emigra, abandonando as regiões do interior, ficando a mais idosa a residir nesse mesmo território. Posteriormente constata-se um envelhecimento do interior e, conseqüentemente, uma menor dinamização e inovação das estruturas sociais, económicas, e políticas do mesmo. Esta falta de desenvolvimento levaria assim à continuidade deste êxodo populacional jovem (República Portuguesa s/d, pp.7-8).

É neste sentido que, na atualidade portuguesa, existe já uma maior preocupação em investir e desenvolver os territórios do interior, de forma a contrariar esta tendência desertificadora. Desta forma, estas regiões rejuvenescem demograficamente, enquanto são combatidos alguns dos grandes flagelos quer a nível social, económico ou até mesmo ambiental. De certa forma, a criação de uma maior coesão territorial poderá vir a ser uma mais-valia ao aprimoramento do funcionalismo do Estado-providência português. Pois é ao colmatar as fragilidades estruturais, das regiões do interior, que se gera o empoderamento deste território nacional - e que permite assim gerar uma maior igualdade social, bem como um maior crescimento económico, competitividade, qualidade ambiental, atratividade. Desta forma, pretende-se reforçar os principais pilares da ação do Estado, que são postos em causa nos vários distritos que constituem o interior português.

Assim sendo, recorrendo ao Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que surge no sentido de “corrigir os desequilíbrios, as diferenças, as disparidades e as assimetrias continuadas entre o litoral mais povoado, mais jovem mais rico e mais “acessível” (serviços,

equipamentos e infraestruturas), e o interior envelhecido e com menos oportunidades” (República Portuguesa 2016, p.35), pretende-se impulsionar o desenvolvimento do interior, fomentando a aposta nos seus recursos endógenos, de modo a que a médio-longo prazo se crie um maior nível de fixação demográfica, bem como o rejuvenescimento territorial e a criação de mais oportunidades.

Para tal, este programa propõe às várias entidades regionais, governamentais, empresariais, associativas, cooperativas, o aprimoramento dos seguintes eixos: a) coesão social; b) competitividade; c) sustentabilidade; d) conexão; e) colaboração (República Portuguesa 2016, pp.12-18). Na tabela que se segue, apresenta-se um resumo destes cinco eixos:

Tabela 2. Eixos de intervenção no desenvolvimento do interior português, descritos pelo Plano Nacional para a Coesão Territorial

	Explicação
Coesão Social	Surge no sentido de “Construir sistemas capazes de promover a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de serviços urbanos e rurais” (República Portuguesa 2016, p.13). No fundo, é pretendido promover uma maior justiça social, “[...] garantindo condições de acesso aos serviços de ensino, saúde, justiça, desporto, sociais e culturais [...]” (República Portuguesa 2016, p.14).
Competitividade	No que diz respeito à competitividade, pretende-se apostar “[...] na qualificação e diversificação da base produtiva existente, promovendo o reforço de competências, o estímulo e apoio a novas dinâmicas empreendedoras e o aumento da capacidade de incorporação de inovação por parte de setores e atividades estruturantes.” (República Portuguesa 2016, p.15). Por outras palavras, é presumível aprimorar, dinamizando e inovando o empreendedorismo local e regional, de modo
Sustentabilidade	Promover a sustentabilidade de uma região é também crucial para o desenvolvimento. Com ela, não nos referimos exclusivamente à qualidade ambiental, mas refirmo-nos também à valorização do património cultural, de tal forma que se recorra à sua utilização para salvaguardar a identidade de uma dada região, bem como para novos usufrutos em prol da mesma (República Portuguesa 2016, p.16). Assim sendo, é pretendido “[...] aprimorar a qualidade, a circulação em rede e a acessibilidade à natureza e à cultura nos territórios do interior. Numa gestão mais próxima dos valores culturais e naturais que conte com o envolvimento ativo das populações locais.” (República Portuguesa 2016, p.16).
Conexão	Apesar de já existirem algumas vias que interligam as regiões do interior, com as regiões do litoral, ou até mesmo com o estrangeiro, existe ainda uma carência enorme no que toca à acessibilidade digital e à criação de ferrovias, dentro deste território (República Portuguesa 2016, p.17). No que diz respeito à acessibilidade digital, estas “[...] deverão traduzir-se em novas oportunidades para a coesão, competitividade e sustentabilidade que cumpre aproveitar em prol do

	desenvolvimento dos territórios do interior.” (República Portuguesa 2016, p.17). Por outro lado, a “[...] ferrovia tem vindo a retirar-se dos territórios do interior, registando um decréscimo na qualidade de serviço prestado.” (República Portuguesa 2016, p.17), pelo que se torna uma prioridade o investimento neste setor, de modo a contrariar esta tendência.
Colaboração	Através da colaboração, promovem-se estratégias que possibilitem o contributo de intervenções multissetoriais e multidisciplinares, de forma a conferir o desenvolvimento do interior (República Portuguesa 2016, p.18). Este eixo terá uma maior eficácia aquando acompanhado de um sistema político e institucional mais descentralizado, proliferando assim uma maior “[...] qualificação e valorização do papel dos agentes relevantes presentes no território, enquanto interlocutores e dinamizadores de redes colaborativas em diferentes áreas de atuação, especialmente de políticas públicas.” (República Portuguesa 2016, p.18).

Fonte: elaboração própria com base no Plano Nacional para a Coesão Territorial, 2016

Tendo em consideração a crise, anteriormente explorada, bem como estes eixos de intervenção no desenvolvimento do interior, resta-nos compreender quais as melhores estratégias a adotar para tal fim. A descentralização política e administrativa parece inevitável, de modo a empoderar e responsabilizar as entidades institucionais locais e regionais em gerar tais estratégias, de uma forma mais direta e eficaz. Porém, como irei constatar no subcapítulo que se segue, o desenvolvimento não é só um conjunto de esforços dessas mesmas entidades institucionais, mas trata-se também de um esforço da interpolação da população em geral. Desta forma, nascem assim as novas práticas de governação cooperativa/integrada que, como veremos mais tarde, se relacionam com o conceito de desenvolvimento comunitário. Este, por sua vez, será a base de toda a intervenção deste projeto associativo, que albergará tanto a intervenção das entidades institucionais, como a intervenção populacional, em prole do desenvolvimento local.

1.1.4. A descentralização e as novas práticas de governação cooperativa/integrada em Portugal

Como já foi abordado anteriormente, de forma a que seja possível atuar sob os cinco eixos de intervenção no desenvolvimento do interior, descritos pelo PNCT, torna-se importante que se averigue uma descentralização política e administrativa, bem como uma governação integrada, de modo a que as várias estratégias concebidas assentem no vasto leque de realidades regionais e locais.

No dia-a-dia, quando falamos em descentralização, temos uma enorme tendência em enfatizar simplesmente a responsabilização das entidades governamentais e institucionais de cada região/localidade, desprezando assim um outro fator essencial: a sociedade civil. Tanto

uma como a outra, caminham lado a lado em proveito do desenvolvimento, e são mutuamente dependentes, sendo que: “[...] a descentralização é uma condição necessária, embora não suficiente, para a participação da população na gestão dos interesses coletivos, e, por outro lado, a participação é fator de viabilidade da descentralização, quando o deslocamento do poder de decisão pode ser um meio para democratizar a gestão através da participação, o que aponta para a redefinição da relação Estado e Sociedade.” (Binotto *et al.* 2010, p.188). Por outras palavras, pode-se então dizer que “A descentralização que se tenta hoje implementar deseja transferir encargos e, ao mesmo tempo, co-responsabilizar a sociedade civil na gestão pública.” (Nogueira 1997, p.8). Graças isso, recentemente tem-se falado muito em governação integrada (ou cooperativa), de forma a afirmar o conjunto de esforços que devem existir, não só por parte das entidades governamentais e institucionais, mas como também pela própria atuação da participação pública.

De modo a implementar este sistema descentralizado, no Estado e na Sociedade portuguesa, Lobo determina quatro diretrizes que facilitam todo este processo: a) Flexibilidade; b) Gradualismo; c) Transparência no processo decisório; d) Controlo Social (Lobo *cit. in* Binotto *et al.* 2010, pp.191-192).

Ora, quando falamos sobre flexibilidade, estamos a referir-nos à moldagem das estratégias adotadas para cada circunstância distinta (económica, social, ambiental, [...]) que constitui cada região ou localidade. Por outras palavras, cada estratégia política e administrativa terá de ser repensada conforme as necessidades e problemáticas existentes em cada região, de modo a que estas se tornem mais eficazes.

Por sua vez, o gradualismo diz respeito à forma progressiva com que se confere poder aos governos locais. Claro está que este procedimento não poderá cingir-se a um mero processo burocrático onde o poder central do Estado concede simplesmente as responsabilidades aos poderes locais e regionais, de um momento para o outro (Binotto *et al.* 2010, p.192). No fundo, existem obstáculos, tal como nos afirma Alcides Monteiro (2015, p.32), “decorrentes de uma cultura organizacional dominante que é excessivamente burocrática, do insuficiente grau de adesão dos dirigentes e chefias, da incompreensão ou não aceitação dos princípios do trabalho em parceria.” (Monteiro 2015, p.32). Por outras palavras, para além de existir toda esta problemática, relacionada com a burocracia dos sistemas políticos, existe também uma certa resistência à implementação de metodologias mais colaborativas, devido ao receio que os “suspeitos do costume” (Monteiro 2015, p.32) sentem em perder o seu poder, ao longo da tomada de decisões. Ora, o processo de descentralização caminha lado-a-lado com a maior participação pública. Pois quanto mais participativos se tornam os indivíduos, mais estes intervêm em tomadas de decisão política. Consequentemente este processo deixa de ser um privilégio para de um poder central, passando a ser descentralizado e repartido não só pelas entidades ligadas ao governo regional/local, mas também a outras entidades parceiras que ambicionam colaborar nos processos de desenvolvimento comunitário. Claro está que, esta participação pública acaba por ser descrito, por muitas dessas instituições governamentais, como algo desejável e ambicionado. Porém, e recorrendo novamente a Alcides Monteiro, “a

participação é bem-vinda desde que não altere o equilíbrio de forças na interação entre os planificadores e a comunidade.” (Monteiro 2015, p.33). É neste sentido essencial inseminar uma cultura mais participativas, a nível local e comunitário, de forma a que se averigüe, posteriormente, uma verdadeira descentralização do sistema político e administrativo atual.

A transparência acaba sempre por ter também um papel fulcral neste processo. Sem ela, torna-se muito mais complicado criar coerência e coesão na passagem de responsabilidades do governo central, para o governo local (Binotto *et al.* 2010, p.192). Pois “Sem a participação direta dos envolvidos, governos estaduais e municipais, nas etapas decisórias, dificilmente será possível ter o compromisso e a cumplicidade necessários para levar adiante mudanças que alterarão profundamente as regras do jogo, até então estabelecidas.” (Binotto *et al.* 2010, p.192).

Por fim, o controlo social, que surge no sentido de facilitar as relações entre as entidades responsáveis pela gestão e administração da região/localidade, com a própria população.

Em Portugal, o tema da descentralização continua a ser bastante controverso, criando-se estratégias que permitam este fenómeno, contudo o Estado continua a funcionar de uma forma em que, apesar de desconcentrar as suas responsabilidades, este permanece centralizado. Ora, desconcentrar e descentralizar são conceitos aparentemente semelhantes, mas têm significados distintos. Segundo Maria Ribeiro (2011) desconcentrar os poderes do Estado central “[...] significa multiplicar a presença do centro [...]” (Ribeiro, 2011:383), no sentido em que este redistribui pelos vários municípios a ação delineada pela administração central. Por outras palavras, não se está a desresponsabilizar o Estado central, pois as entidades governamentais locais irão simplesmente operar “[...] sob comando e controle dos níveis superiores.” (Medina, 1987:46 *in* Ribeiro, 2011:383) não lhe sendo, portanto, atribuída alguma independência em determinar as melhores estratégias a adotar para ultrapassar qualquer problemática administrativa quer seja a nível regional ou local. A esse respeito, Sérgio Buarque robustece esta diferenciação conceptual, afirmando que: “descentralização representa a transferência de autonomia e efetivo poder decisório entre instâncias, independente de se dar dentro da mesma instituição - unidades locais de órgãos centrais - ou entre instâncias diferentes - das instâncias centrais para as locais. E desconcentração representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos sem transferência da autoridade e autonomia decisória” (Buarque 1999, p.16).

É neste sentido que António Barreto (1984, p.194) determina que a centralização do Estado português surge através da ordem natural e geográfica em que se encontra inserida a organização do próprio país; da tradição histórica em que o Estado atual se desenvolveu; na própria natureza política e social, bem como cultural e ideológica, característica da população portuguesa; e por fim, de ordem económica (Barreto 1984, p.194).

Quando o autor se refere à “ordem natural e geográfica” (Barreto 1984, p.195), pretende inicialmente dar a compreender o contraste existente entre o interior e o litoral português, no que toca à abundância de recursos e às melhores condições climáticas. Pois todos

estes fatores, ao longo da construção do Estado atual, tiveram um grande impacto na geopolítica portuguesa, e que conseqüentemente levaram ao reforço da centralização do Estado. No mesmo sentido Barreto leva-nos até à época dos Descobrimentos, dando-nos a compreender que já desde essa altura a administração do próprio país era também feita de uma forma centralizada, graças ao comércio colonial que fazia de Lisboa um centro administrativo e político (Barreto 1984, pp.195-196).

Ainda atualmente, dentro destas questões políticas, o autor menciona (e reafirma o que já foi dito anteriormente) que a própria natureza política e social portuguesa se baseia nas relações de subordinação entre o poder central e o poder local, onde o próprio Governo se sobrepõem aos próprios Municípios. Como consequência disso, várias reformas municipais foram feitas de modo a reduzir o número de concelhos existentes e assim, mais uma vez, centralizando ainda mais o poder central (Barreto 1984, pp.196-198). Conclui-se assim que, a nível cultural e ideológico, Portugal nunca foi dotado de uma tradição regionalista, e logo muito dificilmente descentralizadora.

Assim sendo, de modo a transformar esta tendência, tem-se procurado promover os efeitos da descentralização através de um modelo político-administrativo denominado por Governação Integrada. Segundo Bogdanor (2005) este modelo define-se como “...uma estratégia política que procura coordenar o desenvolvimento e a implementação de políticas transversalmente a departamentos e agências, especialmente para abordar problemas sociais complexos como exclusão e pobreza, de uma forma integrada [...]. É uma estratégia que procura juntar não só os departamentos governamentais, mas também um conjunto de instituições privadas e de voluntariado, trabalhando transversalmente, tendo em vista um objetivo comum” (Bogdanor *cit. in* Marques *et al.* 2013, p.21).

Na tabela que se segue, apresentam-se uma série de objetivos que este modelo pretende trazer para o funcionalismo do Estado português, de modo a reduzir os impactos da sua crise, enquanto induz uma maior aproximação entre as entidades governamentais, de uma dada localidade; entidades associativas, empresariais, cooperativas, [...]; e a população residente (Marques *et al.* 2013, p.22).

Tabela 3. Principais traços que caracterização a atuação da Governação Integrada

a) “Tornar a governação mais focada nos resultados.”
b) “O nascimento de unidades de operacionalização de políticas (como a <i>Social Exclusion Unit</i> ou a <i>Performance and Innovation Unit</i>) no centro da governação para analisar problemas e propor soluções, livres dos interesses departamentais verticais.”
c) “O advento de serviços de governação integrada em torno de temas críticos (sem-abrigo, crianças...)”
d) “A criação de orçamentos integrados”
e) “A nomeação de ministros com portfolios transversais”

f) “A consolidação de estruturas locais de governação integrada”
g) “A criação de novas funções transversais”
h) “Aproximação integrada a áreas chave dos serviços”
i) “A criação de novas funções no staff de primeira linha de contato integrado com diferentes públicos.”
j) “Revisão regular das políticas transversais”
k) “Novas abordagens à organização da aprendizagem e do conhecimento”

Fonte: Elaboração própria com base em: Mulgan, 2005 *cit. in* Marques *et al.* 2013, p.22

Analisando estes traços, e confrontando-os com a abordagem aqui feita à crise do Estado-providência português, podemos assim afirmar que a Governação Integrada surge na tentativa de dar resposta às problemáticas originadas por essa mesma crise. Objetivos tais como as alíneas c); f); h); e i) levam-nos a justificar a necessidade de cada vez mais existir uma maior sociedade civil. Para além disso, a abordagem da Governação Integrada tem também como objetivo incrementar e aprimorar a eficácia dos serviços públicos (Marques *et al.* 2013, p.23), na resolução de problemáticas sociais mais difíceis e complexos de resolver. Dentro desses serviços públicos, a Governação Integrada poderá funcionar de uma forma multifacetada e multidisciplinar, porque para além das questões sociais, esta também alberga questões da esfera económica, ambiental, cultural, [...] (Marques *et al.* 2013, p.23).

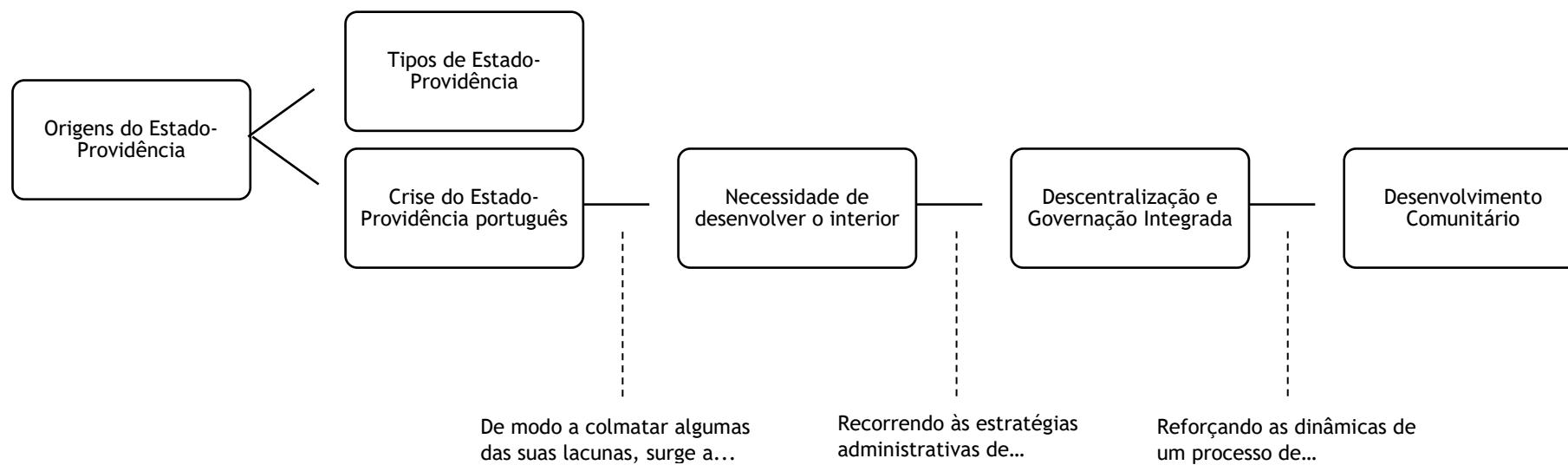
Surge assim a necessidade de conciliar estratégias *top-down* e *bottom-up*, no processo de governança, a nível local, e não optar exclusivamente por abordagens *top-down*, por parte das entidades governamentais. No fundo, torna-se crucial que as pessoas se tornem mais participativas e promotoras do desenvolvimento endógeno, das regiões do interior, de forma a promover a criação de respostas que minimizem os efeitos desta crise de Estado-Providência. Tal facto torna-se essencial para que seja possível integrar, nas políticas públicas, as perceções da comunidade local (Gomes 2017, p.24), gerando assim uma abordagem combinatória, “*top-down-top*”, que se pretende criar entre os indivíduos e as coletividades governamentais.

Tudo isto justifica a importância de um Estado mais descentralizado e baseado num modelo de Governação Integrada, a nível local. É através desta aliança conceptual que é reforçado o fenómeno de desenvolvimento comunitário, no qual se fundamenta toda a intervenção do projeto associativo que, mais tarde, será construído. Pois como será possível constatar no capítulo 1.2., este conceito vem no sentido de gerar um maior desenvolvimento local, através de uma maior envolvimento por parte dos indivíduos, na tomada de decisões, em conjunto com entidades reguladoras. No fundo, é promover a realidade endógena de um concelho/localidade, através dos esforços da comunidade e dos devidos responsáveis pela tomada de decisão. Também como será possível asseverar, de seguida, o associativismo tem um enorme papel no desenrolar de todo este processo. Pois tendo o terceiro setor a responsabilidade de colmatar determinadas falhas do Estado-Providência, ao mobilizar a comunidade a participar ativamente na criação de respostas focalizadas nessas lacunas, o associativismo surge como forma de viabilizar todo o procedimento de promoção de uma forma

de governança integrada. Através de tudo isto, é esperado consequentemente um aprimoramento das estratégias que visam o desenvolvimento comunitário.

De seguida, apresento um esquema-resumo que traduz toda a lógica seguida, neste primeiro capítulo, e que permitirá ao/à leitor(a) compreender melhor o fio-condutor que seguiremos nos próximos dois capítulos, até chegarmos ao processo de desenho e planeamento do projeto *AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local*.

Figura 3. Esquema-resumo do capítulo



1.2. O desenvolvimento comunitário e associativismo local jovem

1.2.1. O conceito de desenvolvimento comunitário

Como já foi evidenciado no final do capítulo anterior, existe uma grande necessidade de promover o desenvolvimento comunitário, através de estratégias locais que encorajem tanto a maior participação pública, de forma a despoletar uma governação integrada. Posto isto, resta-nos esmiuçar no que consiste, realmente, o desenvolvimento comunitário. Segundo Ander-Egg (1980), este tipo de desenvolvimento define-se como “[...] uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida.” (Ander-Egg *cit. in* Carmo 2001, p.4). Ao analisar esta conceptualização, torna-se possível averiguar as semelhanças existentes com o de Governação Integrada, pois ambos têm como objetivo promover o desenvolvimento, não só através das entidades governamentais, mas também através de uma abordagem em que as próprias pessoas, voluntariamente, se tornam mais participativas (Silva s/d, p.543).

No que toca à criação de comunidades, Emiliana Mangone (2008, p.3) afirma o seguinte: “Os criadores de políticas que realmente pretendem iniciar um desenvolvimento sustentável territorial têm de facilitar e melhorar a criação de “comunidades”, pois são estruturas fundamentais nas quais é importante “pensar”: elas representam a “fábrica” de um território capital humano e social (inteligência territorial).” (Mangone 2008, p.3). Com esta afirmação, a autora realça o quão importante é dar voz às comunidades, em prol do desenvolvimento, pois são elas que vivenciam as diferentes realidades existentes, localmente, e que poderão partilhar informações cruciais à implementação de soluções mais viáveis à criação do seu próprio bem-estar. É nesta sequência que Daniela Camargo (2016, p.9), com base em Arns (2010), realça que esta noção de comunidades “[...] possibilita aos atores sociais e agentes económicos incorporarem a sabedoria popular e empresarial na formulação das respostas e mecanismos (meios e modos) de implementação de ações que buscam a resolução de problemas e a melhoria da qualidade de vida do território, bem como valoriza os governos locais como representantes legítimos para liderarem, de forma compartilhada, a governança dos territórios.” (Camargo 2016, p.9). Torna-se, portanto, imprescindível incluir a população local no planeamento e tomada de decisões, pois as suas opiniões, os seus problemas, e as suas ideias, poderão vir a ser uma mais-valia em para o desenvolvimento. Esta capacidade de chegar perto das massas é o cerne de todo este enquadramento teórico, e do bom funcionamento de todo este processo de desenvolvimento comunitário descentralizado das regiões do interior.

Porém, o que se averigua atualmente é uma falta de auscultação dessas mesmas comunidades, incapacitando assim uma intervenção mais eficiente e eficaz na resolução dos problemas e das necessidades a nível local. Ora, de modo a mudar esta tendência, e a

implementar esta técnica de desenvolvimento comunitário, torna-se crucial seguir cinco etapas, tal como menciona Maria da Silva (1963, pp.547-557):

Etapa 1: “informação geral e dinamização da colectividade” (Silva 1963, pp.547-549) - Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento comunitário pretende albergar todo e qualquer tipo de entidade, coletiva ou individual, que constitui uma comunidade local. Este primeiro passo vem, portanto, no sentido informar e motivar essas entidades a colaborarem no desenvolvimento, dando-lhes a compreender que este fenómeno se torna uma mais-valia para a melhoria do seu próprio bem-estar.

Etapa 2: “Prospecção das necessidades e recursos potenciais” (Silva 1963, pp.549-553) - No fundo, esta segunda etapa caracteriza-se pela recolha de dados que proporcionem ou impeçam o desenvolvimento comunitário. Ao longo da sua análise, a autora aconselha auscultar toda a comunidade, de modo a “[...] identificar as necessidades sentidas, isto é, aquelas que a população reconhece como tais [...]” (Silva s/d, p.550). Para realizar esta análise de necessidades e de recursos existentes torna-se, portanto, necessário recorrer a uma técnica, ao qual a autor chama de «*auto-inquérito*». Tal técnica deverá “[...] conduzir a um conjunto de resultados que, regra geral, deverão ser publicados e ficar patentes a toda a população da colectividade.” (Silva 1963, p.552). Desta forma, torna-se importante que os resultados sejam devidamente partilhados com toda a população, de modo a que os indivíduos se sintam mais integrados no apoio ao desenvolvimento - e logo, mais motivados a tal-, e também para que estes se tornem uma possível fonte de soluções estratégicas para ultrapassar as várias problemáticas que pairam sob a sua localidade ou região. Conclui-se assim que o auto-inquérito permite-nos: a) consciencializar as pessoas para a necessidade do desenvolvimento comunitário; b) gerar um maior empenho na população interessada em ultrapassar as suas necessidades; c) criar fatores/elementos de solidariedade social, potenciando a sociedade civil; d) fomenta condições que permitem às pessoas cooperar entre si (Silva 1963, p.552).

Etapa 3: “Descoberta e formação dos líderes locais” (Silva 1963, pp.553-555) - Segundo Maria da Silva, existem dois tipos de líderes: os formais e os informais. Enquanto que os formais são indivíduos que assumem cargos hierarquicamente elevados, os informais são aqueles que, apesar de não terem tais ofícios, inspiram e lideram autenticamente as massas. Claro está que os líderes formais poderão também ser informais. Assim sendo, ao implementar a técnica do desenvolvimento comunitário, pretende-se intervir preferencialmente junto dos líderes informais, pois são estes que estão mais próximos das comunidades. É nesta sequência que, posteriormente, se pretende formar e desenvolver as suas competências de modo a que estes obtenham um maior conhecimento das várias áreas interventivas, que estão descritas dentro do desenvolvimento comunitário.

Etapa 4: “Elaboração de um plano” (Silva 1963, pp.555-556) - Após a informar e mobilizar a população a participar no desenvolvimento comunitário; após realizar um levantamento de necessidades e recursos existentes; e após consciencializar e preparar os líderes informais e formais para a importância desta técnica de desenvolvimento; surge a etapa em que se realiza um plano interventivo. Para tal, inicia-se pela concretização de projetos-

piloto de dimensões mais reduzidas, mas que sejam eficazes em resolver os problemas locais. Ora “A realização destes projectos dá margem, por sua vez, a que se processem simultaneamente os inquéritos e estudos indispensáveis à elaboração de planos mais vastos sem que a população se canse de esperar” (Silva 1963, p.555).

Etapa 5: “A avaliação dos resultados” (Silva 1963, p.557) - O processo de avaliação dos projetos e estratégias adotadas, deverá ser feito de forma regular, e de modo a perceber qualquer tipo de falhas procedimentais ou estruturais. Desta forma, pretende-se assim que seja possível aprimorar a sua eficiência e eficácia. Há que relembrar que esta etapa não deverá ser realizada exclusivamente com vista a rotular o projeto, mas sim de modo a encontrar soluções para a melhoria da sua intervenção.

Assim sendo, ao longo desta breve análise das etapas de implementação do processo de desenvolvimento comunitário, podemos observar que a criação de projetos e estratégias conjuntas entre a população e as restantes entidades locais, são o cerne de toda esta técnica. Verificamos também que é precisamente neste contexto que também se averigua a necessidade da descentralização e da Governação Integrada, faladas anteriormente, sendo que: a) se torna importante que as entidades públicas sejam de responsabilidade do próprio município, e não do governo central, de modo a que esta tenha a devida autonomia em atuar sob os problemas que lhe diz respeito (descentralização); b) se pretenda gerar uma maior unidade e participação, dentro das várias comunidades locais, promovendo consequentemente o desenvolvimento (Governação Integrada).

É no centro desta relação, que instituições associativas têm a sua razão de existir por serem elas que servirão como “ponte de ligação” entre as várias entidades que constituem uma determinada localidade. É desta forma que surge assim a necessidade de discutirmos o peso do Terceiro Setor no desenvolvimento comunitário, de modo a que, mais tarde, se justifique o recurso à criação deste projeto associativo, em Mirandela.

1.2.2. A importância do Terceiro Setor e da participação pública, no processo de desenvolvimento comunitário

Antes de avançarmos com a exploração deste subcapítulo, torna-se inicialmente relevante clarificar a noção de Terceiro Setor. Para José Eduardo Paes (2017), “[...] o Terceiro Setor é aquele que não é nem público nem privado, no sentido convencional desses termos; porém guarda uma relação simbiótica com ambos, na medida em que ele deriva sua própria identidade da conjugação entre a metodologia deste com as finalidades daquele. Ou seja, o Terceiro Setor é composto por organizações de natureza “privada” (sem objetivo de lucro) dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do governo (Administração Estatal).” (Paes *cit. in* Gomes 2017, p.23). Por outras palavras, esta terminologia surgiu no sentido de categorizar entidades. Ou seja: enquanto que o Primeiro Setor engloba as instituições públicas, o Segundo Setor alberga já as instituições privadas com

fins lucrativos (empresas, nomeadamente). Por último, e tal como já foi referido na transcrição anterior, o Terceiro Setor agrupa entidades privadas que não têm fins lucrativos, mas dedicam-se ao apoio voluntário da promoção do bem-estar social, apresentando assim uma complementaridade com os restantes setores (Charnet, Chamon e Camarini 2006, p.2306). No quotidiano, o Terceiro Setor é normalmente reconhecido por agregar as entidades associativas e cooperativas sociais. É precisamente acerca destas substâncias coletivas que se pretende abordar o impacto que elas trazem para o desenvolvimento comunitário das regiões do interior, de modo a que se tornem uma das ferramentas essenciais para tal fim - através das suas capacidades mobilizadoras das comunidades locais -.

Segundo Andreia de Carvalho (2015, p.7), “O associativismo é uma forma de organização da sociedade civil, na qual os cidadãos se agrupam em torno de interesses comuns com objetivos de entre ajuda e cooperação sem fins lucrativos” (Carvalho, 2015:7). É através desta definição, que a mesma autora se baseia em Viegas (2004) para aclarar também o que é uma associação, determinando-a como sendo: “[...] um grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou atividades de forma contínua, de acordo com as “regras” por eles definidas, tendo como objetivo partilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses” (Viegas *cit. in* Carvalho 2015, p.7). No fundo, o associativismo acaba por ser uma “porta-aberta” para a sociedade civil e, logo, para a maior participação dos indivíduos. Esta, é uma das chaves que dá entrada ao desenvolvimento comunitário; à Governação Integrada; e até mesmo, em médio-longo prazo, à descentralização. Assim sendo, “[...] o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e individuais.” (Cantarle *cit. in* Leonello e Cosac s/d, p.5). Compreendendo agora o significado de Terceiro Setor, Associativismo e Associação, passo a esclarecer, em concreto, de que forma é que este setor poderá auxiliar uma determinada região ou localidade, no seu processo de desenvolvimento de base comunitária.

Ora, tendo em conta toda a teoria, revista até ao momento, relativa à crise do Estado-providência português e ao processo de desenvolvimento comunitário, como possível resposta a essa mesma crise, resta-nos perceber de que forma é que o Terceiro Setor se encaixa em toda esta necessidade de proceder a um desenvolvimento das regiões do interior. Segundo o que foi mencionado acerca do associativismo, é a partir destas entidades coletivas, que se pretende unir os esforços das instituições locais e da respetiva população, de modo a cooperarem em prole da melhoria dos cinco eixos de intervenção no desenvolvimento do interior português, descritos pelo Plano Nacional para a Coesão Territorial (Tabela 2). O associativismo, neste contexto, terá um papel crucial na própria articulação deste processo de desenvolvimento, pois será através desta forma de organização, que os indivíduos se reúnem em torno dos interesses inerentes à sua localidade.

Porém, graças à crescente individualização, sentida nas sociedades desenvolvidas, e ao amadurecimento de uma solidariedade cada vez mais orgânica, a motivação das pessoas em

intervirem neste processo, tem sido bastante reduzida. Como consequência, os níveis de associativismo também diminuem, dando assim origem à «crise do associativismo» (Coelho *in* Carvalho 2015, p.17). Tal fenómeno averigua-se precisamente no contexto português, devido à reduzida participação dos indivíduos, em atividades associativas (Coelho 2008, p.10). Pois apesar do número de pessoas, a exercerem este tipo de atividades, ter aumentado substancialmente após o 25 de Abril de 1974, o próprio facto da tardia aquisição do direito ao associativismo, bem como as fragilidades do sistema político, levou a que Portugal se torna-se, ainda nos inícios dos anos 2000, no país europeu com o índice de associativismo por habitante, mais baixo (Carvalho *in* Coelho 2008, p.10).

A respeito desta questão da participação, em entidades associativas, Putnam (2002) afirma que “A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos.” (Putnam *cit. in* Leonello e Cosac s/d, p.3). Desta forma, o terceiro setor funciona como um sistema aglutinador de esforços, das várias entidades que constituem uma determinada localidade, promovendo assim uma transversalidade de bem-estar comum.

Em suma, e tal como já fora constatado anteriormente, a base de todo este sistema passa pela maior participação pública, permitindo assim com que o desenvolvimento não seja realizado simplesmente através de abordagens *top-down*, em que as entidades reguladoras são o único interveniente ativo, mas que também possam ser através de estratégias *bottom-up*, onde a própria população local colabora juntamente com as instituições administrativas.

Enaltece-se assim a importância da sociedade civil na promoção do desenvolvimento comunitário, especialmente através da intervenção associativista. Para além disso, torna-se possível afirmar que é da responsabilidade destas mesmas associações, do Terceiro Setor, motivar as pessoas a serem cada vez mais intervenientes na resolução de problemáticas que afetam a própria comunidade em que se inserem. Contudo, para que tal aconteça, torna-se necessário gerar uma cultura de maior participação que contrarie esta tendência individualista através, por exemplo, de espaços de comunicação, seminários, mesas redondas, jornais informativos (Carvalho 2015, p.18).

Uma outra estratégia que poderá fomentar, a médio-longo prazo, o surgimento de uma maior sociedade civil, passa por socializar a população mais jovem a adquirir uma postura mais interventiva em assuntos locais (Hart, 1992). No subcapítulo que se segue, irei abordar os aspetos positivos em empoderar os jovens de capacidades que lhes permitam ser mais participativos, em assuntos locais, tal como alguns fundamentos teóricos que possibilitem tal fenómeno.

1.2.3. Empoderar para a participação dos jovens

Segundo um curto artigo das Nações Unidas, intitulado de «*Youth and Political Participation*», a população jovem tem um grande potencial em gerar estratégias inovadoras, no combate a muitas das problemáticas a nível comunitário: “Eles podem ser uma força criativa, uma fonte dinâmica de inovações e, sem dúvida, ao longo da história, participaram, contribuíram e até catalisaram importantes mudanças nos sistemas políticos, na dinâmica de compartilhamento de poder e nas oportunidades econômicas.” (United Nations Youth s/d, p.1). Ainda num outro relatório das Nações Unidas (2016), encontra-se descrito: “Por meio da sua participação [...] para o desenvolvimento, os jovens têm sido os principais *stakeholders* em moldar e contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento e uso de plataformas de mídia social e novas TICs permitiram que os jovens se engajassem em maneiras novas e inovadoras no nível da comunidade, mudando ainda mais a paisagem e permitindo aos jovens maiores oportunidades de engajamento”. (United Nations Department of Economic and Social Affairs 2016, p.155). Através destes excertos, averiguamos que as potencialidades da população mais jovem têm vindo a ser cada vez mais reconhecidas, no âmbito do desenvolvimento comunitário, por conduzirem à criação de estratégias mais inovadoras e eficazes. No fundo é esperada, nesta abordagem, que os jovens colaborem entre eles e junto das entidades reguladoras, de forma a despoletarem não só o aprimoramento dos fatores endógenos de uma dada região, mas como também o seu próprio desenvolvimento pessoal (Center for the Study of Social Policy 2011, p.2). A esse respeito, podemos constatar que: “O engajamento cívico oferece aos jovens oportunidades de ganhar experiência de trabalho, adquirir novas habilidades e aprender responsabilidade e *accountability* - contribuindo ao mesmo tempo para o bem de suas comunidades.” (Center for the Study of Social Policy 2011, p.2).m

No entanto, surge a pergunta: como é que se torna possível revolucionar uma cultura que leva aos nossos jovens a serem tão conformados, face à realidade em que se situam? Para responder a tal questão, torna-se necessário compreender as causas que levam a esta faixa populacional ser tão inativa, na participação em assuntos comunitários. Existem inúmeros fatores. Entre eles sobressai-se a importância das oportunidades que são oferecidas aos jovens, no envolvimento em atividade extracurriculares que, muitas vezes, são de caráter comunitário; dos processos de socialização, bem como os próprios agentes de socialização (tanto primários, como secundários); e dos contextos socioeconómicos em que se inserem esses jovens (Center for the Study of Social Policy 2011, p.3).

Tal como já foi mencionado anteriormente, ao oferecer a oportunidade de os jovens contribuírem ativamente em atividades extracurriculares, dentro de um contexto comunitário, estaremos também a potencializar não só a inovação política e estratégia local/regional, como também estaremos a desenvolver as capacidades pessoais desses mesmos jovens e criando assim, futuramente, também adultos mais interventivos. (Center for the Study of Social Policy 2011, p.3).

De uma forma inerente a todo este processo, torna-se crucial desenvolver estratégias de socialização que permitam a esses jovens serem civicamente mais participativos. Os vários agentes de socialização, quer primários (família ou professores, por exemplo) quer secundários (*mass media*, colegas de trabalho, [...]) desempenham um papel fundamental em todo este processo. Pois sendo que qualquer individuo é socializado através da inter-relação com estes agentes torna-se, portanto, necessário forjá-los/moldá-los de forma a que produzam um impacto positivo, no incentivo à participação pública (especialmente entre a população mais jovem). Considera-se assim que “[...] Os professores de educação cívica desempenham um papel importante em ajudar os alunos a tornarem-se cidadãos ativos. Além disso, diretores de escola, membros da família, grupos de pares e partes interessadas da comunidade desempenham um papel suplementar, mas importante, em ajudar os jovens a construir a noção de cidadania ativa de uma maneira mais política”. (NG 2014, p.129). Consequentemente, podemos afirmar que a adaptação de estratégias pedagógicas que promovam o civismo, torna-se uma medida elementar para socializar os jovens a adotarem posturas mais participativas, ao longo da sua vida (NG 2014, p.129).

O grau de participação dos jovens (e da própria população adulta), torna-se também determinada pelos contextos socioeconómicos em que se inserem. Tais circunstâncias poderão tanto facilitar a adoção de atitudes cívicas, como dificultar. De certa forma, os jovens que se situam em contextos socioeconómicos mais favoráveis estarão, tendencialmente, sujeitos a um processo de socialização promotora do civismo, que poderá levá-los a serem mais participativos ao longo da sua vida. Por outro lado, os jovens que provém de origens socioeconómicas mais desfavorecidas, têm propensão a não serem tão participativos em assuntos que dizem respeito ao desenvolvimento comunitário, de uma determinada localidade. Tal facto justifica-se pela falta de oportunidades associadas às dificuldades e à precariedade em que estes jovens se encontram: “As disparidades sociais e de classe na participação cívica geralmente começam durante a adolescência de uma pessoa e são intensificadas pela falta de oportunidade de praticar a participação cívica nas suas comunidades e escolas. Por exemplo, as escolas em bairros menos privilegiados têm menos oportunidades de aprender e integrar em atividades cívicas e serviços de aprendizagem”. (Center for the Study of Social Policy 2011, p.3).

Compreendendo a inter-relação existente entre estes três principais fatores, que desencadeiam um maior ou menor grau de participação pública, resta-nos perceber de que forma é que este processo de socialização para o civismo se desenrola. Muitas são já as teorias que albergam toda a complexidade que está por detrás de todo este sistema: a) «A Escada da Participação Jovem» (Hart 1992); b) Graus da Participação (TRESSEDER, 1997); c) Caminhos para a Participação (Shier, 2001); d) «Triângulo da Participação Jovem» (Jans e Backer, 2002). De modo a facilitar a exploração do processo que fundamenta a socialização dos jovens para a participação pública/civismo, iremos focar-nos na primeira teoria aqui mencionada, que serviu de base para as restantes.

A teoria da Escada da Participação Jovem de Hart (1992), tal como o próprio nome indica, metaforiza uma escada onde o menor nível de participação se encontra mais abaixo, e

o maior nível mais acima (Esquema 3.). Tal «escada» representa o grau de participação que os jovens têm em projetos/iniciativas, e encontra-se dividida em oito «degraus», repartidas por dois grupos: nos degraus da não-participação e nos degraus da participação:

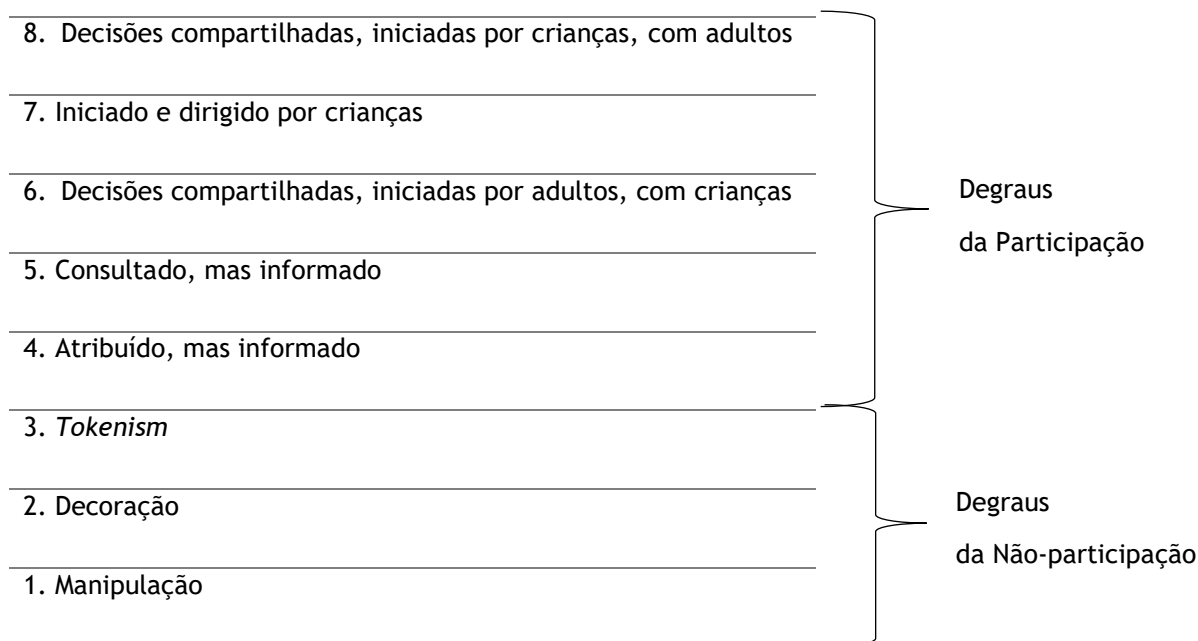


Figura 4. Oito níveis da participação dos jovens (Fonte: elaboração própria com base em Hart 1992, p.9)

Ora, no que toca ao primeiro grupo, à não-participação, podemos enumerar três níveis: a manipulação, a terapia e o *tokenism*. O primeiro nível, a manipulação, diz respeito ao que o autor considera como uma distorção do que é realmente a participação, no sentido em que os adultos levam a que os jovens participem, muitas vezes, sem que compreendam verdadeiramente a problemática em causa (Hart 1992, p.8). Consequentemente, em vez de se permitir a participação pública, cria-se um sistema em que esses detentores de poder conseguem manipular as massas mais jovens, fazendo-as crer que estão a contribuir na tomada de decisão (Hart 1992, p.10). Para justificar o segundo degrau, denominado por decoração, o autor recorre às típicas ocasiões em que os jovens vestem t-shirts de uma determinada causa, enquanto cantam ou efetuam uma dança alusiva ao fundamento dessa entidade promotora desse evento (Hart 1992, p.10). Ao contrário da manipulação, em que os adultos levam os jovens a acreditar que um determinado evento é uma iniciativa deles, a decoração leva a que simplesmente os adultos usem, de uma forma indireta, estes jovens a participar numa iniciativa já pré-concebida (Hart 1992, p.10). Quanto ao último degrau da não-participação, o *tokenism*, o autor refere: “O *tokenism* é usado aqui para descrever os casos em que as crianças aparentemente recebem uma voz, mas na verdade têm pouca ou nenhuma escolha sobre o assunto ou o estilo de comunicação, e pouca ou nenhuma oportunidade de formular suas próprias opiniões.” (Hart 1992, p.10). Por outras palavras, apesar de ser concedida um pouco mais de abertura aos jovens, estes continuam a não exercer uma participação em pleno. No

fundo, independentemente do que estas possam fazer ou dizer, no *tokenism*, os adultos continuam a manipular os jovens, mesmo quando lhes é concedida um pouco de liberdade de expressão.

A partir do terceiro degrau, Hart evidencia as várias formas de participação jovem, onde estas têm já um maior grau de compreensão da temática que gira em torno da sua intervenção e da forma como esta é organizada. Consequentemente, estes jovens passam a ter um papel mais ativo do que passivo (ou “decorativo” segundo Hart) sendo que estes, ao contrário do que se averiguou anteriormente, se tornam dotados de uma maior consciencialização do que estão a fazer (Hart 1992, p.12). Relativamente ao quarto degrau, “atribuído, mas informado”, Hart faz alusão aos casos em que os adultos integram os jovens em determinadas iniciativas, mas são eles que autonomamente reconhecem a sua importância (Treseder *in* Creative Commons 2011, p.7). Este nível de participação distingue-se do seguinte, “consultado, mas informado”, no sentido em que as iniciativas são desenvolvidas e geridas exclusivamente pela população adulta, mas a opinião/perspetiva dos jovens é auscultada e tida em consideração (Treseder *in* Creative Commons 2011, p.7). Por outro lado, no sexto degrau, tal como o próprio nome indica, surge uma maior participação dos jovens em iniciativas criadas por adultos. Neste caso, os jovens envolvem-se ao longo de todo o processo de planeamento destas iniciativas, bem como na tomada de decisão. Por fim, os últimos dois degraus da participação, segundo Hart, dizem respeito à participação plena dos jovens. Pois no que toca ao sétimo degrau, “iniciado e dirigido por crianças”, estamos a falar em iniciativas criadas, geridas e dinamizadas por jovens, sem qualquer tipo de intervenção da população adulta. Contudo, no oitavo e último degrau, a participação não se torna exclusiva dos jovens, nem manipulada somente pelos adultos. Em iniciativas que seguem este raciocínio, pretende-se que a população jovem e a adulta colaborem, no sentido em que os primeiros se tornem os principais dinamizadores, e os restantes, os seus tutores (Treseder *in* Creative Commons 2011, p.7).

É no seguimento da teoria de Hart que David Hodgson (1995) menciona cinco premissas que determinam todo o processo de *empowerment* da população jovem, dando-lhes voz e importância ao seu contributo, e consequentemente impulsionando à participação. Por outras palavras, Hodgson contribui para este enquadramento teórico, explicando quais os fatores que levam o grau de participação jovem passar dos primeiros degraus, da escada de Hart, para um dos últimos, onde esta se torna mais notável e preponderante.

Primeiramente, Hodgson afirma que os jovens têm de ter acesso às entidades detentoras de poder (Creative Commons 2011, p.7). Para além disso, os jovens terão também que ter acesso a informação relevante, que os auxilie na sua intervenção (Creative Commons 2011, p.7). Em terceiro lugar, a população jovem deverá ter a oportunidade de decidir entre várias escolhas reais, ou seja, uma maior autonomia e um menor descrédito da sua opinião (Creative Commons 2011, p.7). A quarta condição, que auxilia o *empowerment* da população em epígrafe, passa pela necessidade de haver suporte de pessoas independentes e de confiança, que os auxiliem em qualquer dificuldade. Por fim, a quinta e última condição, é a

criação de formas que permitam aos jovens contestar qualquer ocorrência ocorrente ao longo de uma determinada intervenção cívica (Creative Commons 2011, p.7).

No final deste subcapítulo, conclui-se a importância de socializar os jovens a serem mais participativos em assuntos cívicos. Como já se tinha abordado anteriormente, impulsionar esta população a participar na resolução de problemas/necessidades locais, torna-se uma mais-valia para o desenvolvimento (comunitário), e como tal, torna-se crucial também potencializar os jovens a partilharem as suas ideias. Existem vários graus de participação da população jovem, traçados por Hart, e algumas estratégias de empowerment, mencionadas por Hodgson. Tais abordagens teóricas têm um peso enorme, aquando se pretende criar uma geração de jovens (e futuramente de adultos) mais interventivos, nas questões que dizem respeito à localidade em que residem.

Conclui-se assim toda a abordagem teórica que fora feita desde o início de todo este capítulo, e que se apresenta, de seguida, no esquema 4. Trata-se de uma abordagem que alberga tanto uma componente estruturalista, como interaccionista, de modo a analisar transversalmente a problemática que gira em torno do frágil desenvolvimento das regiões do interior de Portugal.

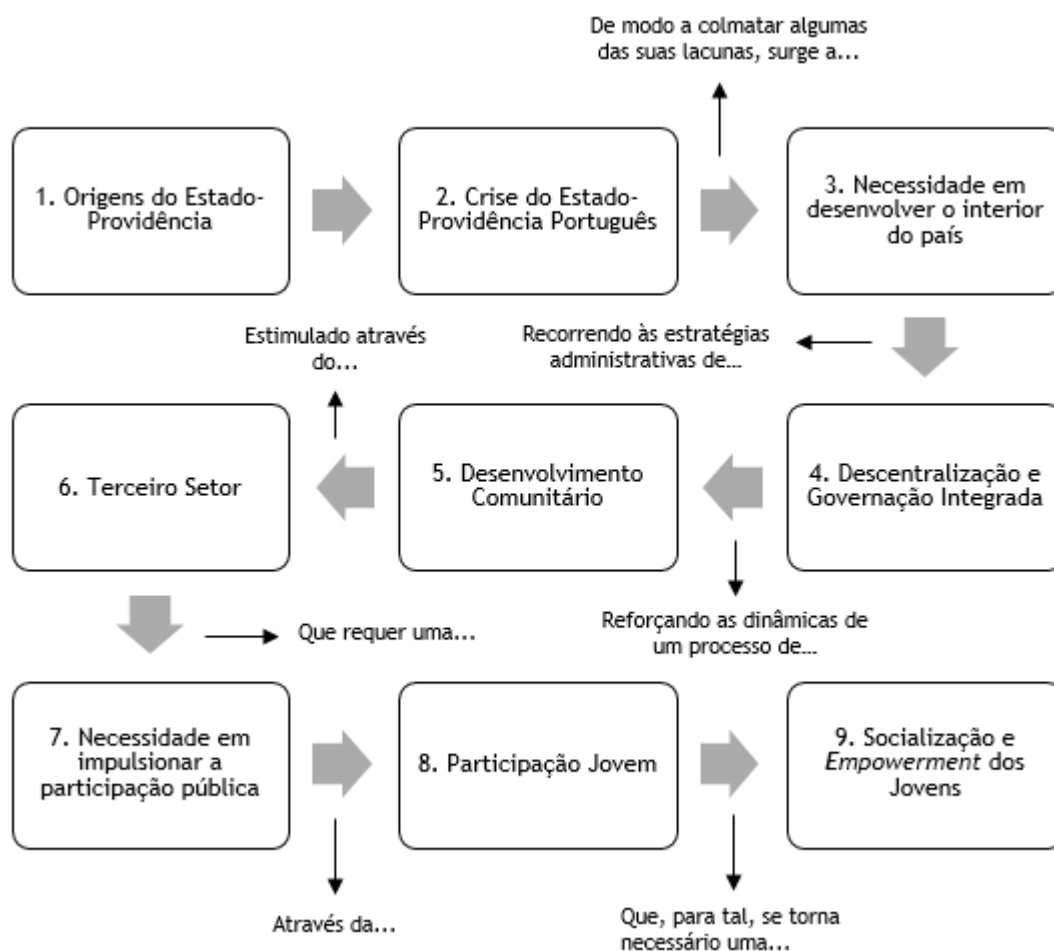


Figura 5. Esquema-resumo de todo o enquadramento teórico.

AJIL – Associação de Jovens para a Intervenção Local

No capítulo que se segue será devidamente realizado um diagnóstico desta região, procurando descrever as suas principais problemáticas e necessidades interventivas, e de modo procurar criar um projeto que assente na resolução das mesmas. Posteriormente irá ser apresentado o planeamento desse mesmo projeto permitindo assim, mais tarde, buscar enquadrar e consciencializar a população mais jovem, na promoção de um processo de desenvolvimento comunitário, em Mirandela.

Capítulo 2: Fase Diagnóstico do Concelho de Mirandela

Para conhecermos melhor a realidade do concelho de Mirandela, de modo a detetarmos as suas principais necessidades e problemáticas, a realização de um diagnóstico torna-se extremamente pertinente. Podemos constatar que o diagnóstico, tem como objetivo principal analisar a realidade de uma determinada área sociodemográfica e/ou organizacional, para posteriormente selecionar a medida/estratégia mais adequada ao combate a um determinado problema (seja ele social, económico, ambiental, cultural, político, [...]). No fundo, este processo visa a “[...] identificação, caracterização e aprofundamento dos problemas [...]” (Santos 2012, p.5) que circunscrevem uma determinada realidade. De uma forma específica, o diagnóstico também como objetivos: “Documentar em que estado está o sistema de acção face ao problema identificado” (MTS/SEEF *cit.in* Santos 2012, p.6); “identificar as questões-chave em torno das quais se podem formular os objectivos de mudança” (MTS/SEEF *cit. in* Santos 2012, p.6); e “*determinar a magnitude e importância dos problemas e as suas causalidades potenciais*” (MTS/SEEF *cit. in* Santos 2012, p.6).

Claro está que o processo de construção de um diagnóstico terá de seguir uma série de premissas que permitirá que este seja devidamente bem construído, e nos proporcione mais informações verosímeis, neste caso, sobre a realidade mirandelense. Assim sendo, este deverá ser alargado, levando a investigação a todas as áreas que se relacionam com o estudo em causa; deverá também ser aprofundado para melhor dar a compreender as problemáticas que giram em torno do objeto(s) de estudo(s); sucinto e claro, para facilitar a sua leitura; rápido de modo a que não se recolham dados que pouco auxiliam a investigação em causa; e antecipativo para analisar possíveis futuros cenários (Santos 2012, p.7).

Ora, para realizar este processo há que seguir também uma série de etapas. Inicialmente terá que se apresentar os objetivos do mesmo, devidamente acompanhado pelo plano metodológico a adotar, para a captação de dados. Segundamente, após a etapa de investigação em que se realiza a recolha de dados, estes terão que ser tratadas de forma a recolher informações cruciais para posteriormente iniciar um levantamento de problemas. Após detetados e analisados torna-se imprescindível criar projeções sobre as propensões evolutivas desses problemas, bem como os riscos que poderão trazer à comunidade. Por fim resta identificar quais serão as melhores estratégias a adotar, para colmatar esses mesmos riscos, organizando-as conforme as prioridades interventivas (Santos 2012, p.8). De certa forma, podemos enquadrar a formulação de um diagnóstico em quatro fases: a) exploratória; b) descritiva; c) explicativa; d) prognóstica (Santos 2012, p.15).

Realizar um diagnóstico local, albergando a enorme transversalidade de áreas que caracterizam um concelho, seria um processo bastante demoroso e, de certa forma,

desnecessário para analisar o ponto de situação da participação jovem e associativismo, em Mirandela, mencionadas ao longo do enquadramento teórico. Assim sendo, ao longo deste segundo capítulo, será concretizado um diagnóstico focalizado, essencialmente, na análise de ambas estas temáticas, recorrendo à análise documental; a entrevistas semiestruturadas; e ao *focus group*. Através das informações recolhidas ao longo desta análise, serão salientados os principais obstáculos à participação pública da população jovem, de modo a que se crie um projeto que se adapte às circunstâncias locais e possibilite quebrar com esses mesmos obstáculos. Tal como será posteriormente abordado mais afincadamente, nos próximos subcapítulos, os objetos de estudo irão variar entre vários diagnósticos locais; opinião de entidades reguladoras envolvidos nas questões sociais (Câmara Municipal de Mirandela; CLDS 3G de Mirandela; Rede Social de Mirandela); e um grupo constituído por jovens que estejam a residir no concelho de Mirandela.

2.1. Metodologias de Investigação-ação

Ao longo da criação de um diagnóstico social, torna-se incontornável realizar trabalho de investigação que nos permita obter um maior conhecimento acerca da realidade social em causa. Com a recorrência a esta forma de análise, e posteriormente à criação de um projeto associativo, que responda às necessidades captadas em Mirandela, podemos determinar que este projeto se enquadra num quadro metodológico de investigação-ação.

Esta metodologia, para Coutinho *et al.* (2009), “[...] pode ser descrita como uma família de metodologias de investigação que incluem simultaneamente ação (ou mudança) e investigação (ou compreensão), com base em um processo cíclico ou em espiral, que alterna entre ação e reflexão crítica, e em que nos ciclos posteriores são aperfeiçoados os métodos, os dados e a interpretação feita à luz da experiência (conhecimento) obtida no ciclo anterior.” (Coutinho, *et al. cit. in* Castro *s/d*, p.2). Segundo Latorre (2003) existem vários autores que conceptualizam a investigação-ação (Latorre *in* Coutinho *et al.* 2009, p.359):

- “Elliot (1993) que define a Investigação-Ação como um estudo de uma situação social que tem como objetivo melhorar a qualidade de ação dentro da mesma;
- Com Kemmis (1984) a Investigação-Ação não só se constitui como uma ciência prática e moral como também como uma ciência crítica;
- Lamax (1990) define a Investigação-Ação como «uma intervenção na prática profissional com a intenção de proporcionar uma melhoria»;
- Bartalomé (1986) define a Investigação-Ação como «um processo reflexivo que vincula dinamicamente a investigação, a ação e a formação, realizada por profissionais das ciências sociais, acerca da sua própria prática.” (Latorre *cit. in* Coutinho *et al.* 2009, p.360).

Apesar de não existir um grande consenso, na definição deste conceito, é ainda assim possível averiguar um distanciamento entre o que são as metodologias tradicionais de

investigação, e as metodologias de investigação-ação. Segundo Alcides A. Monteiro (1995, p.26), a “[...] união e integração de uma estratégia de investigação e uma estratégia da ação [...]” (Monteiro 1995, p.26), bem como a “[...] modificação dos comportamentos da população face à dinâmica do seu desenvolvimento [...]” (Monteiro, 1995, p.26) são os dois principais traços que descrevem uma metodologia de investigação-ação. Tais características não se encontram presentes nas típicas metodologias de investigação sociológica, por não terem no seu cerne a componente interventiva, que fundamenta em grande medida a investigação-ação. Ora, existe também um elemento formativo, no desenrolar dessa mesma componente interventiva. Pois na tentativa de modificar determinados comportamentos da comunidade, existe a necessidade de criar momentos que desenvolvam a aprendizagem social: “Uma das virtudes mais apontadas à metodologia de I.A. prende-se com objetivos de formação de competências no desenvolvimento de um processo de aprendizagem social, envolvendo todos os participantes e tendo em vista por sua vez objetivos de investigação e inovação [...]” (Esteves in Monteiro 1995, p.32). É assim recorrente, ao longo das metodologias de investigação-ação, envolver mais ativamente os participantes em todo o seu desenrolar, de forma a que estes adquiram competências sociais de forma a alcançar os objetivos interventivos pré-definidos.

Por outras palavras, podemos considerar que esta própria tese é um exemplo de investigação-ação, no sentido em que não se cinge a uma componente exploratória, mas procura também criar determinados impactos na realidade social. No fundo, realizar um diagnóstico social (investigação) que permita posteriormente reproduzir respostas às necessidades/problemáticas locais, através de um projeto associativo (ação), enquadra-se perfeitamente neste quadro metodológico que caracteriza esta tese.

Tal como já foi dito, esta metodologia caracteriza-se por ser um processo cíclico (ou em espiral). A esse respeito, Cortesão (1998) determina que esta metodologia “[...] envolve uma espiral de ciclos, nos quais as descobertas iniciais geram possibilidades de mudança, que são então implementadas e avaliadas como introdução do ciclo seguinte. Temos assim um permanente entrelaçar entre teoria e prática [...]” (Cortesão *cit. in* Coutinho 2009, p.361).

Existem alguns modelos de exploração desta metodologia. Porém, todas têm em comum o que já foi aqui explorado, ou seja, que a investigação-ação detém uma componente exploratória; uma componente interventiva; e uma componente cíclica. Desta forma, para determinar todo o processo de implementação podemos definir, segundo Trilla (1998) com base em Serrano (1994), as seguintes quatro fases:

- “1. Diagnosticar ou descobrir uma preocupação temática, isto é o “problema”.
2. Construção do plano de ação.
3. Proposta prática do plano e observação de como funciona.
4. Reflexão, interpretação e integração dos resultados. Replanificação.” (Trilla *cit. in* Fernandes, s/d, p.6).

Ora, após a replanificação existe novamente a necessidade de realizar uma investigação, onde se captam novamente dados para conseguir produzir uma resposta mais

eficaz e eficiente, no problema a intervir. Deste processo surgirão novas formas de intervenção, ou um aprimoramento das prévias que, após a sua implementação, serão novamente avaliadas. Assim funciona em forma de espiral todo este processo de investigação-ação, tal como representa a imagem que se segue:

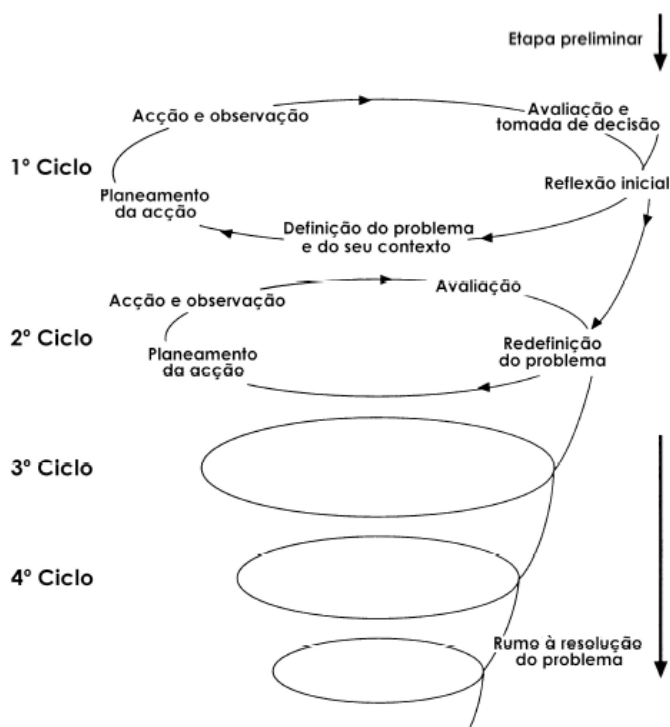


Figura 6. “Espiril auto-reflexiva lewiniana”

Fonte: Santos *et al.* in Fernandes s/d, p.7

Tal como se constata na figura anterior, o primeiro ciclo inicia-se com a “reflexão inicial” que, no caso deste trabalho de projeto, se caracteriza pelo quadro teórico apresentado no primeiro capítulo. No que diz respeito à “definição do problema e do seu contexto”, será realizado um diagnóstico ao concelho de Mirandela, neste capítulo decorrente, de forma a sinalizar os principais problemas locais, bem como conhecer melhor os contextos específicos em que estes se inserem. Por outro lado, o “planeamento da ação” traduz-se já no terceiro e último capítulo deste trabalho de projeto, onde será apresentada a planificação da associação que se pretende desenvolver no concelho mirandelense, de forma a ultrapassar algumas das necessidades constatadas no diagnóstico realizado previamente. Para finalizar o primeiro ciclo, apesar de a etapa da “ação e observação”, bem como a de “avaliação e tomada de decisão” não estarem já vinculados a este trabalho de projeto, podemos asseverar que se encontram presentes no desenrolar da sua implementação.

Esta última etapa (a “avaliação e tomada de decisão”) torna-se essencial em todo este processo de trabalho de investigação-ação, pois é através dela que se dá continuidade e aprimoramento ao seu funcionamento, tornando-se assim uma “ponte de ligação” entre o primeiro e o segundo ciclo. Por outras palavras, após a avaliação da intervenção deste projeto (onde se avalia a sua eficiência e eficácia para que posteriormente sejam tomadas determinadas medidas que aprimorem o seu funcionamento), entra-se num novo ciclo. Neste, inicia-se uma nova busca por necessidades/problemáticas da realidade contextual, tendo em

conta a novos diagnósticos realizados, bem como à avaliação prévia, realizada no final do primeiro ciclo. A partir desta fase, todo o segundo ciclo funcionará da mesma forma que o primeiro. No fundo, todo este processo repete-se sucessivamente ao logo dos restantes ciclos, até o objetivo do projeto seja alcançado.

Desta forma, podemos asseverar que todo o processo de criação e implementação de um projeto social, como aquele que se pretende vir a explorar ao longo deste trabalho de projeto, assenta em todos estes processos descritos. Conclui-se, portanto, a justificação em recorrer às metodologias de investigação-ação: pois para além de se caracterizarem por um processo de recolha e tratamento de dados, pretende-se também mudar a realidade, atuando sob a resolução de determinados problemas/necessidades sinalizados.

Tendo assim em conta esta curta abordagem às metodologias de investigação-ação, surge agora a necessidade em desenvolver um diagnóstico social que, tal como já foi mencionado, diz respeito à etapa da “definição do problema e do seu contexto”. Através de três abordagens qualitativas, irá ser explorada a realidade atual de Mirandela, tentando desta forma determinar quais as suas principais virtudes e problemáticas (pontos-fortes e pontos-fracos) que irão fundamentar a necessidade de criação de um projeto associativo, que colmate as necessidades sentidas no concelho. Tais técnicas qualitativas serão as que se apresentam de seguida: análise documental; entrevistas semiestruturadas e *focus group*.

2.2. Análise documental

2.2.1. Caracterização e objetivos

A análise documental é uma técnica qualitativa, que surge no sentido de coletar dados através da leitura e análise de documentação de teor científico. Esta técnica, “dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar.” (Sá-Silva, Almeida e Guindani 2009, p.13). Por outras palavras, a análise documental poderá vir ser utilizada com a finalidade de iniciar uma determinada investigação, confrontando informações documentadas com questionamentos que suscitam o início de estudo. Para além disso, esta poderá também ser recorrida no sentido de utilizar esses dados documentados como sustento a quadros teóricos fundamentados ao longo de uma investigação já iniciada.

No caso da criação de um projeto social, a análise documental torna-se fundamental. É crucial conhecer a realidade em que se pretende intervir, de forma a adaptar os objetivos e estratégias de intervenção do projeto que se pretende construir. No fundo, não se fabrica um projeto sem haver causa/razão alguma que o fundamente. É neste sentido que se realizam os diagnósticos locais: para conhecer a realidade, de modo a saber onde se deve intervir. Ora, recorrer a esses diagnósticos e analisá-los, constitui um exemplo de análise documental, que se pretende recorrer ao longo da construção deste projeto.

Conclui-se que, ao longo da fundamentação da AJIL, esta técnica será empregue de modo a estudar as principais temáticas que guiam o propósito deste projeto: a participação jovem, o desenvolvimento comunitário e as relações existentes entre as entidades de terceiro setor, existentes em Mirandela. Para além disso, será através da análise documental que irei captar informação pertinente -maioritariamente quantitativa-, acerca dos níveis do índice de desenvolvimento local mirandense. Para tal, irei basear-me em diagnósticos locais, artigos referentes a estudos feitos em Mirandela, entre outros meios bibliográficos que me permitirão tirar as devidas ilações, face às temáticas acima apresentadas. Numa fase posterior, esta informação será devidamente complementada com outras abordagens, igualmente qualitativas, que apresentarei ao longo de desta abordagem metodológica.

No Cap. 2.4.2. serão abordados os resultados da análise documental a que me propus realizar, apontando os principais fatores que descrevem a realidade mirandense, nos campos apontados anteriormente. Posteriormente, esta análise servirá como ponto de referência para a investigação realizada previamente, através das entrevistas semiestruturadas e do *focus group*.

2.2.2. Resultados da Análise Documental

Tal como mencionado anteriormente, esta análise documental será realizada com base em diagnósticos sociais, provenientes de várias entidades locais e regionais que têm a preocupação de analisar a realidade do concelho de Mirandela. Para além disso, de forma a captar alguns dados quantitativos que sustentem as ilações retiradas, será também essencial recorrer a bases de dados estatísticos, tal como o PORDATA. Esta análise, apesar de caminhar no mesmo sentido que ambas as anteriores, não irá albergar uma análise tão aprofundada de alguns assuntos-chave tais como o desenvolvimento comunitário; a cooperação “*top-down-top*” e a participação jovem, devido à falta de estudos que abordem tais questões, na região de Mirandela. De certa forma, esta análise será focada essencialmente na descrição da realidade demográfica, social, económica e ambiental do concelho, de forma a que posteriormente seja possível realizar uma análise comparativa entre as ilações retiradas em cada uma das análises feitas previamente.

a) Breve apresentação do concelho

O concelho de Mirandela situa-se no distrito de Bragança, na região do nordeste transmontano (NUTS III - Alto-Trás-os-Montes). Segundo os dados mais recentes do PORDATA, em 2015, esta região é composta por 30 freguesias que ocupam um espaço geográfico com cerca de 659km² e que detém uma população que ronda os 22561 habitantes sendo, portanto, a segunda maior cidade do distrito de Bragança (*in* PORDATA: Número dos Municípios e regiões de Portugal). Delimitado por dois vales, onde desaguam dois rios (Rabaçal e Tuela) que convergem a norte da própria cidade de Mirandela, e dando assim origem ao famoso rio Tua - que é um dos afluentes do rio Douro - (Dinis *et al.* 2003, p.3) este concelho é tipicamente

denominado por «Terra Quente», devido aos seus atributos mediterrânicos, e por ser uma região onde o meio rural e a paisagem agrícola predominam.

Mirandela conta já com centenas de anos de história, como localidade. A 25 de Maio de 1250, o rei D. Afonso III emitiu a carta foral, de modo a reconhecer a região mirandelense como livre de controlos feudais. Em 1884 passou a ter as delimitações atuais, e em 1919, com a consideração da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, esta torna-se uma vila. Pouco tempo mais tarde, como consequência do aumento demográfico desta localidade, Mirandela ascendeu a cidade.

Atualmente, no que toca à atividade económica local, é possível constatar que, apesar da forte empregabilidade no sector terciário (cerca de 71%-72% da população ativa em 2011), torna-se impossível menosprezar a importância do sector primário para esta região (cerca de 10%-11% da população ativa em 2011). Devido à existência de um grande conjunto de freguesias caracteristicamente rurais, a necessidade dos seus residentes produzirem matéria prima, torna-se fulcral para sua manutenção, e daí a taxa considerável de pessoas que exercem trabalhos relacionados com a agricultura ou pecuária.

A nível cultural, Mirandela é reconhecida nomeadamente pela sua gastronomia. Dificilmente falamos em Mirandela, sem falar de alheiras. Este produto, tão característico da região, é um dos principais fatores atrativos do concelho, que levou a um forte investimento na área da restauração local. Para além desta delícia transmontana, Mirandela é também conhecida por outros produtos regionais, tais como o azeite, o queijo, o mel, e a couve penca (*in* AMTQT, disponível em <http://www.amtqt.pt/pages/303>, [última vez visitado em 26 de junho de 2018]). As festividades em Honra da Nossa Senhora do Amparo, que decorrem ao longo do mês de Julho e inícios de Agosto, são também um enorme fator de atratividade turística, e dinamização comercial, ao longo do verão. Porém, nem tudo é um mar-de-rosas, no concelho mirandelense. Pois tal como iremos constatar no próximo subcapítulo, os números que caracterizam o estado da sua demografia; da educação; empregabilidade; saúde; ação social; segurança e equipamentos sociais disponíveis, demonstram que ainda existem algumas lacunas, na criação de um bem-estar da população mirandelense.

Estamos, portanto, presentes a um concelho que acaba por ser central, em toda a região transmontana. Pois este, apresenta-se como sendo o “[...] principal polo de desenvolvimento da Terra Quente Transmontana ao nível económico, social, e cultural, conferida pela sua localização geográfica e vias de comunicação o atravessam, e que o colocam no caminho do desenvolvimento” (*in* AMTQT⁴, disponível em <http://www.amtqt.pt/pages/303>, [última vez visitado em 26 de junho de 2018]). Considera-se assim de maior importância promover o desenvolvimento deste concelho, facilitando assim o consequente desenvolvimento da própria região transmontana, a longo prazo.

⁴ Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana

b) A realidade demográfica

Segundo o diagnóstico da Rede Social de Mirandela, o “[...] concelho de Mirandela de 2001 para 2011 é marcada por dois fenómenos que se reforçam mutuamente: o declínio progressivo da população residente não só na sede de concelho como em todas as juntas de freguesia [...] e o seu acentuado envelhecimento.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.43). Apesar de este diagnóstico ser de 2013, muitas das suas conclusões ainda repercutem na atualidade. Pois recorrendo a dados quantitativos mais recentes, do PORDATA, é ainda possível averiguar esse mesmo declínio populacional (de 2011: 23786 pessoas, para 2016: 22280 pessoas) (PORDATA, 2018⁵). Já o mesmo não se pode conferir relativamente à percentagem de idosos, residentes no concelho mirandense, que aumentou de 24,6% para 26,9% da população residente no concelho (PORDATA, 2018). No fundo, enquanto esta taxa continua a aumentar, o mesmo já não se pode dizer relativamente à percentagem de indivíduos com menos de 15 anos de idade em 2011, cujo valor rondava os 12,1%, e em 2016, que se estimava ser 11% da população residente em Mirandela (PORDATA, 2018). Também a percentagem de indivíduos em idade ativa (ou seja, entre os 15 e os 64 anos) também tem vindo a diminuir, sendo que em 2011 o valor era de 63,4%, e em 2016 seria 62,1% (PORDATA, 2018).

Recorrendo novamente ao diagnóstico da Rede Social de Mirandela, a taxa de fecundidade também tem vindo a reduzir, levando assim a uma quebra acentuada da reposição de gerações (Rede Social de Mirandela 2013, p.44). Consequentemente, tendo em conta o aumento de óbitos existentes no concelho, gera-se a um agravamento do saldo natural demográfico (de 2011: -95, para 2016: -187) (PORDATA, 2018).

Claro está que estes valores têm os seus efeitos nos próprios índices de dependência. Segundo o diagnóstico mirandense, para o caso do diagnóstico de 2013: “Se observarmos os índices de dependência total, verifica-se que Mirandela, por cada 100 indivíduos em idade ativa existem cerca de 60 indivíduos idosos e jovens. Por outro lado, o índice de dependência dos idosos, que pretende medir o quociente entre a população idosa (mais de 65 anos de idade) e a população em idade ativa (dos 15 aos 64 anos de idade) revela que para cada 100 indivíduos em idade ativa existem cerca de 40 idosos. Tendo em conta o índice de dependência jovem, verifica-se que para 100 indivíduos em idade ativa existem cerca de 19 jovens.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.44). Considerando que os valores que dão origem ao cálculo destes índices têm vindo a agravar, torna-se possível constatar que os próprios resultados, respetivos à atualidade, têm também piorado. Tudo isto trás consequências desastrosas tanto para a sustentabilidade demográfica de Mirandela, como para o desenvolvimento do concelho.

Em suma, conforme os dados recolhidos entre 2001 e 2016, conferem-se as seguintes principais conclusões, referentes à caracterização demográfica de Mirandela:

⁵ PORDATA. “Números dos Municípios e regiões de Portugal: Quadro- resumo: Mirandela”. Disponível em [https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Mirandela+\(Município\)-231068](https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Mirandela+(Município)-231068) [última vez consultado em 20/12/2018]

Tabela 4. Tabela-resumo dos principais fatores que caracterizam a demografia do concelho de Mirandela

CONCLUSÕES:	<u>2001</u>	<u>2016</u>
a) Diminuição da densidade populacional;	39,1	33,8
b) Redução do número de jovens (com menos de 15 anos de idade)	15,4%	11,0%
c) Redução do número de adultos em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos de idade)	64,3%	62,1%
d) Aumento do número de idosos (com mais de 64 anos)	20,3%	26,9%
e) Diminuição do número de nascimentos	215	134
f) Aumento do número de óbitos	291	321
g) Agravamento do saldo natural	-76	-187
h) Aumento do índice de envelhecimento	132	243,8
i) Aumento do índice de dependência total	55,5%	61,1%
j) Aumento do índice de dependência de idosos	31,6%	43,4%
k) Diminuição do índice de dependência de jovens	23,9%	17,8%
l) Aumento do índice de sustentabilidade potencial	3,2	2,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PORDATA, 2018

c) A realidade social - sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo

Analisar a realidade social de Mirandela, na íntegra, seria um trabalho demorado e parcialmente desnecessário, tendo em conta os objetivos deste diagnóstico. Para tal, irei focar-me na análise das principais necessidades sentidas, no concelho de Mirandela, descritas nos resultados do diagnóstico da Rede Social de Mirandela (anteriormente utilizado), no PDS também da Rede Social de Mirandela, e no diagnóstico social da Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes.

De forma a facilitar a comparação dos resultados obtidos, nas três técnicas recorridas ao longo deste diagnóstico, serão apresentadas duas tabelas: a primeira menciona algumas necessidades/problemáticas que caracterizam a realidade social (em geral) do concelho de Mirandela, e a segunda menciona alguns fatores que determinam a sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo, no concelho mirandense. Esta análise baseia-se, essencialmente, na confluência de resultados descritos ao longo do Plano de Desenvolvimento Social (2016-2018) e Diagnóstico Social (2013) da Rede Social de Mirandela, e conforme o diagnóstico social da Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes.

Tabela 5. Algumas das principais necessidades que caracterizam a realidade social de Mirandela

Algumas necessidades que caracterizam a realidade social de Mirandela	
a) “Degradação do parque habitacional” (Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes 2007, p.79);	b) Necessidade em fomentar a inclusão social e combater a pobreza e discriminação (Rede Social de Mirandela, s/d);

AJIL – Associação de Jovens para a Intervenção Local

c) “Fraco desenvolvimento de competências pessoais e sociais” (Rede Social de Mirandela, s/d);	d) “Elevada incidência do consumo de substâncias ilícitas/alcoolismo na população” (Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes 2007, p.79);
e) “Desemprego: Aumento do n.º de desempregados” (Rede Social de Mirandela 2013, p.143);	f) “Dificuldade de inserção profissional dos grupos sociais mais desfavorecidos” (Rede Social de Mirandela 2013, p.143);
g) “Inexistência de respostas para apoiar pessoas com doenças do foro mental e psiquiátrico.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.140);	h) “Insuficiência de respostas sociais na área da terceira idade, mais visíveis na resposta social estrutura residencial.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.140);
i) “Inexistência de Centros de Atendimento a pessoas vítimas de violência doméstica.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.140);	j) “Falta de esclarecimento sobre as questões ligadas à igualdade de oportunidades e de género.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.140);
k) “Insuficiência de respostas na área da deficiência.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.140);	l) “Absentismo escolar (mais especificamente no 2º ciclo) - desocupação dos jovens em situação de absentismo.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.141)
m) “Baixas expectativas dos jovens relativamente ao prosseguimento dos estudos.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.141)	n) “Necessidade em promover o território e a oferta endógena” (Rede Social de Mirandela s/d, p.22)
o) “Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.” (Rede Social de Mirandela s/d, p.15)	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Plano de Desenvolvimento Social (2016-2018) e Diagnóstico Social (2013) da Rede Social de Mirandela, e conforme o diagnóstico social da Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes.

Tabela 6. Análise documental: Sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo, no concelho mirandense

Sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo, no concelho mirandense	
a) “Fraco dinamismo associativo” (Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes 2007, p.80);	b) “Fracas motivação dos cidadãos para o desenvolvimento de ações de voluntariado.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.140);
c) “Deficiente rede de banco de voluntariado organizado.” (Rede Social de Mirandela, 2013, p.140);	d) “Inexistência de Centros Comunitários.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.140);
e) “Estabelecimento de parcerias para desenvolver respostas/ projetos.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.140);	f) “Operacionalização do Banco Local de Voluntariado.” (Rede Social de Mirandela 2013, p.140);

g) “Dificuldade de sustentabilidade das instituições sociais.” (Rede Social de Mirandela s/d, p.135);	
---	--

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Plano de Desenvolvimento Social (2016-2018) e Diagnóstico Social (2013) da Rede Social de Mirandela, e conforme o diagnóstico social da Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes.

De uma forma sintética, através da primeira tabela, podemos constatar que as principais problemáticas sociais, centram-se em torno de criação de respostas que auxiliem os indivíduos de grupos sociais mais desfavorecidos ou com algum tipo de dependência (nomeadamente em situações de pobreza, discriminação social, doenças mentais e psiquiátricas, deficiência, desemprego, ou até mesmo em casos de terceira idade). Um dos outros problemas atuais, que atinge a realidade social de Mirandela, são as taxas de abstencionismo e as baixas expectativas em continuar os estudos (Rede Social de Mirandela, 2013), que refletem numa taxa de insucesso e abandono escolar. Segundo a Rede Social de Mirandela, é também fundamental promover formas de desenvolver competências pessoais e sociais (Rede Social de Mirandela, s/d). Claro está que, existem outras necessidades para além destas, tal como também haverá pontos-fortes que caracterizam o concelho de Mirandela. No entanto, tal como explicado anteriormente, foram recolhidos expressamente as necessidades que maiores consequências trazem ao bem-estar das pessoas, bem como ao desenvolvimento do próprio concelho.

Por outro lado, no que toca à segunda tabela, não foi encontrada muita informação: nem nos dois diagnósticos analisados, nem no próprio PDS da Rede Social de Mirandela. Desta forma, tentou-se procurar mais conteúdo documental que diagnosticasse estas questões da sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo, em Mirandela, mas sem sucesso. O mesmo se pode dizer relativamente aos restantes temas-chave abordados na análise deste diagnóstico, tais como a participação jovem ou a utilização de abordagens “*top-down-top*”, na governança local de Mirandela. Tal como já foi referido, não existem estudos científicos, relativos a estes assuntos.

Assim sendo, as únicas ilações que podemos retirar desta análise documental, são as que se encontram ilustradas na segunda tabela. Através dela, podemos concluir que existe uma cultura de pouco interesse pelo trabalho voluntário e associativo, por parte dos mirandelenses, mas também constata-se uma falta de organização institucional, nomeadamente na gestão do Banco Local de Voluntariado, e na criação de outras infraestruturas que permitam o aprimoramento da sociedade civil em Mirandela. Em parte, essa lacuna surge devido à dificuldade sentida em sustentar (a nível de recursos financeiros e humanos, essencialmente) a gestão de projetos sociais, no concelho. Por sua vez, no que toca ao trabalho colaborativo, averigua-se que existe cooperação na dinamização de respostas sociais, entre as entidades que laboram na área da ação social do concelho.

d) A realidade económica

Por sua vez, no que diz respeito à realidade económica e empreendedora mirandense, podemos apontar que existe uma frágil iniciativa empresarial (Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes 2007, p.79), acompanhada por um reduzido nível de competitividade das PME e dos setores agrícolas das pescas e da agricultura (Rede Social de Mirandela s/d, p.15).

Consequentemente, surge a necessidade de melhorar a rede de serviços de apoio às empresas (Rede Social de Mirandela s/d, p.22), tal como “[...] de um Plano Estratégico de Marketing para o Turismo.” (Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes 2007, p.79), para a implementação de projetos empreendedores desta índole.

Torna-se crucial promover, tal como na realidade social, a capacitação destas empresas e projetos de empreendedorismo, de forma a que se criem mais postos de trabalho. Pois segundo a Rede Social de Mirandela baixa sustentabilidade e qualidade do emprego (Rede Social de Mirandela s/d, p.25). Neste sentido, promover formas que levem à criação de mais empresas, levará ao crescimento da empregabilidade na região. É, portanto, essencial que a realização de um acompanhamento e monitorização poderá ser uma grande fonte de apoios ao empreendedorismo. No entanto, esta também terá de ser acompanhada pelo fornecimento de apoios formativos e financeiros, aos indivíduos que pretendem fazer um plano de negócios de forma a que as suas empresas se tornam mais eficientes e eficazes (diminuindo assim os riscos de estes projetos encerrarem ao fim de pouco tempo).

2.3. Entrevistas semiestruturadas

2.3.1. Caracterização e objetivos

Tal como averiguamos anteriormente, as metodologias qualitativas são caracterizadas por permitirem ao/à investigador(a) obter informações mais aprofundadas. O caso das entrevistas, provavelmente a técnica mais conhecida neste campo metodológico, não é exceção. Segundo Chohen e Manion (2002), em Gray (2009), existem três principais objetivos que justificam a utilização das entrevistas. Tais objetivos variam entre recolher informação relativamente aos valores, conhecimentos, atitudes e preferências, da pessoa entrevistada; poderá também ser utilizada para testar hipóteses, ou estabelecer relações entre variáveis; e por fim, as entrevistas poderão ser complementadas com outro tipo de técnicas (como o inquérito) de modo a gerar uma imagem da realidade social, mais completa (Gray 2009, p.371). No fundo, esta técnica permite-nos captar informação detalhada, captada ao longo de uma interação entre dois indivíduos (em que um deles é o entrevistador(a)), relativamente a opiniões, conhecimentos ou valores dos mesmos. Posteriormente, através de um processo indutivo, pretende-se testar ou gerar um quadro teórico suscetível à investigação em causa, ou então descrever uma determinada realidade através dos contributos oferecidos pelos

entrevistados. Como veremos de seguida, este último caso reflete-se na investigação que aqui se propõem a realizar.

Existem várias formas de formular uma entrevista. Recorrendo novamente a Gray, podemos enumerar cinco tipologias de entrevista: a entrevista estruturada, semiestruturada, não diretiva, focalizada e informal. Na entrevista estruturada as questões já devidamente pré-feitas de modo a não dar liberdade ao entrevistado de adaptar o guião ao desenrolar da entrevista. Contudo, apesar de também terem questões pré-feitas, as entrevistas semiestruturadas possibilitam uma maior liberdade a que o entrevistado exprima as suas ideias/opiniões. Por outro lado, nas entrevistas não diretivas, sendo já opostas às estruturadas, as perguntas surgem no desenrolar do diálogo entre entrevistador e entrevistando - pelo que se torna mais difícil a sua aplicabilidade, pois o entrevistador terá de saber gerir a conversa conforme os dados que necessita de captar, sem qualquer recurso a perguntas pré-estruturadas. Por sua vez, as entrevistas focalizadas são já utilizadas quando o entrevistador tem já consciência de um determinado fenómeno, e pretende-o explicar recorrendo ao exemplo que o entrevistando tem para partilhar. Por último, as entrevistas informais que, em semelhança com as não diretivas, permitem uma liberdade total ao entrevistando, podendo até mesmo este não se aperceber de que está a ser entrevistado (Gray 2009, pp.373-375).

No caso deste diagnóstico, torna-se essencial auscultar as entidades locais que laboram a área social, em Mirandela. Para tal, optei por realizar entrevistas semiestruturadas e representantes da Rede Social de Mirandela; da CLDS 3G de Mirandela e da própria Câmara Municipal de Mirandela. Ao entrevistá-las, termos um maior conhecimento das suas perspetivas acerca da realidade atual de Mirandela, acerca aos assuntos que temos vindo aqui a discutir. Para além disso, tomarei conhecimento acerca das suas formas de intervenção comunitárias, bem como as suas expectativas de como, futuramente, Mirandela se desenvolverá. Posteriormente os resultados destas entrevistas servirão também para confrontar com os resultados das restantes análises, que farei neste diagnóstico, de forma a retirar ilações pertinentes sobre a realidade mirandelense, sobre a participação jovem, e sobre os níveis de cooperação interinstitucional em Mirandela.

2.3.2. Resultados das entrevistas semiestruturadas

Relembrando que o objetivo destas entrevistas passa por captar aspetos essenciais que caracterizem a realidade mirandelense, apresentam-se de seguida as devidas ilações retiradas, de cada uma das entrevistas, acompanhadas devidamente pelas transcrições textuais que as fundamentam. Ao longo deste processo a ordem da apresentação das temáticas abordadas será a seguinte: a) Realidade mirandelense; b) Desenvolvimento comunitário; c) Cooperação “*top-down-top*”; d) Sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo; e) Participação jovem. Em anexo a este trabalho de projeto, encontram-se os três guiões das entrevistas realizadas, bem como três tabelas que sintetizam as principais ilações, retiradas de cada um destes momentos de trabalho empírico.

Resultados da entrevista realizada à Rede Social de Mirandela

A entrevista realizada junto a uma técnica representante da Rede Social de Mirandela, iniciou-se com uma série de perguntas, relativas à realidade atual de Mirandela. Delas foi possível identificar quatro fatores favoráveis ao bom funcionamento do concelho, e três fatores prejudiciais ao mesmo. Em primeiro lugar, segundo esta técnica social, constata-se a existência de um vasto leque de respostas em variadas esferas sociais, nomeadamente na área da infância, juventude e terceira idade: “[...] existem várias respostas sociais em múltiplas valências, desde a área da infância, área da terceira idade [...]” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela). Averiguou-se também que existe uma aposta das instituições particulares com fins lucrativos, na área da terceira idade, no sentido de colmatar determinadas necessidades sentidas pela população desta faixa etária: “[...] começa a haver uma importância das instituições particulares com fins lucrativos e a aposta nessa área do envelhecimento.” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela). Para além disso, segundo a técnica entrevistada, espera-se vir a integrar as associações locais na constituição do CLAS - Concelho Local de Ação Social de Mirandela: “Ah... tentá-las fazer parte do órgão plenário do CLAS... portanto, vai ser feito esse convite. Aliás, têm já participado em algumas ações e atividades, no último ano, no âmbito do plano de atividades da Rede Social, e isto é uma intervenção a pensar no futuro.” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela). Tal fenómeno torna-se essencial para que este tipo de entidades, do terceiro setor, participem mais ativamente, e em colaboração, junto de outras organizações que atuam dentro da esfera social do concelho de Mirandela. Daí poderão resultar mais respostas sociais, bem como uma maior eficácia daquelas já existentes, devido a todo o trabalho colaborativo que aí se desenvolverá. Por último, em termos de aspetos favoráveis apontados, podemos apontar a existência de um trabalho colaborativo entre as instituições sociais locais, fomentado e gerido pela Rede Social de Mirandela: “Portanto, as nossas grandes oportunidades trabalham pela promoção e pela efetivação do trabalho em parceria.” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela).

No que diz respeito aos fatores prejudiciais, podemos evidenciar inicialmente a existência de lacunas, na intervenção nas áreas relacionadas com a saúde mental, toxicodependências e casas de emergência social: “[...] o próprio sistema a nível nacional não permite que haja ah... esse crescimento de resposta, dessas respostas a nível local. Nomeadamente a nível da saúde mental, a nível das toxicodependências [...] ao nível de casas de emergência social...respostas sociais na área da violência doméstica [...]” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela). Tal como já evidenciado nesta última transcrição, segundo a representante da Rede Social mirandelense, existe uma incapacidade em oferecer determinadas respostas à escala local, devido a obstáculos impostos pelo “próprio sistema a nível nacional”. Estes obstáculos representam o segundo fator que prejudica este e qualquer outro concelho, em circunstâncias semelhantes aos de Mirandela, abordados ao longo desta entrevista. Como último aspeto negativo, escrutinado nesta entrevista, acerca da realidade mirandelense, foi mencionada a sobrelotação das creches e incapacidade de conciliar a vida profissional e familiar: “Na área da infância, as creches são uma das necessidades...há sempre

listas de espera enormes. [...] A necessidade de conciliar a vida profissional, com a vida familiar, também continua a ser uma necessidade [...].” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela).

Já no que diz respeito ao segundo tópico abordado, o desenvolvimento comunitário, a técnica social começa por afirmar que albergar por estratégias que promovam o desenvolvimento comunitário é, de todo, pertinente. Para além disso acrescenta que já foram realizadas algumas dinâmicas, em Mirandela, que visaram o desenvolvimento comunitário envolvendo as pessoas mais idosas na criação de estratégias locais, em prole de questões da esfera da terceira idade: “[...] nós aceitamos um desafio da Rede Europeia Anti-pobreza, nós quer dizer... a Autarquia através da Rede ah...em que chamamos ahm...a população com mais de 65 anos de idade [...] para promover ideias ah... para programas de desenvolvimento na área da terceira idade, mais a nível do envelhecimento ativo” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela). Porém, esta profissional afirma que tais estratégias são ainda muito esporádicas e escassas, tendo em conta à sua pertinência e à sua eficácia, a nível local. Pois quando confrontada acerca da regularidade em recorrer a tais estratégias, a sua resposta foi: “Houve, mas devia haver mais.” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela).

No terceiro tópico abordado, respetivo à cooperação “*top-down-top*”, a entrevistada realçou a necessidade da criação de mais metodologias participativas, que promovam a mobilização da população local, bem como a aproximação entre as instituições sociais locais, e a própria comunidade: “Deveria haver mais, na minha opinião. Sou realista, pronto...[...] As instituições...pronto...tem havido essa questão, essa importância, essa necessidade, a nível das reuniões de *focus group*, não é? Mas na realidade quem vem mais, são as representantes das instituições.” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela). No fundo, é possível também averiguar que em ocasiões onde se poderia gerar uma certa partilha de ideias, bem como a discussão de temáticas que dizem respeito à realidade mirandense (como é o caso do *focus group*, mencionado), a comunidade local não tem uma grande tendência em participar.

Este último aspeto mencionado, leva-nos diretamente a explorar o tópico seguinte: a Sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo. Inicialmente, a técnica social partilhou que existem limitações a nível de intervenção associativa, no que toca a dificuldades financeiras e de outros recursos: “[...] estão assim um bocado limitados ao nível de...de...eu acho que eles poderiam participar mais, mas na realidade é que elas também têm muitas dificuldades quer a nível financeiro, quer às vezes a nível da falta de recursos...são limitações mais...que não dependem delas.” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela). No que diz respeito ao trabalho colaborativo, por parte das instituições sociais locais, com a Rede Social, a técnica também determina que normalmente cooperam, no que toca a cedência de dados e à realização de atividades: “Ah... a nível de cedência de dados, a nível de ah... de dinamização de qualquer ação ou atividade...eles têm trabalhado...têm colaborado. Não posso dizer o contrário.” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela). Foi também possível asseverar, posteriormente, que as respostas atuais, oferecidas por grande parte das associações existentes no concelho, assentam nas necessidades locais. Pois quando confrontada se, de uma

forma geral, considerava pertinentes as intervenções das associações locais, ela afirma: “Muito pertinentes. Muito pertinentes... aliás, todas elas esforçam-se muito por candidaturas, programas, projetos...portanto não se cingem só aquelas que são bastante dinâmicas, na realidade.” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela). Apesar dessa pertinência, a técnica da rede social de Mirandela deixa também claro que existem ainda algumas carências interventivas nas áreas da saúde mental, violência doméstica, dependências, comportamentos desviantes e participação jovem: “Respostas sociais na área da saúde mental, violência doméstica, ah...e áreas das dependências e comportamentos desviantes. [...] na área da primeira infância, na terceira idade... mas essas são aquelas que efetivamente não existem.” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela). Para dar término a este tópico, a técnica em questão também evidenciou a criação de um Banco Local de Voluntariado, de forma a impulsionar a sociedade civil em Mirandela.

Como último tópico abordado, foram feitas algumas perguntas relativamente aos níveis de participação jovem, em Mirandela. A esse respeito, não foi possível retirar nenhuma ilação pertinente, pois o que a técnica da Rede Social afirma, é que não tem sido uma temática muito desenvolvida e analisada, no concelho mirandense. Porém, segundo a mesma, a participação jovem poderá vir a ser já uma temática abordada no próximo PDS - Plano de Desenvolvimento Social: “[...] não tenho esses dados. Sou direta. [...] já tinha falado com o Sr. Vereador...é uma área que gostaria que tivesse presentes no próximo PDS, que é a questão do associativismo e das associações. Não só de jovens, mas em geral...[...] Acho que tem havido uma falha. Devemos ter mais atenção no próximo PDS, no próximo diagnóstico social acerca desta situação.” (Técnica representante da Rede Social de Mirandela).

Podemos assim concluir, desta entrevista, que esta técnica da Rede Social de Mirandela, transmite uma perspetiva relativamente otimista, face à realidade atual deste concelho transmontano, apesar de algumas lacunas existentes, no que toca à intervenção social. Relativamente à utilização de estratégias que promovam o desenvolvimento comunitário, apesar de já terem existido algumas abordagens, junto de grupos de idosos, estas continuam a ser residuais, dentro do concelho. Por sua vez, a existência de uma cooperação “*top-down-top*” também aparenta ser diminuta, considerando o exemplo da realização de *focus group*, apresentado. Foi também asseverado que existem associações locais pertinentes face às necessidades de Mirandela, e que muitas delas passam ainda dificuldades a nível da obtenção de recursos. Para além disso, foi também constatado que existem ainda algumas áreas que não têm uma cobertura solidificada de respostas sociais e que irá ser desenvolvido um Banco Local de Voluntariado. Como última conclusão, é possível aferir que a participação jovem não tem sido um tema bastante abordado, a nível da Rede Social, pelo que não se consegue determinar se os jovens mirandenses adotam posturas mais participativas, a nível comunitário, ou não.

Estas foram as principais ilações retiradas da entrevista semiestruturada, realizada à Rede Social de Mirandela. Em anexo, encontra-se presente um quadro-resumo de toda esta informação compilada (tabela 17). De seguida será apresentada a análise feita à entrevista realizada junto de um técnico, representante da CLDS 3G de Mirandela.

Resultados da entrevista realizada à CLDS 3G de Mirandela

Tal como a entrevista com a Rede Social de Mirandela, a entrevista com a CLDS 3G de Mirandela também se desenrolou conforme os cinco tópicos previamente descritos. Desta forma, esta entrevista teve início com uma série de questões, relativas à realidade atual de Mirandela. Este técnico, apresenta uma perspetiva mais pessimista face ao estado atual do concelho, começando por determinar que a cidade de Mirandela é dotada de “bastantes carências. Ele justifica tal afirmação, dizendo que existe uma insuficiência de respostas no combate contra a pobreza: “[...] Mirandela é uma cidade com bastantes carências [...] existe efetivamente muita pobreza e que as respostas não são tantas como seria desejável.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela). O mesmo averigua-se nas aldeias, onde residem pessoas que sobrevivem à base de rendimentos sociais e de agricultura de subsistência: Portanto a nível social existem efetivamente muitas carências, estamos a falar de aldeias onde a maioria das pessoas vive de rendimentos sociais, vive de agricultura de subsistência, obviamente essas aldeias têm muitas carências, económicas, sociais [...]” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela).

No que toca a esta questão da pobreza, este técnico afirma que parte dessa insuficiência vem da dificuldade em criar estratégias que permitam penetrar na própria esfera familiar, e da negação de algumas famílias em quererem ser ajudadas: “[...] às vezes as pessoas não querem ser ajudadas, as pessoas querem que lhes façam tudo e não fazem um esforço para ser ajudadas.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela). Para além disso, também foi apontado o lapso de estratégias que fomentem a “formação pessoal” dos indivíduos que pertencem a famílias precárias: “Eu acho que o que falta um bocadinho, obviamente que há carências que não são suprimidas só com apoios, eu acho que a formação pessoal devia ser um pormenor mais bem trabalhado com essas famílias.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela). Pode-se assim afirmar que, para este entrevistado, existe ainda uma falta de medidas de *empowerment*, que possibilite as pessoas que vivem em circunstâncias mais precárias, ganharem competências de conseguirem sair desses mesmos contextos.

Já albergando pela via do empreendedorismo, o profissional da CLDS 3G argumenta que existem poucas entidades associativas, em Mirandela, que laboram esta área: “não são assim tantas as associações que apoiam o empreendedorismo em Mirandela.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela), e afirma que existe pouca divulgação de medidas de apoio e incentivo ao empreendedorismo, por parte dos regulamentos da Câmara Municipal: “[...] eu acho que não existe divulgação, pelo menos tão efetiva e incisiva como deveria haver de parte dos regulamentos camarários.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela). Também relativamente a regulamentos camarários, foi frisado que existe um desconhecimento das medidas de apoio ao emprego, por parte da população local: “[...] existe um grande desconhecimento por parte da população em termos de medidas de apoio e incentivo ao emprego da Câmara Municipal.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela). Por fim, para concluir esta análise da realidade atual de Mirandela, o profissional da CLDS 3G de

Mirandela afirma que existe uma grande homogeneidade e pouca diversificação dos serviços prestados em Mirandela: “Acho que Mirandela tem que diversificar um pouco mais a sua oferta, existem muitos serviços que nos queremos e em Mirandela não conseguimos encontrá-los. São lacunas.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela).

Já relativamente ao desenvolvimento comunitário, este técnico atribui uma grande importância e pertinência destas abordagens, no processo de desenvolvimento de Mirandela: “O desenvolvimento comunitário é muito importante, no sentido em que aproxima as pessoas. Para mim, é um ponto fundamental. Para além de colmatar algumas necessidades que haja [...] promove muito o desenvolvimento social [...] permite identificar problemas e combatê-los.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela). Essa mesma importância acaba também por ser atribuída à necessidade de existir uma maior cooperação “*top-down-top*”: “Puxar esse público para nós e fazê-lo sentir integrado, fazê-lo sentir-se ...efetivamente integrado e...deixá-lo participar nas decisões. E...e na resolução dos problemas [...] Temos que atuar de forma localizada, tendo em conta o nosso público-alvo. Ok? E sempre de forma a fomentar essa participação...” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela).

Por outro lado, já no que toca às questões relativas à sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo, mais uma vez se realça os poucos fundos monetários existentes, para auxiliar as associações no seu trabalho interventivo a nível local: ““[...] se a conjuntura o permitisse, estou em querer que as associações teriam apoio e conseguiriam fazer um trabalho muito mais efetivo e muito mais incisivo, no terreno. Sem apoios é muito complicado, não é? Porque é preciso dinheiro, é preciso equipamentos, é preciso criar condições para ajudar.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela). Este técnico também vai de encontro ao que afirma anteriormente a técnica da Rede Social de Mirandela, determinando que o propósito da generalidade das associações sedeadas em Mirandela, assenta nas necessidades locais: “É assim...eu acho que nós, em Mirandela, até temos...até temos algumas associações que trabalham muito bem certas temáticas.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela). Para além destas duas ilações, acerca do associativismo em Mirandela, este técnico da CLDS 3G também menciona que existe falta de associações que atuem no âmbito cultural e recreativo: “Nos outros âmbitos...nas culturais e recreativas, eu acho que nós temos um bocadinho de falta e... eu acho que isso está patente nos eventos e...e no dia-a-dia da cidade.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela). Ainda assim, segundo o entrevistado, existem outras entidades associativas que oferecem respostas pouco vulgares, noutros concelhos, tal como o exemplo do Gabinete de Alzheimer: “Agora pronto...existe uma série de respostas que são dadas aí por algumas associações que...noutros locais não há! Por isso, a esse nível, eu vou-lhe dar um exemplo: o Gabinete de Alzheimer, não existe em todo o lado.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela).

Relativamente às questões redirecionadas para a temática da participação jovem, o técnico entrevistado faz inicialmente uma dicotomia, onde determina que as associações situadas nas regiões do litoral português têm uma maior capacidade de mobilizar os jovens a ser mais participativos, que no interior: “E notamos em...em locais mais populosos e...e...e mais

perto do litoral...pronto, as grandes cidades...notamos que em algumas aldeias continuam a manter a tradição do associativismo e continua a fomentar e a puxar, para si, os jovens. No interior, eu acho que isso, pura e simplesmente, não está a funcionar.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela). Porém, apesar dessa dicotomia, o profissional da CLDS 3G mirandense afirma também que, no geral, existem cada vez menos práticas de sociedade civil, entre os jovens: “E acho que cada vez mais existe menos envolvimento por parte dos jovens, nos problemas da sociedade.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela). É por isso mesmo que este caracteriza o papel das escolas como determinante, para reverter esta tendência. No fundo, para este técnico, as escolas deveriam ter, cada vez mais, a responsabilidade em promover práticas mais participativas entre os jovens: “E aí acho que a escola tem um papel fulcral. Então e a cidadania tem mesmo que ser uma componente fundamental nas escolas, se queremos que eles sejam participativos no desenvolvimento comunitário, da própria sociedade [...]” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela). De modo a terminar a entrevista, este técnico determina que existe pouca auscultação da opinião da população mais jovem, relativamente a assuntos comunitários, e que se torna produtor de ouvir as suas ideias e opiniões mais regularmente: “Eu acho que ouvimos muito pouco os jovens. [...] E se calhar aprendemos muito com os jovens, pois eles são apreendedores, têm boas ideias, eles por vezes não têm é apoio para executar essas ideias.” (Técnico representante da CLDS 3G de Mirandela).

Para concluir a análise desta entrevista, podemos considerar que este técnico representante da CLDS 3G de Mirandela tem uma visão menos otimista, da realidade do concelho transmontano, que a técnica entrevistada anteriormente. Desde já, segundo a descrição do mesmo, apurou-se que Mirandela tem bastantes casos de indivíduos a viver em situação de pobreza, que sobrevivem à base em rendimentos sociais e de agricultura de subsistência. Segundo o apurado, as respostas sociais existentes têm sido insuficientes para suprimir este tipo de necessidades sociais. Para além disso, tal como a técnica representante da Rede Social, este profissional da CLDS 3G mirandense atribui uma enorme importância à criação de mais estratégias que promovam tanto o desenvolvimento comunitário, como de cooperação “*top-down-top*”. A nível de associativismo conclui-se, desta entrevista, que: a) o propósito das associações existentes em Mirandela, assentam nas necessidades do concelho; b) existe falta de associações que intervenham no campo recreativo e cultural; c) as associações locais têm problemas, no que toca a apoios e captação de recursos; d) existência de casos de associações com respostas sociais bastante específicas. Para finalizar, conclui-se que a participação jovem, em Mirandela, é reduzida. Desta forma, segundo este técnico, torna-se essencial auscultar mais regularmente os jovens, em assuntos comunitários, bem como promover mais dinâmicas participativas e de cidadania, dentro dos contextos escolares. Estas e outras ilações, encontram-se devidamente apresentadas em anexo, na tabela 18.

De seguida apresentar-se-á a terceira e última análise de entrevistas realizadas, no âmbito deste diagnóstico, a um representante da direção da Câmara Municipal de Mirandela.

Resultados da entrevista realizada à Câmara Municipal de Mirandela

Tal como nas restantes duas entrevistas, a entrevista com um representante da direção da Câmara Municipal de Mirandela teve o seu início com uma série de questões, relativas à realidade de Mirandela. Ao longo deste tópico, este executivo camarário afirma que existe uma elevada empregabilidade no terceiro setor (setor de serviços): “[...] caracterizo a realidade económica como uma região que vive essencialmente de serviços...a esmagadora maioria da população vive de serviços [...]” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela). Por outro lado, também afirma que existe uma reduzida percentagem de trabalhadores no setor primário (agricultura e pecuária): “[...] temos no meio rural uma pequena percentagem que consegue sobreviver ah...exclusivamente da...da agricultura e da pecuária, mas é residual.” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela), sendo que, também através desta afirmação, torna-se possível encontrar um ponto de ligação sobre o que o técnico da CLDS 3G de Mirandela referencia, relativamente à existência de indivíduos que sobrevivem à base da agricultura de subsistência, nos meios rurais do concelho. Tal conclusão permitiu a este executivo determinar que também existem muitas famílias carenciadas, nomeadamente famílias jovens com descendentes: “Temos, infelizmente, muitas famílias carenciadas, famílias jovens, e temos também crianças, associadas a essas famílias, que precisam de apoio social” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela). Para além das necessidades associadas à pobreza, existe uma outra problemática que não se desassocia deste tipo de carência, que é a baixa empregabilidade, nomeadamente entre a população mais jovem licenciada: “Ah...e em termos de empregabilidade, neste momento verifica-se que estamos numa fase de poucas oportunidades para os jovens...em particular para os jovens licenciados.” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela).

Contudo, o executivo também acrescenta que a Câmara Municipal de Mirandela tem proporcionado várias formas de apoio a essas famílias e crianças necessitadas: “[...] temos também crianças, associadas a essas famílias, que precisam de apoio social, aos quais, a Câmara Municipal, no âmbito dos seus regulamentos vai prestando...está...na linha da frente.” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela). De uma forma mais concreta, são também mencionados, ao longo da entrevista, vários tipos de apoios camarários, tais como: a) nas questões de saúde e compra de medicamentos; b) na deslocação para consultas fora de Mirandela; c) de alimentação, em colaboração com o banco alimentar da Santa Casa da Misericórdia e Cruz Vermelha; d) na cedência de roupas; e) no atendimento semanal às famílias carenciadas; f) na reabilitação e recuperação habitacional: “[...] questões relacionadas com a saúde ah...apoios na compra de medicamentos. A própria deslocação para consultas fora de Mirandela e, depois, também questões relacionadas com a própria carência de alimentos. Também prestamos apoio com roupa, em colaboração com o banco alimentar da Santa Casa da Misericórdia, e com a Cruz Vermelha [...] A Câmara Municipal tem um atendimento semanal às famílias carenciadas [...] Em relação à habitação, também temos um programa de apoio à recuperação das habitações próprias [...]” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela).

Ainda dentro da caracterização da realidade mirandelense, ao longo do conjunto de respostas oferecidas pelo executivo da Câmara Municipal, foi também afirmado que existe uma qualidade de vida atrativa, na cidade de Mirandela: “Também o próprio ambiente e qualidade de vida da nossa cidade ah...também são pontos atrativos [...]” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela). Dois exemplos que são oferecidos para sustentar tal afirmação, é o facto de o concelho estar devidamente coberto por todos os graus de ensino, bem como o facto de, supostamente, o tecido empresarial se encontrar em desenvolvimento: “[...] temos o concelho coberto em todos os graus de ensino: desde o pré-escolar até ao ensino superior...é um ponto muito forte, para o nosso concelho [...] ah...estamos em querer que o tecido empresarial também estará em desenvolvimento [...]” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela). Até mesmo a nível ambiental, o entrevistado oferece fatores favoráveis à qualidade de vida dentro deste concelho transmontano: “A nível concelhio, nós somos um território com grandes potencialidades, mesmo a nível ambiental, nomeadamente o turismo-natureza ah...e a qualidade ambiental, na minha opinião, é de excelência.”. Neste mesmo sentido, é também frisada a aposta na reabilitação urbana, centrada nos espaços verdes: “[...] do ponto de vista que tem sido as operações de reabilitação urbana e, na cidade de Mirandela, nota-se claramente uma preocupação grande para os espaços verdes, a essência de muitos espaços verdes e, também, a manutenção desses espaços verdes.” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela).

Relativamente a abordagens relacionadas com o desenvolvimento comunitário, não se conseguiu captar muita informação. A única ilação retirada foi de que este tipo de estratégias são já uma realidade, tanto no concelho mirandelense, como no próprio Governo Central: “[...] uma abordagem comunitária nesse contexto já é uma realidade em Mirandela, como é uma realidade, a meu entender, em todos os Municípios do país, e do próprio Governo central [...]” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela). Esta visão vai contra aquela que foi partilhada anteriormente pelos dois outros técnicos, pertencentes à Rede Social e CLDS 3G de Mirandela. Pelo que existe uma dualidade opinativa, bem visível.

Já quanto à temática de cooperação “*top-down-top*”, o representante da Câmara Municipal de Mirandela considera, portanto, fundamental que haja uma boa colaboração entre a comunidade local e a própria Câmara, afirmando que também esse contributo é já feita através das instituições, de sessões de esclarecimento, seminários, e também através da aceitação de propostas vindas dos próprios munícipes: “Convidamos todas as IPSS’s, Instituições Culturais e Desportivas do nosso...do nosso concelho...e através de ah...de um conjunto de ações em que nós fazemos sessões de esclarecimento ah...seminários para...para difundir a nossa... as nossas atividades e também aceitar que os munícipes se façam ...propostas [...]” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela).

Também perspetivando num sentido oposto aos dois técnicos abordados anteriormente, este representante camarário determina que Mirandela é dotada de uma Sociedade civil bastante “atenta”, “participativa” e que “adere muito positivamente a causas sociais”: “Caracterizo a sociedade civil, em Mirandela, como muito atenta, participativa, e que adere

muito positivamente a causas sociais e causas que estejam em...que tenham a ver com o...o concelho e a promoção do nosso concelho.” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela). Segundo este indivíduo, a participação pública é considerada como um fator importante para o Município e, portanto, tem sido iniciado um programa de voluntariado, através do novo Banco Local de Voluntariado: “[...] neste caso também através de um programa de voluntariado que iniciamos há pouco tempo e que incluímos também empresários e pessoas em individual.” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela). Por fim, aquando confrontado com a possibilidade da existência de entraves no desenvolvimento de atividades/dinâmicas locais, o representante da Câmara Municipal de Mirandela afirma que não têm tido grandes problemas: “Não...não temos ah...tido...ah...grandes problemas...pelo contrário. Como disse, desde que as ações sejam bem promovidas, bem divulgadas, bem explicadas à população, por norma ah... o feedback que tenho é que os munícipes, a população em geral, adere a essas causas...de forma positiva.” (Representante executivo da Câmara Municipal de Mirandela).

Como último tópico abordado, na entrevista, o representante camarário determina que a participação jovem, em Mirandela, é uma realidade quando estes são chamados a cooperarem em eventos concretos. Apesar disso, também afirma que não existe uma forte dinâmica de associativismo juvenil, e que existe a pertinência de um projeto que mobilize os jovens a serem mais participativos, desde que tenha objetivos concretos bem traçados.

Podemos assim concluir que este representante executivo, da Câmara Municipal de Mirandela, tem uma postura moderada, relativamente à realidade de Mirandela. Por um lado, determinou que existem ainda determinadas problemáticas relacionadas com a pobreza (também assinaladas pelos outros dois técnicos entrevistados), nomeadamente entre as famílias jovens com descendentes. Por outro lado, também apontou uma série de vantagens, relacionadas com vários tipos de apoios camarários, existentes para ultrapassar essas mesmas necessidades. Para além disso, no que diz respeito às questões de desenvolvimento comunitário e de cooperação “*top-down-top*”, constatou-se uma dualidade de opiniões entre ambas as entidades abordadas nas outras duas entrevistas. Pois enquanto estas determinavam que ambos os fenómenos não são muito presentes, no concelho mirandense, este representante executivo, da Câmara Municipal, afirma o oposto. Por sua vez, no que diz respeito à sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo, constatou-se igualmente uma contraditória: pois apesar de todos os entrevistados concordarem na importância da participação pública e da sociedade civil, os representantes da CLDS 3G e da Rede Social de Mirandela asseveram que é insuficiente, nos contextos atuais do concelho. Por outro lado, o representante executivo constata que a população mirandense é já bastante “atenta”, “participativa” e que “adere muito positivamente a causas sociais”. Para além disso, nesta entrevista, foi igualmente enaltecida a importância do Banco Local de Voluntariado, que se encontra atualmente a ser desenvolvido. Por último lugar, apesar deste executivo da Câmara Municipal constatar que o jovem intervém localmente em eventos concretos, declara que existe uma falta de associações

jovens que mobilizem ainda mais os jovens a participar em assuntos comunitários. Estas e outras ilações estarão disponíveis na tabela 19, que se encontra em anexo a este trabalho de projeto.

Após esta análise das entrevistas semiestruturadas realizadas, neste diagnóstico, será apresentada a análise do *focus group*, de forma a que posteriormente sejam feitas as devidas ilações finais, relativamente a esta investigação realizada. A partir delas, será possível avançar para a componente da ação, que se traduz na planificação de um projeto associativo.

2.4. Focus Group

2.4.1. Caracterização e objetivos

O *Focus Group* caracteriza-se por uma entrevista onde participam pessoas que, de algum modo, se relacionam com o tema que o investigador se propôs a analisar. Por outras palavras, “*Focus Group* é um tipo de entrevista em profundidade realizada em grupo, cujos encontros apresentam características definidas em relação à proposta, tamanho, composição e entrevista. O foco ou objeto de análise é a interação dentro do grupo.” (Freitas *et al.* 1998, p.2). Este excerto é crucial para a compreensão desta técnica, pois permite-nos perceber que ela é utilizada de modo a captar dados em profundidade - razão pelo qual também está inserida dentro do quadro das metodologias qualitativas - através de uma dinâmica grupal. Para além disso, dá-nos a compreender que é ao longo das interações, que decorrem no seio destas entrevistas coletivas, onde é possível recolher informação relativamente ao estudo em causa.

Porém, há cuidados que se devem ter aquando da utilização desta técnica qualitativa. Desde já, o número de participantes, num *Focus Group*, não deverá ser elevado, pois poderá condicionar a devida recolha de informação. É, portanto, aconselhável que o número de participantes, numa destas dinâmicas esteja por volta das 6-10 pessoas, no máximo - especialmente quando não se tem a devida experiência em empregar tal técnica-. Pois tal como afirma David E. Gray (2004): “Se o *Focus Group* for constituído por apenas seis ou sete participantes, a gravação poderá não representar um grande problema. Mas se o tamanho do grupo for 20 ou mais, você pode precisar de dois gravadores de boa qualidade estrategicamente posicionados para pegar gravações utilizáveis.” (Gray 2004, p.230). Claro está que, a utilização de um gravador é obrigatória, pois é um material essencial para a análise de conteúdo destas (e de outro tipo) de entrevistas.

Esta técnica é muito útil, especialmente quando se procura criar *Grounded Theory*, mas exige uma grande capacidade, por parte do(a) cientista social, em gerar empatia com as pessoas que vai entrevistar, de modo a criar um ambiente propício e aberto à discussão. O entusiasmo e a vontade de cooperar, na partilha das experienciais ou opiniões pessoais é, talvez, a chave de todo o funcionamento desta técnica. Segundo Gray: “Eles podem ser uma maneira barata de coletar dados, mas exigem uma quantidade considerável de cooperação e entusiasmo dos participantes.” (Gray 2004, p.230).

No caso deste presente diagnóstico, o *Focus Group* servirá essencialmente para auscultar um grupo de jovens mirandenses. Ser-lhe-á questionado acerca das suas perceções acerca da realidade atual de Mirandela; sobre as suas expectativas sobre a mesma; sobre as suas opiniões referentes a uma maior cooperação entre entidades locais e a própria comunidade mirandense; sobre a participação jovem e a pertinência de um projeto que vise a promoção deste fenómeno. Tal como as entrevistas semiestruturadas, os resultados obtidos desta dinâmica serão utilizados para confrontar com os resultados das restantes técnicas recorridas, de forma retirar conclusões pertinentes para este diagnóstico, e que me ajudarão a construir um projeto que vá de encontro às necessidades sentidas em Mirandela.

2.4.2. Resultados do *Focus Group*

Para a realização deste *focus-group* contou-se com a presença de 6 jovens, entre os 19 e os 24 anos de idade, residentes em Mirandela. No que diz respeito aos seus graus de escolaridade, com a exceção do Isauro (nome fictício), todos eles/elas integram o ensino superior, numa panóplia de áreas distintas, que vão desde a arte e design; música; design de jogos digitais passando pela gestão e administração pública, e acabando em biotecnologia. Cada um(a) destes/destas jovens compareceram nesta dinâmica grupal, por serem pessoas interessadas na realidade do concelho de Mirandela, e que tencionam participar ativamente no seu desenvolvimento.

Quanto à estrutura do *focus group*, este foi organizado em cinco temáticas, frutos do enquadramento teórico abordado anteriormente: a) A realidade atual de Mirandela (perceção dos jovens); b. O Desenvolvimento Comunitário em Mirandela; c. Participação Jovem; d. Associativismo e Sociedade Civil; e. AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local. Para cada um desses temas, foram programados uma série de objetivos, que depois deram origem às perguntas presentes no guião apresentado em anexo neste trabalho de projeto. A discussão destes temas comprovou ser imprescindível para a compreensão de fenómenos relacionados com a falta de participação jovem; das principais carências da realidade mirandense, bem como os seus potenciais; e até mesmo da opinião destes jovens face à construção de um projeto social como aquele que apresentarei neste trabalho de projeto.

Resta lembrar que os resultados retirados desta dinâmica grupal não serão conclusivos, mas serão essenciais para confrontar com as ilações feitas aos resultados das entrevistas semiestruturadas e da análise documental.

a) A realidade atual de Mirandela (à luz da perceção dos jovens)

Numa primeira instância deste *focus group* discutiu-se a realidade mirandense. Isauro, um rapaz de 19 anos muito proativo e com grandes expectativas face à realidade mirandense, afirma: “Ah... Eu acho que Mirandela tem um enorme potencial para crescer como cidade e, tanto a nível de associações e instituições privadas como ah... nível de cidade mesmo [...] Acho que há alguns pontos fracos. [...] que é a...tal competição entre associações e

instituições. [...] Ah...acho que em termos de pontos-fortes, temos a relação em... relação ao IPB, outras escolas que têm vindo a existir no nosso concelho” (Isauro, 19 anos). Depreende-se assim que, para Isauro, o concelho em questão tem um grande potencial em se desenvolver, quer seja a nível concelhio em si, como a nível institucional. Também, como aspeto positivo, o jovem fala acerca da existência de várias instituições de ensino, que vão desde a pré-primária ao ensino superior. Contudo, segundo o mesmo, existem lacunas interrelacionais entre várias instituições/associações locais, e salienta a competição existente entre elas como sendo um aspeto negativo presente no concelho.

Noutra linha de pensamento Moisés, um outro jovem de 20 anos estudante de biotecnologia, determina que o concelho tem potencial turístico, enaltecendo a sua beleza e o número de turistas que o visitam: “Acho que também em termos de pontos fortes, que esta concelho tem para oferecer, é o turismo. É um concelho bastante bonito, em Portugal, (a meu ver, pelo menos) [...]” (Moisés, 20 anos, estudante de biotecnologia). Porém como ponto-fraco, o jovem refere que não existe um aproveitamento “do que a cidade tem para oferecer”. Em adição, refere que Mirandela tem mais atividade e vivacidade ao longo do verão, em que as festas da cidade acontecem: “Vejam...a cidade, em si, só é praticamente viva na altura do verão que é...que é festa. A cidade parece que só existe nesse momento. Mas não é verdade.” (Moisés, 20 anos, estudante de biotecnologia).

Já a Ana, estudante de gestão e administração pública de 23 anos, afirma que a falta de empregabilidade e de oportunidades para os jovens se fixarem em Mirandela são um dos principais aspetos negativos a ressaltar, sobre a realidade do concelho mirandelense: “a nível de empregabilidade...não temos muitas instituições que deem emprego aos jovens [...]” (Ana, 23 anos, estudante de gestão e administração pública). Para além disso, fala também da falta de espaços de lazer, tais como discotecas e atividades que promovam a vida social. Neste sentido, exemplifica com a falta de iniciativa em festejar as passagens de ano: “Ah...aqui não há discotecas, não há atividades que promovam essa parte da vida social. Por exemplo, também a nível de passagem de ano, aqui não se faz nada.” (Ana, 23 anos, estudante de gestão e administração pública). Por outro lado, no que toca a aspetos positivos, a Ana concordou com Moisés quando afirmou que o turismo é um ponto fundamental a referenciar, abrangendo também a própria gastronomia local: “Então...a nível de pontos fortes, lá está...é isso mesmo: o turismo, gastronomia...umas alheiras...fumeiro em geral, etc...” (Ana, 23 anos, estudante de gestão e administração pública).

Por fim, neste primeiro tópico temos a opinião de Anacleto, estudante de música. Este rapaz de 23 anos começa inicialmente por expor a sua opinião, indo em conta ao que já fora falado relativamente à questão do turismo e da beleza do concelho. Também concordou com Moisés, quando afirma que Mirandela é um concelho com mais vivacidade/dinâmico durante a altura das festas da cidade, no verão: “Pah...eu concordo com essa cena de...da cidade ser ativa apenas no verão, na altura da festa, e...eu acho que o maior ponto forte que tem é a beleza em si, estás a ver? E o sossego.” (Anacleto, 23 anos, estudante de música). De seguida, este jovem tocou num aspeto também essencial para a descrição do concelho, de uma forma um pouco

sarcástica, dizendo que Mirandela “É um bom concelho para se viver a reforma.” (Anacleto, 23 anos, estudante de música). Com isto, Anacleto pretende afirmar que Mirandela não tem capacidade de fixar jovens, por não existirem muitas oportunidades de emprego, nem possibilidades de desenvolver grandes eventos culturais: “Agora, para trabalhar e teres oportunidade é muito difícil. Se quiseres fazer alguma coisa, a nível cultural, tens de ir para fora. Depende também do que queiras fazer...mas oportunidades há muito poucas.” (Anacleto, 23 anos, estudante de música).

Deste primeiro tópico, abordado neste *focus group*, retiram-se as seguintes ilações, aos quais categorizei como pontos-fortes e pontos-fracos realidade atual mirandelense, tal como este grupo de jovens a descreveu:

Tabela 7. “Como os jovens vêem o concelho de Mirandela atualmente?”

<u>Como os jovens vêem o concelho de Mirandela atualmente?</u>	
<u>Pontos-fortes</u>	<u>Pontos-fracos</u>
1. Mirandela é um concelho com grandes capacidades.	1. Competição existente entre instituições e associações locais, e a falta de cooperação entre elas.
2. É dotado de instituições de ensino que albergam áreas desde o pré-escolar ao ensino superior.	2. Falta de aproveitamento dos principais potenciais do concelho.
3. Boa capacidade turística e gastronómica.	3. Pouca vivacidade, exceto ao longo das festas da cidade, no verão.
4. Bom ambiente e qualidade de vida.	4. “Bom concelho para viver a reforma”.
	5. Pouco investimento na cultura.
	6. Falta de espaços de lazer para os jovens.
	7. Falta de atividades que promovam a vida social.

Conclui-se através desta análise que, para estes jovens, Mirandela é um concelho com grandes capacidades inerentes. É também uma referência turística e gastronómica, e é dotada de uma boa qualidade de vida. Contudo, segundo o grupo de jovens, tal concelho não se encontra atualmente “programado” para a população mais nova devido, essencialmente, à falta de oportunidades de trabalho e de espaços de lazer onde eles possam realizar eventos sociais. Estes consideram também que os potenciais do concelho não são devidamente aproveitados, e que existe uma falta de investimento em áreas culturais. No que toca à própria dinamização do mesmo, em exceção da altura das festas da cidade, Mirandela é um concelho estagnado e sem grande movimento. Por fim, a nível institucional/associativo, estes jovens também

constataram que existem problemas relacionais, onde a competição predomina sob a cooperação em intervir localmente.

b) O Desenvolvimento Comunitário em Mirandela

O segundo tema a ser abordado neste *focus group*, foi relativo ao conceito de desenvolvimento comunitário, e à sua implementação no concelho mirandense. De modo a simplificar a captação da opinião deste grupo de jovens, optei por abordar duas componentes que giram em torno desta estratégia de desenvolvimento: a competição e cooperação entre as instituições e comunidade local. Ao fazê-lo, não correria o risco de existir a não-compreensão deste conceito estando, de igual forma, a abordá-lo de modo a compreender se, na perceção destes jovens, existe um maior sentimento de comunidade em Mirandela, conferido através da existência de uma maior ou menor cooperação entre ambas as partes.

Toda esta discussão, que girou em torno deste tema, pode sumariar-se no que Anacleto afirma: “[...] há muita competitividade entre instituições ou associações...parece que todas querem fazer tudo ...e depois alguém vai a fazer: “hei olha que eu já fiz isso! Vê lá...”. Tás a ver? E... também não tens muito apoio das instituições assim maiores...que têm mais financiamento e assim... se queres fazer alguma coisa, “cortam-te logo as pernas” e...há bastante disso cá.” (Anacleto, 23 anos, estudante de música).

No fundo, segundo o grupo de jovens, em Mirandela existe a presença de uma postura de competitividade entre as pessoas e instituições locais, impedindo assim a cooperação entre ambas as partes. Também segundo eles a cooperação é fundamental para o bom funcionamento do concelho. Tal grupo também concluiu que este fenómeno surge de uma forma ambivalente, em que a população não tem a tendência em participar em eventos comunitários, dinamizados pelas instituições locais. Porém, algumas dessas entidades apresentam-se também como obstáculos a essa mesma cooperação, por requererem a exclusividade desses eventos.

Consequentemente, conclui-se que para estes jovens de Mirandela a noção de desenvolvimento comunitário ainda não se encontra muito presente no concelho em que residem. Pois ao existir uma predominância das relações de constante competição entre instituições locais, e também entre as próprias pessoas que constituem a comunidade mirandense, torna-se possível deduzir que, segundo estes jovens, o desenvolvimento comunitário ainda é uma miragem, em Mirandela.

c) Participação Jovem

Nesta terceira componente de análise, foi inicialmente captada a perceção do grupo no que toca à participação dos jovens nos dias de hoje. Na sua totalidade, os participantes deste *focus group* chegaram ao consenso de que a população jovem é pouco proativa e distante dos assuntos relacionados com o local em que residem, e partilharam uma série de causas que, nas suas óticas, justificavam tal fenómeno.

Por um lado, Ricardo e Moisés afirmam que a principal causa reside na população adulta que não socializa os jovens em fomentar uma cultura mais participativa. Relativamente a esse

aspeto Ricardo, um jovem de 24 anos que estuda design de jogos digitais, afirma: “Acho que isso é devido aos adultos em si...que não incentivam as crianças a participar em eventos, ou a criar eventos, ou mudar a cidade em si...isso não vai acontecer por eles.” (Ricardo, 24 anos, estudante de design de jogos digitais). Dando continuidade ao raciocínio de Ricardo, Moisés complementa: “[...] também é mais aquela coisa de sermos jovens...e não estão muito a ligar para nós, por causa disso mesmo...de sermos jovens. Então eles (adultos) desinteressam-se completamente pelo respeito, assim dizendo...” (Moisés, 20 anos, estudante de biotecnologia).

No entanto, também foi possível averiguar uma segunda perspetiva, partilhada por Cíntia, (uma jovem de 21 anos, estudante de arte e design) e por Anacleto. Segundo ambos estes participantes, o facto de os jovens não serem tão participativos deriva essencialmente da própria “passividade” e “irresponsabilidade”, característica dessa população. Por outras palavras, vão parcialmente em contra ao que Moisés e Ricardo, determinando que a culpa não é só dos “adultos”, que não educam os jovens a serem mais participativos desde cedo, mas também é culpa dos próprios jovens, por não terem sentido de proatividade nem de cidadania. A esse respeito, Cíntia diz: “Eu acho que, para além de acharem o que foi dito aqui...acho que também somos irresponsáveis” (Cíntia, 21 anos, estudante de arte e design). Já Anacleto: “[...] há uma atitude muito passiva na maioria dos jovens. O pessoal sai do liceu...vai estudar para fora, na maior parte das vezes...e se calhar até tinham planos para cá, mas como vão para fora, perdem um bocado disso. E depois cá também não há muito apoio. Lá está também a tal parte das instituições e assim...” (Anacleto, 23 anos, estudante de música). Este último pormenor, das instituições, abordado por Anacleto torna-se, também, pertinente para esta análise. É como se pudéssemos enumerar uma outra entidade que, na opinião deste rapaz, também não faz o seu papel socializador e potencializador do aumento da participação jovem, que são as próprias instituições locais (escolas, associações, município, etc...). Pois na perspetiva deste jovem, elas não oferecem os devidos apoios para que tal suceda.

Assim sendo, para este grupo de participantes, conclui-se que a juventude mirandense não é, de todo, participativa no âmbito do desenvolvimento comunitário, do concelho em que residem. Existe uma pequena discrepância de opiniões no que toca às causas que levam a essa falta de participação: por um lado a responsabilidade é atribuída “aos adultos”⁶ que não proporcionam uma socialização pró-cidadania; e por outro em que tal responsabilização deve também vir por parte dos próprios jovens, ao terem poder de iniciativa, bem como às próprias instituições locais que não incentivam os jovens a construírem uma sociedade civil mais consolidada.

No que diz respeito à opinião dos participantes, relativamente à importância de um crescimento da participação jovem, esta acabou por ser unânime: todos atribuíram uma enorme relevância a que esse fenómeno. Para tal, Ana faz uma participação muito pertinente, dizendo: “Sim, eu concordo que seja importante. Porque lá está... se nós, que temos as ideias, não as

⁶ Com esta expressão, subentende-se que os participantes se referiam a familiares, professores, e a qualquer outra pessoa na idade adulta que fosse, de uma forma direta ou indireta, responsável pela educação dos jovens.

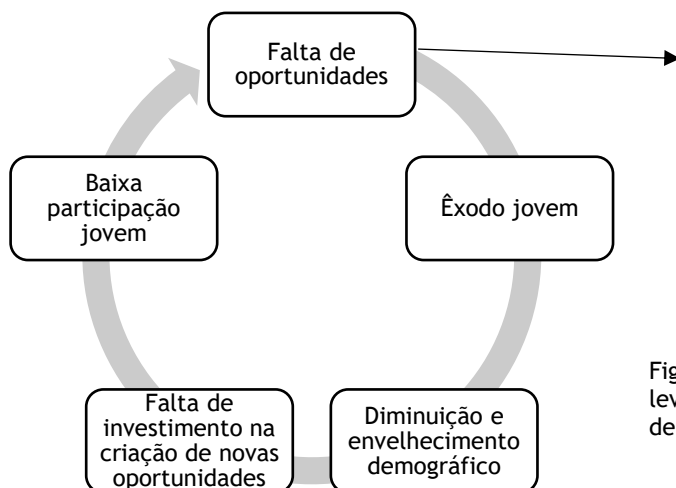
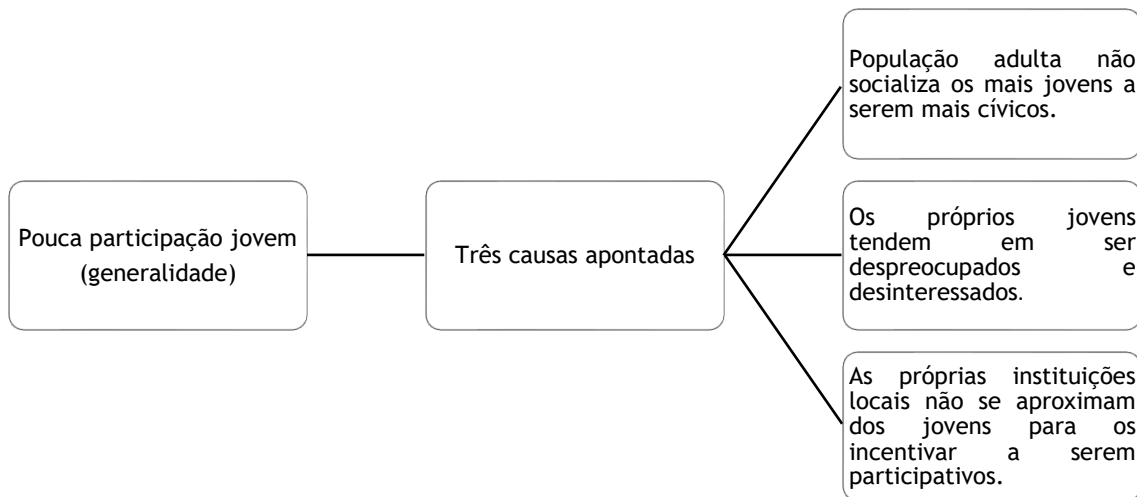
expressarmos, nunca na vida as pessoas vão saber que as temos.” (Ana, 23 anos, estudante de gestão e administração pública). Para além disso, Ana realça ainda a necessidade em criar intermediários que apoiem os jovens e as instituições a dinamizarem um maior contacto entre ambas as partes, de forma a incrementar os níveis de participação jovem: “Ah...mas o que eu acho, que...de uma melhor forma...para que as nossas ideias sejam levadas avante é um intermediário. Ou seja, por exemplo, uma associação em que nós nos sintamos mais à vontade para falar das nossas ideias. E esse intermediário, essa associação...ah...fale com as entidades locais, para que possam fazer alguma coisa por isso.” (Ana, 23 anos, estudante de gestão e administração pública). Todas as restantes participações, acerca deste assunto, basearam-se nesta intervenção de Ana, concordando com ela.

Numa segunda instância, ainda dentro desta questão da participação jovem, aprofundou-se esta análise dando um maior foco aos jovens residentes no concelho de Mirandela. Foi pretendido assim questionar os participantes se a população jovem mirandense tem tido uma participação significativa nos processos de desenvolvimento do concelho.

Neste sentido, Cíntia começa por afirmar que os jovens mirandenses acabam por ter pouco interesse em participar ativamente no desenvolvimento do concelho pois, para ela, não existem oportunidades no concelho: “Não, porque aqui não há forma de nós vivermos, se formos ver assim. Lá fora temos oportunidades e tudo mais...aqui não...é tudo muito mais fechado.” (Cíntia, 21 anos, estudante de arte e design). Anacleto, concordando com o que afirma Cíntia, cita um amigo dela, dizendo que “Mirandela é a melhor aldeia do mundo”, para satirizar o facto de existirem tão poucas oportunidades, no concelho, e uma elevada taxa de idosos que, segundo este, não têm motivação para alavancar um processo de desenvolvimento do concelho, tal como teriam os jovens: “Um colega meu, ainda que em tom de brincadeira, diz que Mirandela é a melhor aldeia do mundo. Eu...tipo...gosto da expressão que ele usa, porque é verdade, no fundo! [...] lá está...a maioria da população envelhecida...eles não têm incentivo para querer mudar as coisas.” (Anacleto, 23 anos, estudante de música). Por fim, Ana acrescenta que como Mirandela é um concelho com tão poucas oportunidades, as empresas e instituições acabam também por não se mobilizarem para a região, trazendo não só consequências graves para o desenvolvimento do concelho, como também para os próprios jovens que têm de procurar por essas oportunidades noutros concelhos: “[...] eu concordo com o que já foi dito. Ah... para além de ser uma cidade pequena...ah... as oportunidades no concelho e arredores são poucas. Porque...oh...por ser pequeno, não compensa ter assim tantas empresas, tantas instituições...é... um bocado irreal, não é? Então uma pessoa acaba por ir para fora, para ter outras oportunidades.” (Ana, 23 anos, estudante de gestão e administração pública).

Conclui-se que, segundo os entrevistados, existe pouca participação jovem, em Mirandela. Segundo apurado, este grupo de jovens justifica esta carência participativa em Mirandela, de uma forma cíclica e paradoxal, em que a baixa densidade demográfica leva a uma menor atratividade empresarial e institucional, para a região de Mirandela, o que consequentemente leva a uma maior falta de oportunidades. Por sua vez, essa falta de oportunidades leva a cada vez mais uma menor massa populacional, bem como mais

envelhecida. Conclui-se também que esta falta de oportunidades leva a uma falta de motivação, nos jovens mirandelenses, e logo uma baixa participação jovem, no concelho. Os dois esquemas que se seguem sumarizam todas as informações captadas acerca deste tópico da participação jovem:



No que diz respeito a Mirandela, os participantes consensualizaram que a falta de oportunidades é a principal causa que os desmotiva em investir na participação comunitária neste concelho.

Figura 7. Causas apontadas pelos jovens que levam à baixa participação jovem nos dias-de-hoje.

d) Associativismo e Sociedade Civil

Ao longo deste tópico, este grupo de jovens foi esmiuçado no sentido de tentar compreender as suas opiniões face à importância do associativismo e sociedade civil, no concelho de Mirandela. O primeiro a intervir foi Moisés, determinando que o associativismo e o voluntariado, em Mirandela, são essenciais para que o concelho se desenvolva. Este afirma também que desta forma torna-se também possível tornar a população cada vez mais ativa, mobilizando-as para várias iniciativas comunitárias: “Acredito que por um lado, sim. Se houver mais associativismo e voluntariado...há mais atividade, em geral, no concelho. Há mais gente a participar ah... no concelho em si, o que leva a uma evolução [...] com o pessoal a ser mais ativo, acho que conseguimos levar isto a um maior patamar.” (Moisés, 20 anos, estudante de biotecnologia). Por outro lado, Isauro considera também importante, dizendo que existem

certas práticas que não podem ser realizadas por entidades ligadas ao Estado, mas sim pela comunidade em si: “Eu acho que, sem dúvida, porque há certas ah... ações e práticas que não podem ser realizadas por...pelo Estado, ou pelas instituições públicas.” (Isauro, 19 anos). A ideia que este jovem tenta aqui escrutinar é determinante e vai de encontro às bases do terceiro setor. Pois segundo o que foi discutido ao longo do enquadramento teórico deste trabalho de projeto, constatou-se que este setor surge na tentativa de complementar a intervenção estatal. Desta forma, averigua-se que Isauro argumentou em conformidade com o que já abordamos nesta trabalho de projeto, no que toca à importância do associativismo em “limar arestas” da intervenção do Estado. Perspetivando isto a uma escala municipal, Isauro pretende também afirmar que um maior associativismo poderá cobrir certas lacunas na atuação da própria Câmara Municipal.

No que toca à sociedade civil, Ricardo, Isauro e Moisés falaram de uma dinâmica de voluntariado que eles regularmente concretizam todas as sextas-feiras, que se chama *plogging*. Isauro caracteriza o *plogging* como sendo uma “[...] mistura entre atividade física, com a apanha de lixo. É uma atividade que temos realizado, cá na cidade de Mirandela. [...] O nosso objetivo é recolher dez mil litros de lixo, tentando reduzir um pouco a quantidade de lixo nas ruas.” (Isauro, 19 anos). Segundo os três jovens, que dinamizam e divulgam esta atividade semanalmente, muito poucas são as pessoas que colaboram e participam. Pelo que deram a compreender, de uma forma mais informal após este *focus group*, existe um núcleo fixo de pessoas que participa mais ativamente neste tipo de questões, em Mirandela. No entanto, trata-se de um grupo de pessoas com uma dimensão muito reduzida. Do que foi possível apurar, na opinião destes jovens, a sociedade civil em Mirandela é bastante frágil, e requer promover um maior associativismo de forma a que se torne possível mobilizar mais pessoas a serem mais participativas, independentemente da sua faixa etária.

De certa forma, é possível concluir que este grupo de seis jovens consideram importante o associativismo e o voluntariado em Mirandela, pois poderá ser uma boa forma de tornar mais ativa a população mirandelense. Nesse seguimento constata-se que existem já alguns jovens a quererem promover os seus próprios projetos associativos, em Mirandela, mas trata-se ainda de um reduzido número de pessoas.

e) AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local

O último ponto de análise, deste *focus group*, centrou-se em torno da opinião dos seus participantes, no que toca à necessidade de um projeto que vise essencialmente a maior participação jovem em Mirandela, através da educação dos jovens para a cidadania; da sua aproximação às entidades públicas e/ou privadas, sedeadas em Mirandela; e do apoio à promoção de projetos que dinamizem o concelho.

Tendo em conta ao que foi discutido ao longo desta dinâmica grupal, apurou-se que os jovens entrevistados concordaram e apoiaram a criação do projeto AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local. Nesse sentido, Moisés começa por afirmar o seguinte: “Considero que sim. Considero que isto seja necessário...necessário uma associação ou assim [...] e penso que

seja necessário devido à pouca...aos jovens não estarem ativos. [...] Portanto, a AJIL seria uma mais-valia, também por causa disso: em vez de estarmos sempre a dizer “ai, isto está mal, isto não deveria ser assim...também temos de ser ativos”.” (Moisés, 20 anos, estudante de biotecnologia). Nesta breve comentário, Moisés recorreu ao que foi falado anteriormente acerca da participação jovem e da sociedade civil em geral, mencionando que este projeto poderá vir a ser uma mais-valia para que mais jovens se envolvam em assuntos locais, bem como para estes deixarem de ter uma postura passiva, de forma a dar lugar a uma maior proatividade jovem.

De forma a dar continuidade ao que Moisés discute, Anacleto partilha também a sua opinião, explicando que se torna essencial a criação de uma associação como a AJIL, tendo em conta a uma necessidade de reforma educativa. Estando ele a estudar para professor de música, Anacleto reflete sobre as formas de ensino atuais, e na necessidade de reformular e adaptar as formas de ensino, nas escolas pública portuguesas. Socializar e transmitir conhecimentos que saem do campo escolar, para este jovem, é crucial. Como tal, uma associação que promova a maior participação destes jovens, levará com que eles tenham mais contacto com a realidade, e expandam o seu campo de conhecimentos, para além daqueles transmitidos em contexto escolar. Desta forma, ele afirma o seguinte: “Sim, acho que é bom...é fundamental que haja isso, porque...já que falaste nessa parte de educar os jovens em serem mais participativos, acho que isso é uma coisa que as escolas, especialmente públicas, não fazem...e não querem fazer também. [...] E acho que cá, pelo menos da minha experiência na secundária de cá...é exatamente essa. Os professores estão lá: “ok, estou aqui a ganhar o meu dinheiro” ...ensinam o plano...e nem se preocupam em trazer algo de novo para...para os alunos. Limitam-se àquilo, fazem teste no final do semestre... “ok, tens negativa, és burro...tens positiva, és inteligente!”. E acho que é isso também que desmotiva um bocado os jovens.” (Anacleto, 23 anos, estudante de música).

Como última pessoa a argumentar, temos a Ana que, também concordando com os outros dois intervenientes, determina que : “...e acho que a existência de uma associação é mesmo uma mais-valia, uma vez que assim existe um ponto de referência, onde nós podemos explicitar as nossas ideias e, quiçá, esperemos que sejam implementadas e melhore o concelho em si” (Ana, 23 anos, estudante de gestão e administração pública).

De uma forma sintetizada, podemos concluir que os jovens entrevistados concordaram e apoiaram a criação do projeto AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local. Estes afirmam duas mais-valias: a nível de aprendizagem, através do contacto com a realidade contextual de Mirandela; e a nível do apoio que poderá proporcionar aos jovens, em serem mais participativos em nível local, bem como para os apoiar e dar voz na implementação das suas ideias/projetos.

Terminado este estudo, passamos agora para a análise documental, que servirá como ponto de referência a estas duas análises feitas (entrevistas semiestruturadas e *focus group*). Através da comunhão de todas estas análises realizadas, será feita síntese do que é a realidade

atual de Mirandela, à luz de todas estas perspetivas analisadas e dos resultados captados em diagnósticos locais, que serão estudados de seguida.

2.5. Considerações sobre Mirandela (Análise SWOT)

2.5.1. Realidade mirandelense

Conforme as informações recolhidas, ao longo destas três análises realizadas previamente (nomeadamente da análise documental, entrevistas e *focus group*), podemos começar por considerar que, o concelho de Mirandela sofre atualmente de graves problemas demográficos. Pois como foi possível constatar na análise documental, existe um decréscimo do número de jovens, acompanhado por uma quebra do número de nascimentos e aumento do número de óbitos (PORDATA, 2018). Estes fatores, levam-nos a concluir que Mirandela tem um saldo natural negativo (PORDATA, 2018), com alguma tendência em agravar-se, diminuindo a densidade populacional do concelho (PORDATA, 2018). Tal como explicado ao longo do enquadramento teórico, um dos fatores que também justificam este fenómeno, é a migração sentida (especialmente pela população mais jovem) e o conseqüente despovoamento da região.

No que toca ao ordenamento de território, em traços gerais, podemos concluir que Mirandela é um concelho geograficamente extenso; com aldeias bastante dispersas e de difícil acesso (Rep. CLDS 3G de Mirandela); mas também com grandes potencialidades ambientais e turísticas, segundo o que afirma o representante da Câmara Municipal de Mirandela e Moisés (participante no *focus group*).

Por sua vez, podemos constatar que a economia local assenta na área dos serviços, com um setor primário residual (Rep. Câmara Municipal de Mirandela). Dentro desta realidade, podemos também averiguar um baixo nível de empregabilidade, especialmente entre a população jovem licenciada (Rep. Câmara Municipal de Mirandela) e grupos mais desfavorecidos (Diagnóstico da Rede Social de Mirandela 2013, p.143).

É possível também asseverar que, em termos de infraestruturas ligadas à educação, Mirandela é coberto por todos os graus de ensino. Facto esse que é sublinhado por Isauro (participante no *focus group*) e pelo representante da Câmara Municipal mirandelense.

Numa análise um pouco mais aprofundada à realidade social de Mirandela, podemos notar a existência de alguma pobreza (relativa), entre as famílias residentes no concelho. Algumas dessas famílias são ainda constituídas por jovens com descendentes que também acabam por viver nos mesmos contextos precários (Rep. Câmara Municipal). Segundo o apurado, existem também indivíduos que sobrevivem com base em rendimentos sociais e agricultura de subsistência, no concelho (Rep. CLDS 3G de Mirandela). No entanto, intervir na resolução destes problemas torna-se um trabalho bastante complexo, segundo as entidades entrevistadas. Segundo estas, existe uma incapacidade e resistência em penetrar na esfera privada das famílias, de forma a acompanhá-las mais eficazmente (Rep. CLDS 3G de Mirandela), e também

uma série de obstáculos impostos pelo próprio “sistema a nível nacional” (Rep. Rede Social de Mirandela), que limitam essa intervenção.

Para além dos níveis de pobreza, existem outras necessidades que caracterizam o concelho de Mirandela, e que ainda requerem mais respostas sociais, de forma a colmatá-las:

- a) Saúde mental (Rep. Rede Social de Mirandela);
- b) Toxicodependência (Rep. Rede Social de Mirandela);
- c) Casas de emergência social (Rep. Rede Social de Mirandela);
- d) Formação pessoal e social (Rep. CLDS 3G de Mirandela);
- e) Divulgação e reconhecimento das medidas de apoio ao empreendedorismo (Rep. CLDS 3G de Mirandela);
- f) Igualdade de género (Diagnóstico da Rede Social de Mirandela);
- g) Deficiências (Diagnóstico da Rede Social de Mirandela);

Existem também outras necessidades, encontradas ao longo de toda esta recolha de dados acerca da realidade mirandelense. No entanto, para o caso destas que se seguem, já têm vindo a existir algumas respostas, ou encontram-se atualmente em planeamento, segundo o que esclareceu a responsável da Rede Social de Mirandela e o responsável da Câmara Municipal de Mirandela:

- a) Famílias carenciadas (Rep. Câmara Municipal de Mirandela)
- b) Infância e juventude (Rep. Rede Social de Mirandela)
- c) Terceira idade (Rep. Rede Social de Mirandela)

Estas foram as principais ilações retiradas das análises feitas às entrevistas semiestruturadas, ao *focus group* e análise documental realizadas. Todas elas foram mencionadas pela população abordada, e encontravam-se descritos nos estudos e diagnósticos analisados.

De seguida, passaremos para as conclusões retiradas destes estudos, relativamente ao à necessidade de implementar mais estratégias que promovam o desenvolvimento comunitário, em Mirandela.

2.5.2. Desenvolvimento Comunitário

Do que foi possível apurar, ao longo da análise feita à necessidade de promover o desenvolvimento comunitário, foi possível concluir que recorrer a estratégias que envolvam mais ativamente a comunidade, no processo de governança local, tornam-se bastante pertinentes no processo de desenvolvimento deste concelho transmontano (Rep. Rede Social de Mirandela; Rep. CLDS 3G de Mirandela). Tal processo, para o representante da CLDS 3G de Mirandela, permite alavancar: a) a união das pessoas; b) a resolução de algumas necessidades a nível local; c) a promoção do desenvolvimento social; d) a identificação de problemas (Rep. CLDS 3G de Mirandela).

De forma a que o sistema de desenvolvimento comunitário esteja mais presente, em Mirandela, a representante da Rede Social de Mirandela afirma que se tenham de adotar mais metodologias participativas, para além daquelas que atualmente são utilizadas (Rep. Rede

Social de Mirandela), e envolver a população local na tomada de decisões que ajudem a colmatar determinadas necessidades localizadas (Rep. CLDS 3G de Mirandela).

Apesar de já terem sido desenvolvidas algumas dinâmicas que promovessem a envolvimento da comunidade em assuntos de governança local, constata-se que estas ainda são bastante residuais, no concelho em causa (Rep. Rede Social de Mirandela). Tal como o representante da Câmara Municipal de Mirandela afirmou, estas dinâmicas são feitas através de sessões de esclarecimento; seminários; e criação de formas de auscultação da população local, por parte das entidades governamentais (Rep. Câmara Municipal de Mirandela).

Conclui-se assim que, apesar de as abordagens com vista ao desenvolvimento comunitário terem já uma ténue presença, na governança local mirandelense, estas ainda não são suficientes para incentivar a população local em se tornar mais proativa, na resolução de problemas locais. Reconhece-se a importância deste processo, tal como os benefícios do mesmo, mas ainda são reduzidos o número de iniciativas tomadas para auscultar a comunidade, e envolvê-la democraticamente no processo de aprimoramento de fatores endógenos ao concelho em que residem.

2.5.3. Sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo

O associativismo em Mirandela é caracterizado pela existência de entidades associativas que colaboram bastante com a Rede Social local, tanto no fornecimento de dados, como em apoio logístico na dinamização de eventos (Rep. Rede Social de Mirandela). De entre as três entidades entrevistadas, nenhuma apontou a existência de uma grande falta de trabalho colaborativo entre as instituições locais. Porém, ao longo do *focus group*, alguns jovens demonstraram ter uma opinião contrária, afirmando que existe uma certa competição entre algumas dessas entidades (especialmente associativas) (Isauro), e que em determinados eventos, algumas instituições tornam exclusivas as suas intervenções, impedindo assim a cooperação entre elas (Anacleto).

É possível também asseverar que as respostas fornecidas por estas entidades do terceiro setor assentam nas necessidades que se sentem a nível do concelho (Rep. Rede Social de Mirandela + Rep. CLDS 3G de Mirandela). Para além disso, existem respostas sociais que não estão presentes em todos os concelhos, e que a comunidade mirandelense tem ao seu dispor, como é o caso de um Gabinete de Alzheimer (Rep. CLDS 3G de Mirandela).

Apesar disso, estas associações locais têm sentido grandes dificuldades a nível intervenção social, devido a dificuldades financeiras e falta de outros recursos (humanos, por exemplo). Inclusivamente constata-se que associações culturais e recreativas, outrora sedeadas nas pequenas aldeias, têm vindo a desaparecer (Rep. CLDS 3G de Mirandela). Tais dificuldades refletem-se numa falta de eventos dinamizados pelas associações locais, que acabam muitas vezes por serem dinamizadas pelas entidades governamentais (Rep. CLDS 3G de Mirandela). Pode-se assim averiguar um certo grau de dependência e incapacidade destas entidades associativas, devido a essas dificuldades constatadas.

Foi possível também apurar que a Câmara Municipal de Mirandela tem vindo a demonstrar a intenção de criar e desenvolver um Banco Local de Voluntariado (Rep. Rede Social de Mirandela + Rep. Câmara Municipal de Mirandela). Porém, sendo ainda um projeto social em construção, nenhuma ilações podem ser daqui retiradas, para além da preocupação que se faz sentir, em promover uma maior sociedade civil em Mirandela.

Relativamente à sociedade civil, o representante da Câmara Municipal de Mirandela caracteriza a comunidade mirandelense como sendo “atenta”, “participativa” e que “adere muito positivamente a causas sociais” (Rep. Câmara Municipal de Mirandela). No entanto, torna-se necessário promover uma maior participação pública, e envolvê-las mais na resolução de problemas a nível local, tal como já foi concluído anteriormente (Rep. CLDS 3G de Mirandela).

Assim sendo, pode-se concluir que a nível de associativismo, Mirandela é dotada de respostas sociais que assentam nas necessidades sentidas pela comunidade. Contudo, existem áreas que ainda requerem algum reforço, e outras que ainda não têm qualquer tipo de resposta, que já foram abordadas no capítulo 2.5.1.. Foi também possível compreender algumas das necessidades que estas sentem, e que limitam a sua intervenção a nível local, bem como a sua autonomia.

No que diz respeito ao trabalho colaborativo, foi possível averiguar a existência de um confronto de perspetivas, entre os representantes das entidades entrevistadas, e o grupo de jovens que participou no *focus group*. Enquanto que os primeiros defendem que existe um bom ambiente de colaboração interinstitucional, os jovens (alguns voluntários em instituições sociais locais) afirmam que é mais comum averiguar um ambiente de competição. Desta forma, não se torna possível dizer ao certo qual deles terá uma perspetiva fiel à realidade, sem um melhor aprofundamento desta investigação.

Por fim, quanto à sociedade civil em Mirandela, foi possível depreender que existe algumas pessoas que são efetivamente participativas, quando estas são chamadas a participar em algum evento dinamizado por outrem (como a Câmara Municipal, por exemplo). Ainda assim, esses níveis de participação, tal como comprovaremos no capítulo que se segue através da participação jovem, ainda são baixos.

Como última componente de análise, teremos a participação jovem em Mirandela, que se torna essencial para argumentar a pertinência/impertinência do projeto social a que me proponho realizar.

2.5.4. Participação Jovem

Deste último aspeto investigado, podemos concluir que não existe uma grande proatividade na participação jovem, em Mirandela (Rep. CLDS 3G de Mirandela), porém podemos considerar que quando estes são chamados a participar por entidades reguladoras, estas acabam por participar (Rep. Câmara Municipal de Mirandela). No entanto, confere-se uma falta de iniciativa, por parte desta população, em ser mais participativa e em desenvolver iniciativas associativas, em Mirandela (Rep. Câmara Municipal de Mirandela).

De forma a que se fomente uma cultura mais participativa, entre os jovens, e conforme o que foi dito pelo representante da CLDS 3G, as escolas deveriam ter, cada vez mais, a responsabilidade em promover práticas mais participativas entre os jovens (Rep. CLDS 3G de Mirandela). Para além disso, este técnico afirma que a falta de auscultação da opinião da população mais jovem, relativamente a assuntos comunitários, poderá levar a que estes jovens não sejam tão proativos e preocupados com a realidade que os rodeia (Rep. CLDS 3G de Mirandela). Na mesma linha de raciocínio, o grupo de jovens que participou no *focus group* realizado levaram-me a listar mais três causas que, segundo eles, impedem que a juventude atual seja tão estática. Tais razões são:

- População adulta não socializa os mais jovens a serem mais cívicos;
- Os próprios jovens tendem em ser despreocupados e desinteressados;
- As próprias instituições locais não se aproximam dos jovens para os incentivar a serem participativos.

A falta de oportunidades e a falta de espaços de lazer, para estes jovens, também foram outras razões listadas por este grupo de participantes. Principalmente a falta de oportunidades de emprego que leva os jovens mirandenses a saírem da região, e que consequentemente reproduz o envelhecimento demográfico, tal como a falta de investimento em toda a transversalidade que áreas que constitui o seu desenvolvimento. Claro está que isto acaba por ser um ciclo vicioso, tal como comprovámos no final da análise do *focus group*, no cap. 2.3.3..

Pode-se assim concluir, para esta componente analisada, que a participação jovem em Mirandela é bastante baixa. Inúmeras são as justificações que podem ser oferecidas, mas todas elas resumem-se à falta de auscultação e de credibilidade, para com os jovens, bem como à desmotivação por eles sentida, relativamente às expectativas em se virem fixar na região.

De seguida, será apresentada uma análise SWOT, que irá sintetizar esta informação aqui exposta, ao longo deste segundo capítulo, categorizando-a como “força”; “fraqueza” (com base em fatores internos do concelho); “oportunidades” e “ameaças” (com base em fatores externos ao concelho) face ao que é atualmente a realidade mirandense. No entanto, é preciso lembrar que esta análise não abrange transversalmente a realidade atual de Mirandela, mas sim exclusivamente as temáticas albergadas nos três momentos de investigação empírica. Para além disso, devido à falta de mais dados que singularizem especificamente as características de Mirandela, a análise SWOT que se segue não se tornou tão aprofundada quanto o que se esperava. Apesar disso, considera-se que, de uma forma geral, os dados recolhidos servirão para tirar as devidas conclusões que irão fundamentar o projeto associativo que se visa planificar.

2.5.5. Análise SWOT

Tabela 8. Análise SWOT do Concelho de Mirandela

Análise SWOT do Concelho de Mirandela			
Interno		Externo	
Forças (S)	Fraquezas (W)	Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<p>1. Existência de algumas formas de respostas sociais (ainda que insuficientes) em variadas esferas sociais, nomeadamente na área da infância e juventude;</p> <p>2. Muitas das respostas fornecidas pelas entidades associativas locais, assentam nas necessidades que se sentem em Mirandela;</p> <p>3. Existência de respostas sociais, em Mirandela, que não estão presentes em todos os concelhos - exemplo do Gabinete de Alzheimer -</p> <p>4. Prestação de vários tipos de apoios, por parte da Câmara Municipal de Mirandela:</p> <p>a) Em questões de saúde e compra de medicamentos;</p> <p>b) Em questões de deslocação para consultas fora de Mirandela;</p> <p>c) Em questões de alimentos, em colaboração com o banco alimentar da Santa Casa da</p>	<p>1. Falta de respostas nas áreas:</p> <p>a. Da saúde mental;</p> <p>b. Toxicodependência;</p> <p>c. Casas de emergência social;</p> <p>d. Formação pessoal e social;</p> <p>e. Divulgação e reconhecimento das medidas de apoio ao empreendedorismo;</p> <p>f. Igualdade de género;</p> <p>g. Deficiências;</p> <p>2. Existência de precariedade nas famílias mirandelenses:</p> <p>a. Famílias carenciadas jovens, com descendentes;</p> <p>b. Existência de indivíduos que sobrevivem com base em rendimentos sociais e agricultura de subsistência;</p> <p>3. Poucas atividades, dinamizadas por associações locais;</p> <p>4. Falta de associações que atuem no âmbito cultural e recreativo;</p> <p>5. Poucas iniciativas desenvolvidas no âmbito do desenvolvimento comunitário;</p>	<p>1. Qualidade de vida atrativa;</p> <p>2. Predominância da empregabilidade no terceiro setor (setor de serviços);</p> <p>3. Tecido empresarial se encontra em desenvolvimento;</p> <p>4. Aposta das instituições particulares com fins lucrativos, na área da terceira idade;</p> <p>5. Território com potencialidades ambientais e turísticas;</p> <p>na cidade de Mirandela.</p>	<p>1. População com mais idosos e poucos jovens;</p> <p>2. Taxa de crescimento natural Negativa;</p> <p>3. Concelho geograficamente grande e com aldeias dispersas e de difícil acesso;</p> <p>4. Baixo nível de empregabilidade, especialmente entre a população jovem licenciada e grupos mais desfavorecidos;</p> <p>5. Reduzida percentagem de trabalhadores no setor primário (agricultura e pecuária);</p> <p>6. Grande homogeneidade e pouca diversificação dos serviços prestados em Mirandela;</p> <p>7. Grandes dificuldades a nível intervenção e subsistência associativa, devido a dificuldades financeiras e falta de outros recursos;</p> <p>8. Incapacidade de as entidades de ação social intervirem mais eficazmente, devido</p>

AJIL – Associação de Jovens para a Intervenção Local

<p>Misericórdia e Cruz Vermelha; d) Apoio com cedência de roupas; e) Atendimento semanal às famílias carenciadas; f) Apoio na reabilitação e recuperação habitacional;</p> <p>5. Razoável nível de cooperação entre instituições sociais locais;</p> <p>6. Já foram realizadas algumas dinâmicas que visaram o desenvolvimento comunitário, nomeadamente na área do envelhecimento;</p> <p>7. Espera-se um enquadramento das associações locais no Órgão Plenário do CLAS - Concelho Local de Ação Social de Mirandela;</p> <p>8. Intenção de criar e desenvolver um Banco Local de Voluntariado.</p> <p>9. Concelho coberto por todos os graus de ensino;</p> <p>10. Reabilitação urbana centrada nos espaços verdes.</p>	<p>6. Ausência de centros comunitários, no concelho;</p> <p>7. Frágil presença de uma governação integrada;</p> <p>8. Bastante interesse demonstrado, em gerar uma governação integrada, mas poucas estratégias implementadas, que a desenvolvam;</p> <p>9. Falta de iniciativa/proatividade, por parte da população, em exercer voluntariado, em Mirandela;</p> <p>10. Inexistência de dados empíricos, relativamente aos níveis de participação jovem;</p> <p>11. Existe pouca auscultação da opinião da população mais jovem, relativamente a assuntos comunitários;</p> <p>12. Pouca divulgação de medidas de apoio e incentivo ao empreendedorismo;</p> <p>13. Deterioração de algumas zonas habitacionais.</p>		<p>a políticas que permitem a descentralização política e administrativa;</p> <p>9. Associações culturais e recreativas, outrora sedeadas nas pequenas aldeias, têm vindo a desaparecer;</p> <p>10. Deterioramento dos espaços rurais utilizados para o desenvolvimento de atividades recreativas da comunidade;</p> <p>11. De uma forma geral, existem cada vez menos práticas de sociedade civil, entre os jovens;</p> <p>12. Não existe uma forte dinâmica de associativismo juvenil</p> <p>13. Desconhecimento das medidas de apoio ao emprego, por parte da população local;</p> <p>14. Sobrelotação das creches e incapacidade de conciliar a vida profissional e familiar.</p>
---	--	--	---

2.5.6. Delimitação das prioridades

Para concluir esta análise, relativa à realidade de Mirandela e a todos os restantes fenómenos relacionados com a participação pública, cidadania e associativismo, resta fazer uma análise onde serão traçadas e ordenadas as prioridades de intervenção, neste concelho transmontano.

Do que foi possível constatar na análise SWOT existe uma série de setores, da esfera social, que ainda passam por alguma carência, no que toca à oferta de respostas sociais. Averigua-se, assim, que setores como a pobreza de famílias jovens; a saúde mental; toxicod dependência; a criação de infraestruturas de resposta a emergências sociais; desenvolvimento de estratégias de formação pessoal e social; igualdade de género; entre outras acima descritas, são os principais focos de intervenção, prioritários, em Mirandela.

Desta forma, tal como explorado ao longo do enquadramento teórico deste trabalho de projeto, o terceiro setor poderá intervir nesta falta de respostas, de forma a promover o bem-estar populacional. Ora, também como é possível averiguar na análise SWOT, existe uma falta de cultura associativa, dentro dos contextos mirandelenses: existem poucas atividades realizadas pelas associações locais (que intervenham no bem-estar da comunidade), tal como existe uma falta de iniciativa/proatividade, por parte dos indivíduos, em praticar voluntariado, em Mirandela. Para além disso, essa tendência tem sido cada vez mais averiguável entre a população mais jovem, o que irá repercutir numa geração onde existem cada vez menos práticas de sociedade civil, e logo menos respostas comunitárias centradas em criar respostas às necessidades aqui sinalizadas.

Assim sendo podemos considerar que, na ausência de respostas “*top-down*” que intervenham eficazmente nas necessidades localizadas, se torna necessário albergar por um incremento de abordagens “*bottom-up*”, de forma a colmatar esse vasto leque de lacunas, relacionadas com a intervenção social em Mirandela e gerando assim as abordagens “*top-down-top*”, mencionadas anteriormente. É neste sentido que promover a participação pública (ainda que de uma forma moderada), e o desenvolvimento de entidades associativas que alavanquem a criação de mais intervenções comunitárias se torna essencial. Averiguado este fenómeno à priori, dentro do concelho mirandelense, espera-se a criação de mais respostas eficazes no combate contra as necessidades atuais.

Conclui-se assim que se torna essencial educar/socializar a população jovem, de Mirandela, a ser mais proativa e participativa no fundamento de respostas sociais, a nível local. Consequentemente, espera-se que em idade adulta estes jovens se tornem igualmente mais participativos e que continuem a ser uma peça fundamental na criação de respostas sociais baseadas em abordagens “*top-down-top*”, em colaboração com as devidas entidades reguladoras locais.

Assim sendo, a criação do projeto que a seguir se apresenta, caracteriza-se como resposta a esta prioridade interventiva, que é a participação jovem na intervenção junto das necessidades locais aqui sinalizadas. Após esta maior envolvência dos residentes, no concelho de Mirandela, serão criados meios humanos que ajudarão na fundamentação de mais respostas

sociais, nas vertentes da pobreza jovem, igualdade de género, entre outras carências sentidas a nível de concelhio mirandense.

Capítulo 3. AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local

3.1. Apresentação e descrição do projeto

3.1.1. Justificação do projeto

Como descrito anteriormente, ao longo do enquadramento teórico deste trabalho de projeto, Portugal encontra-se em plena crise de Estado-providência. No sentido de ultrapassar essa mesma crise, foi discutida a necessidade de conjugar uma descentralização política e administrativa, com a maior participação pública, a nível local, de forma a gerar uma governação integrada.

Quando este tipo de governação entra em vigor, espera-se que as entidades administrativas, empresariais, associativas/cooperativas sociais, e a própria comunidade local cooperem na resolução das várias problemáticas que dizem respeito à especificidade de cada região. Porém, tal fenómeno ainda não se encontra devidamente consolidado, sendo uma das razões a falta de envolvimento da comunidade local. Assim sendo, de forma a fomentar essa mesma participação e cidadania a médio-longo prazo, surgiu a ideia de promover formas de socialização que incentivem a população mais jovem a adotar práticas de maior cidadania, no seio da comunidade que integram.

A criação de uma associação jovem como a AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local, tal como o nome induz, visa intervir no sentido de mobilizar a população jovem, de Mirandela, a envolver-se na criação de respostas sociais para determinadas necessidades/problemáticas sentidas no concelho. Para além disso é pretendido, acima de tudo, socializar estes jovens a terem uma postura mais proativa face ao processo de desenvolvimento mirandense. Tendo em conta ao que foi relatado, no diagnóstico social realizado ao longo do segundo capítulo deste trabalho de projeto, podemos considerar a AJIL um projeto social pertinente, graças às várias valências de intervenção em que esta associação se foca:

- a) Em primeiro lugar, porque intercede pela maior cidadania por parte dos jovens mirandenses, educando-os assim a serem, futuramente, adultos também mais preocupados e participativos em assuntos comunitários. Consequentemente pretende-se assim fomentar uma maior participação pública, que se caracteriza por ser um elemento fundamental na criação de um sistema de governação integrada.
- b) Em segundo lugar, porque a AJIL surge no sentido de dar resposta à necessidade sentida, a nível concelhio, no que toca a estratégias que promovam a formação pessoal e social dos indivíduos.

- c) Em terceiro lugar, porque este projeto visa também promover o sentido de proatividade da população mirandense. Como averiguamos, existe pouca iniciativa em desenvolver associações locais, no concelho. É evidente que, ao promover participação dos jovens que nele residem, a pouco-e-pouco essa tendência tenderá em reverter e, como tal, espera-se proporcionar um maior leque de respostas sociais, em Mirandela, através do surgimento de novos projetos associativos.
- d) Em quarto lugar, a AJIL surge também como forma de a auscultar e a dar voz à população jovem de Mirandela. Pois relembrando o que foi mencionado pelos jovens abordados no *focus group*, bem como pelo representante da CLDS 3G de Mirandela, as opiniões e ideias desta população é por norma desprezada, quando esta poderá trazer benefícios no que toca à inovação do concelho em causa.
- e) Em quinto lugar, funcionará como intermediário entre a população jovem e os vários tipos de entidades locais, apresentando-se assim como mais uma iniciativa de índole comunitária, no concelho. Para além disso, poderá ser uma mais-valia para o Banco Local de Voluntariado (caso seja realmente implementado), pois poderá colaborar na mobilização dos jovens para a o trabalho voluntariado a nível local.
- f) Em sexto lugar, porque poderá proporcionar aos jovens, com uma idade mais avançada, possíveis propostas de trabalho ou de estágio profissional, no concelho. Isso será também benéfico para a própria demografia de Mirandela, na medida em que estará a ajudar a fixar a população jovem, auxiliando a reverter a tendência do envelhecimento demográfico.

Estas são algumas das justificações que levam à necessidade de construir uma associação como a AJIL, em Mirandela. De seguida, apresenta-se uma breve descrição das principais características que definem este projeto associativo, de forma a que posteriormente possamos explorar melhor de que forma se desenrola o seu funcionamento interno e externo.

3.1.2. Descrição do projeto

De uma forma geral, este projeto social visa despoletar o desenvolvimento comunitário do concelho de Mirandela, a médio-longo prazo, intervindo junto de jovens entre os 13-30 anos, que se encontrem a residir, estudar, ou trabalhar em Mirandela. Desta forma, é pretendido criar uma entidade que mobilize os jovens mirandenses interessados, a envolverem-se mais ativamente na resolução de problemáticas/necessidades locais, em colaboração com entidades associativas, empresariais e administrativas locais.

Para tal, a AJIL irá, em grande medida, funcionar em torno de duas grandes etapas de intervenção, denominadas por Fases da Intervenção Jovem (FIJ), e que terão a sua incidência em dois grupos de jovens com faixas etárias distintas. Na primeira faixa etária, que se enquadra na intervenção da FIJ-1 (Primeira Fase de Intervenção Jovem), pretende-se desenvolver o interesse dos jovens pela participação pública e dar-lhes a conhecer a realidade mirandense através do contacto com várias entidades locais. Para além disso, irá também promover a participação dos próprios jovens estudantes, na resolução de problemáticas/necessidades

sinalizadas na própria comunidade escolar. Esta primeira fase de intervenção será direcionada para os jovens com idades entre os 13 e os 19 anos por serem, em grande medida, pessoas que integram o 3º ciclo do ensino básico, CEF, cursos vocacionais e ensino secundário e que constituem um grau de conhecimentos que ainda não se adequam aos objetivos da intervenção do FIJ-2 (Segunda Fase de Intervenção Jovem). Neste sentido será preferencial trabalhar a socialização destes jovens para a inseminação de uma cultura mais participativa, de forma a que mais tarde, na faixa etária dos 20-30 anos, possam ter uma postura mais proativa e participativa no concelho. Tal proatividade surgirá na ordem de trabalho da FIJ-2, cujos objetivos passarão pelo apoio formativo ao desenvolvimento de projetos sociais e empreendedores que sejam inovadores e pertinentes ao concelho mirandense. Também terá como objetivo a disponibilização de alguns meios logísticos que apoiem os jovens na criação e desenvolvimento dos seus projetos de intervenção local, e pela tentativa de criação de estágios, que intervenham na comunidade mirandense. Por fim, a FIJ-2 também servirá como motor à mobilização e incentivo, desses mesmos jovens, em realizarem os seus próprios eventos e dinâmicas interventivas, conforme o que se justifique ser necessário.

Cada um destes objetivos, tal como veremos mais à frente, caracteriza um dos seis programas que idealizam a intervenção da AJIL:

Para além destes dois eixos de intervenção, existirá um outro que aborda transversalmente toda a comunidade-alvo deste projeto. Este eixo, denominado por Programa “Discutir para Desenvolver”, visará promover momentos de discussão entre a comunidade jovem interessada em debater tanto a realidade mirandense, como formas de intervir na resolução de problemáticas detetadas localmente, e na própria forma de despoletar o desenvolvimento do concelho.

3.1.3. Características gerais

Missão:

O projeto associativo AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local tem como principal missão a promoção do desenvolvimento comunitário mirandense, desencadeado através de todo um processo de governação integrada, ao qual requer uma maior participação pública, por parte dos seus residentes.

Para tal, este projeto visa intervir junto da população jovem (entre os 13 e os 30 anos) através de estratégias de socialização e de apoio comunitário, que desenvolvam uma cultura mais participativa no seio da comunidade mirandense. É assim pretendido preparar a população mais jovem a ser mais proativa e interveniente em assuntos locais, para que tal efeito também se reproduza na fase adulta, e consequentemente despoletando assim o desenvolvimento comunitário.

Visão:

Ser um projeto social piloto, que possibilite não só o desenvolvimento comunitário de um concelho com características (demográficas, sociais, económicas e ambientais) típicas de uma região do interior português, mas também ser um projeto-piloto que possibilite e apoie uma melhor formação pessoal e social dos jovens de hoje-em-dia.

Valores:

Proatividade| Cidadania| *Empowerment*| Juventude| Desenvolvimento Social e Comunitário| Diversidade| Humanismo| Responsabilidade Social| Inovação Social| Empreendedorismo Social| Governação Integrada.

3.2. Finalidades e objetivos do projeto

3.2.1. Finalidades

Tal como explorado anteriormente, através da AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local pretende-se criar uma resposta social que promova a participação jovem, na resolução dos problemas inerentes a Mirandela. No fundo, é uma finalidade deste projeto despoletar o desenvolvimento comunitário socializando a população jovem mirandelense (ou que resida temporariamente no concelho) a ser mais proativa e interventiva para que tais características repercutam na vida adulta destes indivíduos. Como consequência, ao incrementar a participação pública (quer na vida juvenil, quer na vida adulta), estará a ser gerado um modelo de governação local, mais eficiente e eficaz no processo de desenvolvimento de Mirandela: a governação integrada.

Desta forma, a verdadeira finalidade por detrás deste projeto passa por desenvolver, de uma forma continuada, uma cultura participativa nos jovens residentes no concelho de Mirandela, para que futuramente se desenrole todo um processo de desenvolvimento comunitário com base numa abordagem mais democrática e participativa, que constitui a governação integrada.

3.2.2. Objetivos do projeto

Tabela 9. Objetivos (gerais e específicos) da AJIL

Problemática/necessidade identificada	Objetivos Gerais (Missão Social)	Objetivos Específicos
a) Poucas iniciativas desenvolvidas no âmbito do desenvolvimento comunitário.	- Incentivar a criação de mais dinâmicas e eventos comunitários, entre a população mais jovem.	- Dar a conhecer a realidade (social, económica, institucional, ambiental) mirandelense, junto de várias entidades locais, de forma a viabilizar a criação de eventos comunitários, por parte desses jovens e dessas mesmas entidades.

		- Estimular os jovens a criar e integrar clubes de estudantes (devidamente tutelados), cujo objetivo visa ultrapassar problemas/necessidades sinalizadas, no seio da comunidade escolar.
b) Frágil presença de uma governação integrada.	- Desenvolver uma maior cooperação entre as entidades reguladoras e a comunidade jovem local.	- Mobilizar os jovens a cooperarem ativamente na criação de respostas sociais, em colaboração com as entidades administrativas locais.
c) Falta de respostas no âmbito da formação pessoal e social.	- Promover uma maior cultura participativa, na população jovem, enquanto estes despoletam as suas <i>soft skills</i> .	- Educar/socializar os jovens a serem mais participativos, através de palestras e seminários no Auditório Municipal, ou nas próprias instalações escolares.
d) Inexistência de uma forte dinâmica de associativismo juvenil.	- Incitar e mobilizar a população jovem, a criar as suas próprias entidades associativas, que visem ultrapassar as várias necessidades locais.	- Apoiar, através de formações e recursos logísticos, o desenvolvimento de projetos pertinentes e inovadores para o concelho, criados pelos jovens mirandenses.
e) Pouca auscultação da opinião da população mais jovem, relativamente a assuntos comunitários.	- Dar voz à população jovem, fazendo chegar as suas opiniões e ideias para junto das entidades reguladoras.	- Servir de entidade intermediária, entre as entidades reguladoras e a população jovem, auscultando as ideias, propostas e opiniões acerca da realidade de Mirandela, e fazer chegar a sua voz às entidades administrativas competentes. - Proporcionar momentos de reflexão e de debate mensais, acerca de temas alusivos à realidade do concelho de Mirandela.

3.3. Plano estratégico do projeto

3.3.1. Território a abranger

O território de atuação da AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local será em todo o Concelho de Mirandela, não cingindo só ao território urbano que constitui a cidade de Mirandela, mas também às restantes Freguesias.

3.3.2. Público-alvo

O público-alvo da AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local será população jovem que reside (temporariamente ou não) no Concelho de Mirandela, e cuja idade seja compreendida entre os 13 e os 30 anos de idade.

3.3.3. Programa de Intervenção

Propõem-se que o programa de intervenção da AJIL se esquematize da seguinte forma:

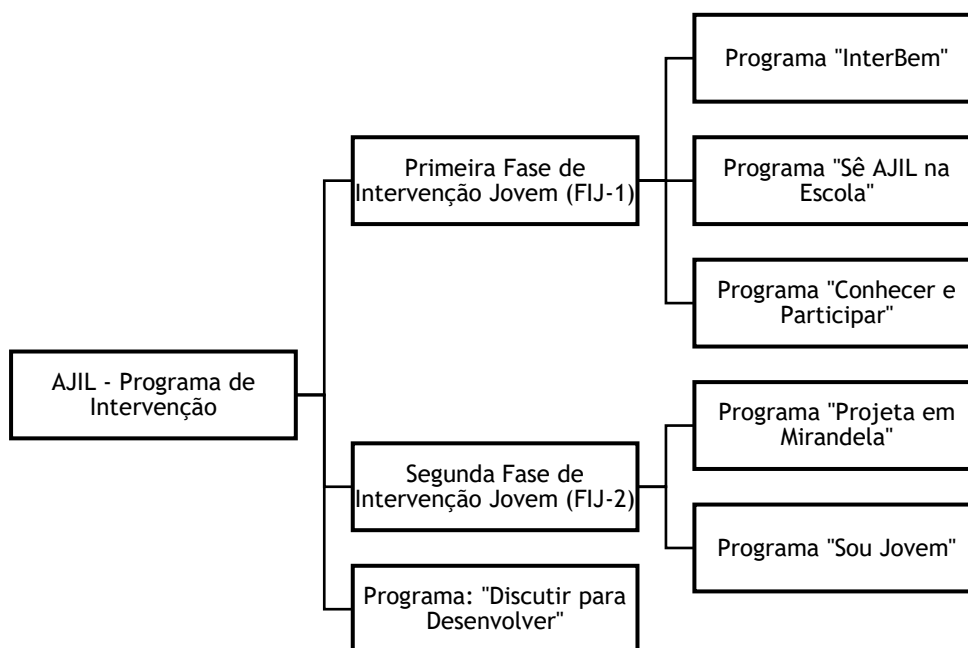


Figura 8. Programa de Intervenção da AJIL

Recorrendo aos objetivos específicos traçados previamente podemos asseverar que este projeto social terá três vertentes interventivas: a FIJ-1, que terá como principal foco a socialização dos jovens, entre os 13 e os 19 anos de idade, em se tornarem mais proativos e preocupados com a realidade mirandelense, intervindo em pequena escala (e de uma forma acompanhada) em problemas localizados nas comunidades escolares; a FIJ-2, cujo o objetivo se centra em apoiar os jovens na criação e dinamização dos seus próprios projetos (quer sejam

empresariais ou associativos) que visem o desenvolvimento local. Para além disso, o FIJ-2 terá também um programa onde será possível auscultar a população jovem, fazendo chegar a sua voz a entidades como a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, empresas locais, entre outras; por último temos uma terceira intervenção que se caracteriza por ser um programa isolado das restantes FIJ, por albergar toda a população-alvo deste projeto, ao qual se chama Programa “Discutir para Desenvolver”. Este programa pretende reunir mensalmente a comunidade jovem interessada em locais específicos, onde estes possam partilhar ideias e debater a realidade mirandense, de forma a encontrar consensos que possam vir a ajudar no próprio processo de desenvolvimento comunitário de Mirandela.

De seguida irá estabelecer-se uma relação entre os objetivos específicos da AJIL, apresentados anteriormente, com cada um dos restantes programas que integram as duas FIJ, de forma a explicar no que consistem cada um deles:

- a) **Programa “InterBem”** - Educar os jovens a serem mais participativos, através de palestras e seminários no Auditório Municipal, ou nas próprias instalações escolares;
- b) **Programa “Sê AJIL na Escola”** - Incentivar os jovens a criar e integrar clubes de estudantes (devidamente tutelados), cujo objetivo visa ultrapassar problemas/necessidades sinalizadas, no seio da comunidade escolar;
- c) **Programa “Conhecer e Participar”** - Dar a conhecer a realidade (social, económica, institucional, ambiental, política, [...]) mirandense de forma a viabilizar a intervenção jovem;
- d) **Programa “Projeta em Mirandela”** - Apoiar, através de formações e recursos logísticos, o desenvolvimento de projetos pertinentes e inovadores para o concelho, criados pelos jovens mirandenses;
- e) **Programa “Sou Jovem”** - Servir de entidade intermediária, entre as entidades reguladoras e a população jovem, auscultando as ideias, propostas e opiniões acerca da realidade de Mirandela, e fazer chegar a sua voz às entidades administrativas competentes.

3.3.4. Calendário de atividades⁷

Na tabela que se segue apresenta-se a calendarização das principais atividades da AJIL, quer a nível interno, quer a nível externo. Estas variam conforme as atividades realizadas para executar o funcionamento (interno) do próprio projeto, e as atividades que serão dinamizadas ao longo da implementação dos programas anteriormente explorados:

⁷ As seguintes calendarizações das atividades da AJIL são ainda provisórias, e conforme a implementação do projeto, estas poderão vir a sofrer algumas alterações.

Tabela 10. Plano de calendarização de atividades da AJIL

Incidência	Atividade	Rotinas (provisórias)
Interna	a) Assembleias Gerais	Uma vez por trimestre
	b) Reuniões de direção e contabilidade	Uma vez por mês
	c) Reuniões de <i>status report</i> e planeamento operacional	Última semana de cada mês
	d) Reuniões de departamento	Primeira semana de cada mês
Externa	a) Reuniões com <i>stakeholders</i>	<i>Conforme a disponibilidade/necessidade em reunir por parte dos stakeholders</i>
	b) Realização de palestras/seminários em contextos escolares - Programa “InterBem”	Uma vez por mês (alternar com d) de mês-a-mês)
	c) Apoio e gestão dos núcleos de estudantes - Programa “Sê AJIL na Escola”	<i>Intervenção constante (através de plataformas colaborativas online) e conforme o requerido pelos tutores e pelos núcleos.</i>
	d) Visitas de estudo - Programa “Conhecer e Participar”	Uma vez por mês (alternar com b) de mês-a-mês)
	e) Concretização de sessões de formação para a criação de projetos - Programa “Projeta em Mirandela”	<i>Conforme o acordado com os centros de formação</i>
	f) Acompanhamento no desenvolvimento de projetos - Programa “Projeta em Mirandela”	<i>Intervenção constante, conforme o requerido pelos jovens que se encontram a desenvolver projetos (através do site/fórum e marcação de reuniões via Skype ou presencial)</i>
	g) Auscultação de ideias de propostas para o desenvolvimento comunitário de Mirandela - Programa “Sou Jovem”	<i>Intervenção constante (através do site/fórum e marcação de reuniões)</i>

3.3.5. Recursos e organização

3.3.5.1. Organograma

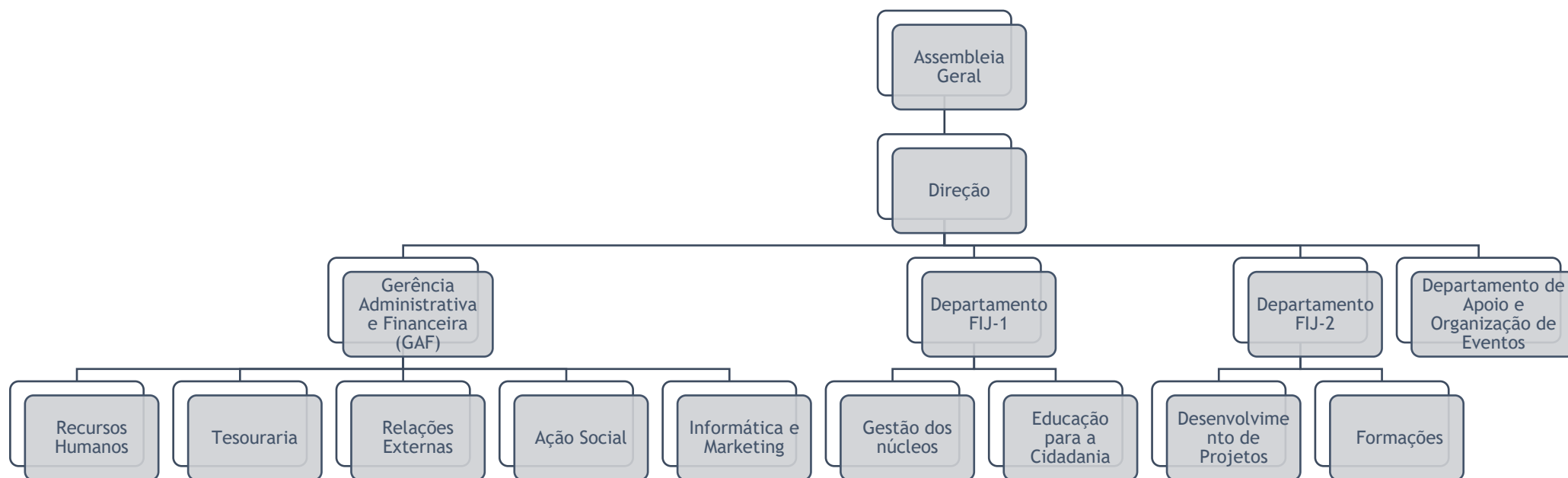


Figura 9. Organograma (provisório) da AJIL.

3.3.5.2. Recursos humanos

Tabela 11. Quadro (provisório) de Recursos Humanos da AJIL

AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local		
Categoria Profissional	Cargo(s)	Afetação
1 Diretor(a) técnico(a)	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização e administração da AJIL. 	100%
1 Técnico(a) Oficial de Contas (TOC)	<ul style="list-style-type: none"> Gerir a toda a contabilidade referente à atividade da AJIL. 	50%
1 Técnico(a) Informático	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção do site oficial da AJIL, bem como das redes sociais. 	50%
2 Técnico(a) Social	<ul style="list-style-type: none"> Responsáveis pela intervenção direta com os jovens que integram a Primeira Fase de Intervenção Jovem (FIJ-1). Dinamização e programação dos eventos, respetivos aos vários programas da AJIL. 	100%
1 Técnico(a) de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> Responsável pela manutenção dos recursos humanos, inerentes ao funcionamento da AJIL. 	100%
1 Técnico(a) de Gestão de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> Responsável pela intervenção direta com os jovens que integram a Segunda Fase de Intervenção Jovem (FIJ-2). 	50%

3.3.5.3. Recursos financeiros

Ao longo desta análise de recursos financeiros, serão apresentadas exclusivamente algumas fontes possíveis de financiamento e de despesas da AJIL. Sendo ainda incertos os valores que advêm de cada fonte apresentada, optou-se por não serem abordados quaisquer valores monetários.

Tabela 12. Quadro (provisório) de Recursos Financeiros da AJI

Despesas	Financiamento
→ Procedimentos burocráticos	→ Parcerias
→ Equipamentos	→ Associados
→ Recursos humanos	→ Fundos Comunitários (IPDJ; POPH)
→ Material logístico	→ Patrocínios
→ Material pontual para a concretização das atividades	→ <i>Merchandise</i>
→ Outras despesas	→ Eventos Sociais
	→ Donativos
	→ Prestação de Serviços
	→ Angariação de fundos através de eventos sociais e culturais

3.3.5.4. Análise de Stakeholders

De uma forma sintética, a análise de *stakeholders* apresenta-se como um estudo imprescindível para qualquer tipo de projeto social. Este estudo auxilia na melhor coordenação e gestão das entidades envolvidas, de forma a conhecer de que forma elas poderão influenciar o projeto em causa, e vice-versa.

Desta forma, apresenta-se de seguida uma análise feita aos possíveis *stakeholders* que poderão vir a envolver-se neste projeto social jovem. Na primeira tabela apresentam-se todos os stakeholders provisórios, bem como em que medidas eles se irão relacionar com a AJIL. Já na segunda tabela, encontra-se apresentada a análise que caracteriza o nível de importância que estes apresentam, face à AJIL.

Tabela 13. Lista (provisória) de Stakeholders da AJIL

<u>Stakeholders</u>	<u>Participação pretendida</u>
1. Banco Local de Voluntariado	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria na mobilização dos jovens a participarem em propostas de voluntariado local; • Divulgação; • Mediador entre a AJIL e outras entidades associativas locais.
2. Câmara Municipal de Mirandela	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio financeiro e logístico; • Divulgação; • Incentivar os jovens a apresentarem ideias fundamentadas, para eventos/dinâmicas/projetos, junto do órgão responsável pela juventude, da Câmara Municipal; • Colaborar na organização e participação de sessões de debates sobre assuntos relacionados com o concelho de Mirandela; • Disponibilizar um espaço para debates e/ou <i>coworking</i>.
3. Centros de Formação	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria em formações relacionadas com a criação de projetos (empreendedores, sociais, ambientais) para os jovens interessados.
4. CLDS 4G de Mirandela	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar no acompanhamento/tutoria da criação de projetos desenvolvidos pelos jovens; • Parceria na dinamização de momentos que promovam a reflexão em torno da participação pública, em Mirandela.

<p>5. Instituições Escolares e Politécnico:</p> <p>5.1. Agrupamento de Escolas de Mirandela</p> <p>5.2. EPA - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais</p> <p>5.3. EsACT - IPB - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo</p> <p>5.4. Esproarte - Escola Profissional de Arte de Mirandela</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio logístico; • Mediador nas relações entre a AJIL e jovens participantes; • Dinamização de eventos; • Apoio na criação dos “núcleos jovens”, dentro dos contextos escolares.
<p>6. Juntas de Freguesia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio financeiro e logístico; • Divulgação; • Colaborar na realização de atividades que envolvam a comunidade jovem, das áreas rurais, no desenvolvimento do desenvolvimento de cada freguesia; • Apoiar a comunidade jovem na possível implementação de projetos, em freguesias rurais.
<p>7. RLIS - Rede Local de Intervenção Social de Mirandela</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria na dinamização de momentos que promovam a reflexão em torno da participação pública, no concelho Mirandela;

Já na segunda tabela, encontra-se apresentada a análise que caracteriza o nível de importância que estes apresentam, face à AJIL, cuja avaliação quantitativa será feita entre 0 e 5 valores. Tal análise será feita de uma forma quantitativa, para que seja mais fácil determinar quais os que têm uma maior e menor pertinência em serem entidades envolvidas.

Posteriormente será apresentado um gráfico com quatro quadrantes, onde será concluída esta análise de *stakeholders*, ao enquadrar cada um deles no seu respetivo quadrante relacionado com o seu grau de poder e interesse, face ao projeto AJIL.

Tabela 14. Recursos dos Stakeholders

Stakeholders	Peritagem/Conhecimento	Impacto do Projeto	Legitimidade	Recursos			Total
				Finan.	Logist.	Human.	
1. Banco Local de Voluntariado	4	3	4	0	4	5	20
2. Câmara Municipal de Mirandela	5	5	5	4	3	2	24
3. Centros de Formação	4	4	4	0	1	4	17
4. CLDS 4G de Mirandela	3	3	3	0	4	1	14
5. Instituições Escolares e Politécnico	5	5	5	0	5	3	23
6. Juntas de Freguesia	4	4	4	2	3	2	19
7. RLIS - Rede Local de Intervenção Social de Mirandela	4	3	4	0	3	2	16

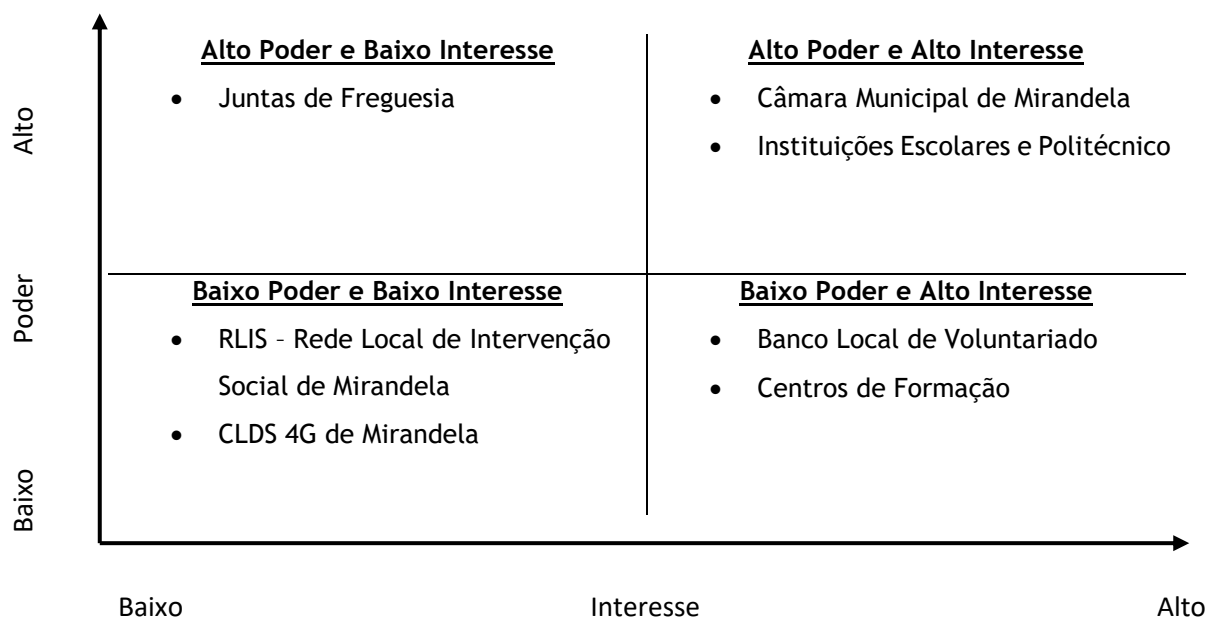


Figura 10. Análise de Stakeholders

3.3.6. Análise e gestão do risco⁸

Tabela 15. Avaliação de riscos (análise preliminar)

Nº	Objetivos	Riscos	Avaliação do Risco			Nível de Risco ⁹
			Impacto	Probabilidade	Nível de Gravidade	
1	Educar os jovens a serem mais participativos, através de palestras e seminários no Auditório Municipal, ou nas próprias instalações escolares.	a) Incompatibilidades com a carga horária dos jovens.	Médio 3	Média 3	Médio 3	Médio 3
		b) Baixo nível de adesão, por parte dos jovens.	Alto 4	Baixo 2	Alto 4	Médio 3.33(3)
		c) Impedimentos por parte das entidades escolares.	Médio 3	Médio 3	Baixo 2	Médio 2.66(6)
2	Incentivar os jovens a criar e integrar clubes de estudantes (devidamente tutelados), cujo objetivo visa ultrapassar problemas/necessidades sinalizadas, no seio da comunidade escolar.	a) Baixo nível de adesão, por parte dos jovens.	Alto 4	Médio 3	Alto 4	Alto 3.66(6)
		b) Falta de tutores.	Muito alto 5	Médio 3	Alto 4	Alto 4
3	Dar a conhecer a realidade (social, económica, institucional, ambiental, política, [...]) mirandense, junto de várias entidades locais, de forma a viabilizar a intervenção jovem.	a) Falta de interesse por parte das entidades locais (stakeholders).	Alto 4	Médio 3	Alto 4	Alto 3.66(6)
		b) Incompatibilidades com os regulamentos escolares.	Médio 3	Baixo 2	Médio 3	Médio 2.66(6)
		c) Baixo nível de adesão, por parte dos jovens.	4	2	4	Médio 3.33(3)

⁸ Os resultados numéricos apresentados na tabela variam entre 1 a 5, sendo que 1 é equivalente a Muito Baixo e 5 a Muito elevado.

⁹ O valor é calculado através da média obtida entre os três aspetos considerados para a avaliação do risco.

AJIL – Associação de Jovens para a Intervenção Local

		d) Falta de permissão por parte dos encarregados de educação.	4	3	3	Médio 3.33(3)
4	Apoiar, através de formações e recursos logísticos, o desenvolvimento de projetos pertinentes e inovadores para o concelho, criados pelos jovens mirandelenses.	a) Incapacidade em fornecer os recursos logísticos necessários.	5	4	4	Alto 4.33(3)
		b) Falta de formadores.	4	3	4	Alto 3.66(6)
		c) Falta de espaço próprio para as formações.	5	2	4	Alto 3.66(6)
		d) Incapacidade em adquirir um espaço de <i>coworking</i> .	3	4	3	Médio 3.33(3)
		e) Projetos, provenientes da população jovem, serem mal dinamizados.	5	2	5	Alto 4
5	Servir de entidade intermediária, entre as entidades reguladoras e a população jovem, auscultando as ideias, propostas e opiniões acerca da realidade de Mirandela, e fazer chegar a sua voz às entidades administrativas competentes.	a) Falta de auscultação por parte das entidades administrativas.	4	2	3	Médio 3
		b) Falta propostas da população jovem.	4	3	4	Alto 3.66(6)
6	Proporcionar momentos de reflexão e de debate mensais, acerca de temas alusivos à realidade do concelho de Mirandela.	a) Baixo nível de adesão, por parte dos jovens.	5	2	4	Alto 3.66(6)
		b) Falta de interesse em participar nos debates mensais.	4	2	3	Médio 3

Fonte: elaboração própria com base em exemplo apresentado no artigo *Metodología Evaluación de Riesgos Proyectos*, do Instituto Dominicano de Desarrollo Integral, INC, 2015.

3.3.7. Plano de avaliação e revisão do projeto

Conforme o apresentado, relativamente à construção deste projeto social, bem como aos seus programas a implementar, surge agora a necessidade de esclarecer que tipos de avaliação serão recorridos ao longo do seu plano de ação. Para tal, tendo em conta ao tipo de avaliador (se é interno ou externo) e a altura em que a avaliação será realizada (antes, durante ou depois da implementação de um programa), podemos enumerar dois momentos de avaliação, para cada um dos programas descritos no plano de intervenção da AJIL. Assim sendo, irá recorrer-se a uma avaliação externa e *on-going*, de forma a captar as perceções de entidades externas a este projeto, ao longo do desenrolar do programa; e uma avaliação interna e *ex-post*, para discutir e retirar ilações acerca de questões como a eficiência, eficácia, impacto, relevância e sustentabilidade, de cada programa, entre os membros participantes da AJIL, após a realização de cada programa.

3.4. Ponto de situação e próximos passos

Atualmente ainda não existe um grande avanço, no ponto de situação da AJIL. Este trabalho de projeto representa a planificação da mesma e visa ser o “motor de arranque” para o início da sua implementação, em Mirandela. Torna-se crucial salientar que a apresentação, aqui feita neste trabalho de projeto, representa o produto final da implementação do projeto. Este processo, gradual, terá início com a implementação dos programas inseridos na FIJ-1, pelo que só mais tarde, quando existirem os meios para tal, é que será implementado o FIJ-2.

No entanto, do que se pode para já evidenciar, a AJIL conta com quatro membros (para já, voluntários) que ajudarão a construir e a dinamizar este projeto ao longo dos seus primeiros passos. Destes membros, dois são licenciados em informática; outro é mestre em gestão de recursos humanos; e outro é licenciado em sociologia. Para além disso, foram já analisadas algumas formas de apoios, estratégias de autossustentabilidade, e auscultadas as opiniões de alguns dos possíveis *stakeholders* do projeto, acerca da sua pertinência e possibilidade em apoiar a causa.

De modo a dar os primeiros passos, na implementação deste projeto, apresenta-se uma listagem das próximas etapas, de forma a posteriormente apresentar a devida calendarização da sua execução:

- a) Consolidar a equipa; consolidar plano de sustentabilidade; definir estatutos; e definir a calendarização dos programas da AJIL;
- b) Preparar os espaços apropriados para o funcionamento do projeto: gabinete e espaço *cowork*;
- c) Legalização do projeto e inscrição no Banco Local de Voluntariado;
- d) Preparação para a implementação da FIJ-1 e sessões de debates mensais, ao longo do ano letivo 2019-2020;
- e) Divulgação, recrutamento de voluntários e angariação de associados;
- f) Execução da FIJ-1, e das sessões de debate mensais.

AJIL – Associação de Jovens para a Intervenção Local

Tabela 16. Calendarização das próximas etapas de implementação da AJIL, para 2015

Objetivos	Ano 1 (2019)											
	Meses											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
a) Consolidar a equipa; consolidar plano de sustentabilidade; definir estatutos; e definir a calendarização dos programas da AJIL.	-	X	X	X								
b) Preparar os espaços apropriados para o funcionamento do projeto: gabinete e espaço <i>cowork</i> .				X	X							
c) Legalização do projeto e inscrição no Banco Local de Voluntariado.					X							
d) Preparação para a implementação da FIJ-1 e sessões de debates mensais, ao longo do ano letivo 2019-2020.						X	X					
e) Divulgação, recrutamento de voluntários e angariação de associados.							X	X				
f) Execução da FIJ-1, e das sessões de debate mensais.									X	X	X	X

Conclusões

De forma a findar este trabalho de projeto, podemos concluir que este projeto associativo poderá trazer mais-valias ao concelho de Mirandela. Pois tendo em conta toda a teoria que está por detrás desta iniciativa, bem como a realidade do concelho, é possível assegurar que, através da AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local, Mirandela poderá vir a usufruir de uma intervenção jovem mais ativa e comunitária. Tal fenómeno repercutirá também, a médio-longo prazo, na criação de gerações de adultos igualmente participativos, mais dinâmicos e com maiores apetências em intervir nos contextos em que residem.

Esta intervenção comunitária, mais preocupada em auscultar e fazer participar a população residente no concelho em epigrafe, trará também enormes benefícios na criação de estratégias mais eficientes, eficazes e localizadas. Pois estas não serão geradas exclusivamente numa perspetiva de “*top-down*”, sendo que também existirá o contributo de uma perspetiva “*bottom-up*”. Por outras palavras, haverá um reforço na comunhão de esforços entre as entidades reguladoras, e a comunidade local, com vista a ultrapassar determinadas necessidades (descritas ao longo do diagnóstico aqui realizado), e proporcionar formas de desenvolvimento do concelho. E sendo que se averiguou um nível baixo de participação pública, através da investigação realizada, uma associação como a AJIL acabará por ser de todo pertinente.

Por fim, se este projeto-piloto tiver os resultados expectados, podemos comprovar empiricamente que a aposta em estratégias políticas, que facilitem a junção de uma governação integrada com uma maior descentralização política e administrativa, será uma possível solução para desenvolver as regiões do interior de Portugal. Ao incrementar o índice de desenvolvimento, destas mesmas regiões, estamos não só a promover o bem-estar dos seus residentes, como também estamos a potencializar outros elementos endógenos, que possibilitam uma melhor intervenção estatal. Consequentemente estaremos também a criar meios para que o Estado-providência português saia dos seus contextos de crise, por serem facultados meios que viabilizam a sua intervenção, ao desenvolver o interior português.

Bibliografia

Adão e Silva, Pedro (2002), “O Modelo de Welfare da Europa do Sul - Reflexões sobre a utilidade do conceito”, em *Sociologia, problemas e práticas*, nº38, pp. 25-59.

Aguiar, João (2013), “A política de classe na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária”, em *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 25, pp. 119-140.

AMTQT - Associação de Municípios de Terra Quente Transmontana (s/d), “Mirandela” em AMTQT - Associação de Municípios de Terra Quente Transmontana (s/d), consultado a 26/6/2018 em <http://www.amtqt.pt/pages/303>.

Andersen, Jørgen (2012), *Welfare States and Welfare State Theory*, CCWS Working Paper N.º80/2012, Aalborg, CCWS, Aalborg University.

Barreto, António (1984), “O Estado Central e a Descentralização: antecedentes e evolução, 1974-84”, em *Análise Social*, vol. 20, pp. 191-218.

Barroso, Alfredo (2013), “O Neoliberalismo contra o Estado-Providência” em *Estudos do Século XX*, nº13, pp. 85-97.

Binotto, Erlaine, *et al.* (2010), “Descentralização Político-Administrativa: O caso de uma Secretária de Estado” em *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, vol.6, nº3, pp.186-213.

Buarque, Sérgio (1999), “Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e municipal sustentável”, Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA, PCT - INCRA/IICA.

Camargo, Daniela (2016), “Descentralização, poder local e participação social: perspetivas para a construção de uma nova cultura política”, comunicação apresentada ao *III Colóquio de Ética, Filosofia Política e Direito*, UNISC.

Cardoso, Fábio (s/d), “A influência do Relatório de Beveridge nas origens do Welfare State (1942-1950)”, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara (FCLAR/UNESP).

Carmo, Hermano (2001), “A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social”, *Actas da 1ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental*, ISPA, Universidade Aberta, Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) e ISCSP/UTL.

Carvalho, Andreia (2015), *Associativismo e Participação - o Caso da Associação Cultural Desportiva e Social da Ereira*, Coimbra, ESEC - Escola Superior de Educação de Coimbra, Dissertação de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local.

- Castro, Catarina (s/d), “Características e finalidades da Investigação-Ação”, pp. 2-18.
- Center for the Study of Social Policy (2011), *Results-based public policy strategies for Promoting Youth Civic Engagement*, New York.
- Charnet, Emerson, Chamon, Edna, Camarini, Gladis (2006), “Conceituação do Terceiro Setor”, comunicação apresentada ao X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, Universidade do Vale do Paraíba.
- Coelho, Sandra (2008), *Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo*, Universidade do Porto Working Paper nº 29/2008, Porto, UP.
- Coutinho, Clara, *et al.* (2009), “Investigação-acção: metodologia preferencial nas práticas educativas” em *Psicologia Educação e Cultura*, vol.13, nº2, pp. 355-380.
- Creative Commons (2011), “Models of Participation & Empowerment” em *A chase through the maze*, ed. online, em https://www.nonformality.org/wp-content/uploads/2012/11/Participation_Models_20121118.pdf
- Cruz, Manuel (1982), “Notas para uma caracterização do salazarismo” em *Análise Social*, vol. 13 (72-73-74), pp. 773-794.
- Diniz, Francisco, *et al.* (2003), *Relatório da cidade de Mirandela Portugal*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Duarte, Maria (1996). *O Estado Providência - Contribuição para o estudo e análise do modelo português*, Covilhã, UBI, dissertação de mestrado em Gestão.
- Esping-Andersen, Gøsta (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Princeton, Princeton University Press, pp. 85-116.
- Fernandes, Arménio (s/d), “A Investigação-acção como metodologia” em *Projecto SER MAIS - Educação para a Sexualidade Online*, Porto, Universidade do Porto, pp. 69-80.
- Freitas, Henrique, *et al.* (1998), *The Focus Group, a qualitative research method - Reviewing the theory, and providing guidelines to its planning*, ISRC Working Paper Nº 010298/1998, ISRC, Merrick School of Business, University of Baltimore, Baltimore.

Gomes, Camila (2017), “O papel das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na contemporaneidade” em *Revista Digital de Direito Administrativo*, vol. 4, nº2, pp. 20-38, consultado a 13/7/2018, em www.revistas.usp.br/rdda/article/download/130714/130580/ .

Gray, David (2004), *Doing Research in the Real World*. SAGE Publications.

Gray, David (2009 [2004]), *Doing Research in the Real World*. SAGE Publications.

Hart, Roger (1992), “Children’s Participation - From Tokenism to Citizenship” em *Innocenti Essay*, nº4.

Instituto Dominicano de Desarrollo Integral, INC (2015), *Metodología Evaluación de Riesgos Proyectos*, Santo Domingo Oeste, República Dominicana, Instituto Dominicano de Desarrollo Integral, INC.

Jacinto, Ana, Ramos, Pedro (2010), “Movimentos migratórios regionais do interior português: quem saiu e quem entrou?” em *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº24, pp. 17-39.

Keynes, John (1936), *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda - Inflação e Deflação*, Palgrave Macmillan.

Leonello, João, Cosac, Cláudia (s/d), *O Associativismo como alternativa de Desenvolvimento Local e Sustentabilidade Social*, ed. online, em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/joacarlosleonelloeclaudiamariadahercosac.pdf>

Mangone, Emiliana (2008), “The Community and the Communitarian Development Models”, comunicação apresentada ao *6th International Conference of Territorial Intelligence “Tools and methods of Territorial Intelligence”*, Besancon.

Marques, Rui (org.) (2013), *Portugal 2020: como fazer funcionar a governação integrada?*, Lisboa, Instituto Padre António Vieira.

Matos, Marta (2014), *O Estado-Providência em Portugal e as Políticas Sociais: avaliação da implementação das Cantinas Sociais*, Lisboa, ISCTE-IUL, dissertação de mestrado em Sociologia.

McFarland, Daniel A., Thomas, Reuben J. (2006), “Bowling Young: How Youth Voluntary Associations Influence Adult Political Participation” em *American Sociological Review*, vol.71, nº3, pp.401-425.

Monteiro, Alcides A. (1995), *O Lugar e o Papel dos Atores num Processo de Investigação-Ação*, Covilhã, UBI, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica - trabalho de síntese.

Monteiro, Alcides A. (2015), “Espinafres, tartes de maçã e governança local” em *VeZ e Voz, ed. especial*, pp. 28-35.4.

Mozzicafreddo, Juan (1997), *Estado Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Nascimento, César (2013), *Particularidades das Instituições de Solidariedade Social da Igreja Católica na Reconfiguração do Terceiro Sector: Um Estudo de Caso*, Covilhã, UBI, dissertação de mestrado em Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais.

NG, Shun-Wing (2014), “Youth Civic Participation: do socialising agents matter?” em *Citizenship, Social and Economics Education*, vol.13, nº2, pp.121-131

Nogueira, Marco (1997), “A Dimensão Política da Descentralização Participativa” em *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol.11, nº3, pp.8-19.

Nogueira, Vera (2001), “Estado de Bem-estar Social - origens e desenvolvimento” em *Revista Katálysis*, nº5, pp.89-103.

Peixoto, João (s/d), *A Demografia da População em Imigrante em Portugal*, PDF em https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/2_PI_Cap1.pdf/ed4f4f22-56a0-40b4-99a3-2960896f63f1.

Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes (2007), *Diagnóstico Social*, Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes, ISS, IP - Centro Distrital de Bragança, pp.32-80.

PORDATA (2018), “Quadro-resumo: Mirandela” em *Números dos Municípios e regiões de Portugal*, consultado a 20/11/2018, em [https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Mirandela+\(Município\)-232050](https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Mirandela+(Município)-232050).

Prado, Eleutério (2006), “Uma Formalização da Mão Invisível” em *Revistas USP - Estudos Económicos*, vol.36, nº1, pp.47-65.

Rede Social de Mirandela (2013), *Diagnóstico Social 2013*, Mirandela, Rede Social de Mirandela, pp.35-144.

Rede Social de Mirandela (s/d), *Plano de Desenvolvimento Social 2016-2018*, Mirandela, Rede Social de Mirandela.

República Portuguesa (2016), *Programa Nacional para a Coesão Territorial*, Unidade de missão para a valorização do interior, pp.10-18.

S/a (s/d), *O Interior em Números: Bases para um Diagnóstico*, em Plano Nacional para a Coesão Territorial, consultado a 21/01/2019 em <http://www.pnct.gov.pt/wp-content/uploads/2017/01/DIAGNOSTICO.pdf>

Ribeiro, Maria (2011), “Descentralização os discursos e as práticas: uma concepção polissêmica” em *Revista Olhar de Professor*, vol.14, nº2, pp.381-388

Rosanvallon, Pierre (1984), *A crise do Estado-Providência*, 2ªed., Editorial Inquérito.

Santos, Marcos (2012), *Texto de Apoio sobre o Diagnóstico em Processos de Intervenção Social e Desenvolvimento Local*, Évora, Universidade de Évora. PDF em http://home.uevora.pt/~mosantos/download/Diagnostico_10Ag12.pdf.

Sapir, André (2005), *Globalisation and the Reform of European Social Models*, Bruxelas, Bruegel. PDF em <https://graspe.eu/SapirPaper.pdf>.

Sá-Silva, Jackson, Almeida, Cristóvão, Guindani, Joel (2009), “Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas” em *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol.1, nº1, pp.1-15.

Silva, Maria (1963), “Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário” em *Análise Social*, vol.1, nº4, pp.538-558.

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2016), *Youth Civic Engagement*, Nova York, United Nations.

United Nations Youth (s/d), *Youth, Political Participation and Decision-making*, United Nations. PDF em <https://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/fact-sheets/youth-political-participation.pdf>.

ANEXOS

ANEXO 1. Guião das Entrevistas Semiestruturadas

Rede Social de Mirandela

1) Situação (geral) de Mirandela

1.1. De que forma caracteriza a realidade social, económica e ambiental, do concelho mirandense?

1.2. De que formas tem intervindo a Rede Social de Mirandela, em prole do aprimoramento dessa mesma realidade?

1.3. Considera que essas formas de intervenção têm vindo a evoluir positivamente, na obtenção de melhores resultados?

1.4. No que toca aos diagnósticos da Rede Social de Mirandela, com que regularidade estes são realizados?

1.5. Que tipos de dificuldades a Rede Social de Mirandela encontra, ao intervir a nível local?

1.6. Quais é que considera ser as principais necessidades e as oportunidades do concelho mirandense?

1.7. Que estratégias futuras pretendem implementar, de modo a aprimorar o bem-estar da população em Mirandela?

2) Desenvolvimento Comunitário

2.1. Já ouviu falar no conceito de Desenvolvimento Comunitário? Que sabe dizer sobre o mesmo?

2.2. Considera as abordagens comunitárias, como estratégias de desenvolvimento local pertinentes para o concelho?

2.3. Atualmente a Rede Social de Mirandela e as instituições que a constituem, têm realizado intervenções que visam a cooperação da comunidade local?

2.4. Consegue dar alguns exemplos desse tipo de intervenções comunitárias?

2.5. Têm já alguma perspetiva para o futuro, no que toca à criação de mais iniciativas comunitárias, em Mirandela?

3) Cooperação “*top-down-top*”

- 3.1. Considera pertinente e relevante a maior cooperação entre a comunidade local e as entidades inseridas na Rede Social de Mirandela, de forma a criar soluções mais eficazes na resolução das problemáticas de Mirandela?
- 3.2. Poderá esta cooperação ser benéfica para essas instituições locais?
- 3.3. E para a comunidade mirandelense?
- 3.4. Considera que existem entraves para que esta relação ainda não se tenha intensificado em Mirandela? Quais?
- 3.5. E, por fim, em prole do desenvolvimento comunitário do concelho? Considera esta abordagem cooperativa uma mais-valia?

4) Sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo

- 4.1. Entre as instituições que integram a Rede Social de Mirandela, considera que existe uma relação de hierarquia, que permite a determinadas entidades condicionar as tomadas de decisão?
- 4.2. Podemos assim enquadrar essas relações interinstitucionais num cenário mais cooperativo ou competitivo?
- 4.3. Ao longo da concretização do diagnóstico da Rede Social de Mirandela, têm existido barreiras que impedem a cooperação entre as instituições e a própria rede?
- 4.4. Considera importante a existência de uma maior colaboração entre as instituições sociais locais?
- 4.5. Que informações ou dados consegue oferecer, de forma a caracterizar os níveis de associativismo em Mirandela?
- 4.6. Que tipos de associativismo são predominantes em Mirandela?
- 4.7. É possível determinar que as generalidades dessas instituições associativas assentam nas necessidades locais de Mirandela?
- 4.8. Que tipos de associativismo considera pertinentes em Mirandela e que se encontram ainda em falta?
- 4.9. Considera que as associações pertencentes à CLAS fazem um trabalho exemplar junto da comunidade local, de forma a ultrapassarem determinados problemas locais?

5) Participação Jovem

5.1. Que dados pode fornecer relativos à participação pública, nomeadamente jovem, em Mirandela?

5.2. Considera este fenómeno imprescindível para o bom funcionamento do concelho mirandense?

5.3. Atualmente, criar formas de gerar uma maior participação pública representa uma prioridade interventiva da Rede Social de Mirandela?

5.4. Considera que as instituições que integram a Rede Social de Mirandela estão abertas a colaborar com a população mais jovem, de modo a gerar uma maior participação pública?

CLDS 3G de Mirandela

1) Situação (geral) de Mirandela

1.1. De que forma caracteriza a realidade social, económica e ambiental, do concelho mirandense?

1.2. Pelo que foi apurado, existem três principais eixos de intervenção da CLDS 3G de Mirandela. É capaz de me falar um pouco sobre os mesmos?

1.4. Em que resultados se têm traduzido essas intervenções, a nível do concelho?

1.5. E que dificuldades têm sentido ao implementar algum tipo de projeto em Mirandela?

1.6. Quais as expectativas para o futuro da CLDS 3G de Mirandela e da sua intervenção no concelho?

2) Desenvolvimento Comunitário

2.1. Já ouviu falar no conceito de Desenvolvimento Comunitário? Que sabe dizer sobre o mesmo?

2.2. Considera as abordagens comunitárias, como estratégias de desenvolvimento local pertinentes para o concelho?

2.3. Por norma, tem a CLDS 3G de Mirandela trabalhado em cooperação com a comunidade local, de forma a gerar ideias para promover o desenvolvimento social do concelho?

2.4. Considera que os três eixos de intervenção da CLDS 3G de Mirandela, têm sido direcionados para a promoção do desenvolvimento comunitário?

2.5. Têm já alguma perspetiva para o futuro, no que toca à criação de mais iniciativas comunitárias, em Mirandela?

3) Cooperação “*top-down-top*”

3.1. Considera pertinente a criação de abordagens em que a população local e as entidades reguladoras, empresariais e associativas colaborem, de forma a promover o desenvolvimento local?

3.2. Ao longo da intervenção da CLDS 3G de Mirandela, tem-se feito esforços de forma a desenvolver o intuito dessas abordagens?

4) Sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo

- 4.1. Tem a CLDS 3G de Mirandela trabalhado em cooperação com outras instituições locais, de modo a implementar projetos sociais?
- 4.2. No que toca ainda à implementação de eventuais projetos, desenvolvidos pela CLDS 3G de Mirandela, considera que tem existido abertura, por partes de outras entidades locais, em apoiar a sua dinamização?
- 4.3. Que tipo de entraves têm sentido, aquando a implementação dos vossos projetos de intervenção?
- 4.4. Considera importante a existência de uma maior colaboração entre as instituições sociais locais?
- 4.5. Qual a perspetiva da CLDS 3G de Mirandela, face aos tipos de associativismo existentes no concelho?
- 4.6. Pode-se considerar a CLDS 3G como uma entidade que promove a sociedade civil?
- 4.7. Tem constatado uma maior, ou menor, participação da população local, em eventos dinamizados pela CLDS 3G de Mirandela?

5) Participação Jovem

- 5.1. Considera que os jovens mirandelenses têm uma postura bastante participativa em assuntos locais?
- 5.2. Na vossa perspetiva, consideram importante a maior participação jovem?
- 5.3. Poderá esse fenómeno ser uma mais-valia para a promoção do desenvolvimento social, em Mirandela?
- 5.4. Existe algum tipo de intervenção em vigor, por parte da CLDS 3G de Mirandela, que possibilite a maior participação pública dos jovens?
- 5.5. Na vossa opinião, qual a pertinência de um projeto que vise a participação jovem e o apoio a ideias planeadas pelos mesmos, em Mirandela?

Câmara Municipal de Mirandela

1) Realidade (geral) de Mirandela

1.1. De que forma caracteriza a realidade social, económica e ambiental, do concelho mirandelense?

1.2. Na sua opinião, quais são as principais problemáticas e necessidades mais sentidas em Mirandela?

1.3. Que tipo de estratégias tem adotado a Câmara Municipal de Mirandela, juntamente com os seus parceiros, que ajudem a ultrapassar essas mesmas problemáticas e necessidades locais?

1.4. Que tipos de dificuldades se sentem na implementação dessas estratégias?

1.5. Por outro lado, consegue enumerar alguns pontos-fortes e principais oportunidades característicos do concelho em questão?

1.6. Que expectativas tem a Câmara Municipal de Mirandela, relativamente à realidade social do concelho?

2) Desenvolvimento Comunitário

2.1. Já ouviu falar no conceito de Desenvolvimento Comunitário? Que sabe dizer sobre o mesmo?

2.2. Considera as abordagens comunitárias, como estratégias de desenvolvimento local pertinentes para o concelho?

2.3. E considera também que a Câmara Municipal de Mirandela procura atualmente recorrer a esta estratégia?

2.4. Tem tido a Câmara Municipal de Mirandela a preocupação em se aproximar da comunidade local, de modo a captar ideias para promover o desenvolvimento do concelho?

2.5. De que outras formas pretendem melhorar as vossas intervenções comunitárias no concelho mirandelense?

3) Cooperação “*top-down-top*”

3.1. Considera a aproximação e colaboração entre a Câmara Municipal de Mirandela e a comunidade local, importante para o bom funcionamento do concelho?

- 3.2. De que forma(s) é que procuram criar essa aproximação?
- 3.3. Por outro lado, acha que a população local tem tido a preocupação em procurar apoiar a Câmara Municipal de Mirandela, na realização de atividades de índole comunitária?
- 3.4. Que tipo de estratégias têm adotado para que se criem formas de intervenção que visem a confluência entre as várias entidades de ação social local, e população local?

4) Sociedade civil, associativismo e trabalho colaborativo

- 4.1. Como caracteriza a Sociedade Civil em Mirandela?
- 4.2. Considera importante a promoção de uma maior participação pública no concelho mirandense?
- 4.3. E de uma maior colaboração entre as instituições sociais locais?
- 4.4. Como descreveria a colaboração atualmente existente entre a Câmara Municipal de Mirandela e as associações locais? E as outras organizações da sociedade civil local?
- 4.5. De que forma(s) realiza essa aproximação?
- 4.6. Tem esse trabalho colaborativo trazido impactos positivos na eficácia das intervenções tanto da Câmara Municipal, como das instituições parceiras?
- 4.7. Que tipo de obstáculo(s) existe(m) na promoção da cooperação entre a Câmara e outras instituições?
- 4.8. Considera que as relações interinstitucionais, em Mirandela, são mais baseadas na competição ou na cooperação?
- 4.9. De que forma caracteriza os níveis de associativismo, no concelho mirandense?
- 4.10. Que tipo de entidades associativas/cooperativas considera essenciais para o desenvolvimento comunitário mirandense?
- 4.11. Poderá vir a ser uma boa estratégia gerar entidades do terceiro setor, com o propósito de viabilizar a promoção de uma maior Sociedade Civil, no concelho?

5) Participação Jovem

- 6.1. Na opinião da Câmara Municipal de Mirandela, que eventuais vantagens poderão ser criadas, para o concelho, se existir uma maior aposta em incentivar a participação da população mais jovem, em assuntos comunitários?

6.2. Que estratégias tem a Câmara Municipal de Mirandela implementado, que promova esta participação?

6.3. Considera a crescente participação jovem, uma forma de aprimoramento da democracia portuguesa?

6.4. Acha pertinente a criação de uma entidade associativa que promova a participação jovem, em Mirandela?

6.5. E sobre um projeto associativo que vise o apoio à criação e implementação de ideias, planeadas por jovens?

6.6. Que tipo de apoios poderá a Câmara Municipal de Mirandela oferecer a um projeto deste tipo?

ANEXO 2. Análise das entrevistas semiestruturadas (tabelas)

Tabela 17. Tabela de resultados da entrevista à Rede Social de Mirandela

Entrevista Rede Social de Mirandela - Principais ilações		
Temática	Ilação	Citação
1. REALIDADE MIRANDELENSE	a) Vasto leque de respostas sociais em variadas esferas sociais, nomeadamente na área da infância e juventude;	Resp. Rede Social: “[...] existem várias respostas sociais em múltiplas valências, desde a área da infância, área da terceira idade [...]”.
	b) Aposta das instituições particulares com fins lucrativos, na área da terceira idade;	Resp. Rede Social: “[...] começa a haver uma importância das instituições particulares com fins lucrativos e a aposta nessa área do envelhecimento.”.
	c) Espera-se um enquadramento das associações locais no Órgão Plenário do CLAS - Concelho Local de Ação Social de Mirandela;	Resp. Rede Social: “Ah... tentá-las fazer parte do órgão plenário do CLAS...portanto, vai ser feito esse convite. Aliás, têm já participado em algumas ações e atividades, no último ano, no âmbito do plano de atividades da Rede Social, e isto é uma intervenção a pensar no futuro.”.
	d) Existência de um trabalho de colaboração entre as instituições sociais locais, fomentado e gerido pela Rede Social de Mirandela;	Resp. Rede Social: “Portanto, as nossas grandes oportunidades trabalham pela promoção e pela efetivação do trabalho em parceria. Ah...aliás, essa será sempre o motor de arranque do próprio programa da Rede Social.”.
	e) Lacunas na intervenção nas áreas relacionadas com a saúde mental, toxicodependências e casas de emergência social;	Resp. Rede Social: “[...] o próprio sistema a nível nacional não permite que haja ah... esse crescimento de resposta, dessas respostas a nível local.

		<i>Nomeadamente a nível da saúde mental, a nível das toxicodependências [...] ao nível de casas de emergência social...respostas sociais na área da violência doméstica [...]"</i>
	f) Incapacidade em oferecer determinadas respostas à escala local, devido a obstáculos impostos pelo “próprio sistema a nível nacional”;	Resp. Rede Social: “[...] existem também algumas falhas ao nível das respostas sociais, não por falta de interesse ao nível das entidades locais, mas talvez também o próprio sistema a nível nacional não permite que haja ah... esse crescimento de resposta, dessas respostas a nível local.”
	g) Sobrelotação das creches e incapacidade de conciliar a vida profissional e familiar;	Resp. Rede Social: “Na área da infância, as creches são uma das necessidades...há sempre listas de espera enormes. [...] A necessidade de conciliar a vida profissional, com a vida familiar, também continua a ser uma necessidade [...].”
2.DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	a) Para a técnica da Rede Social de Mirandela, albergar por estratégias que promovam o desenvolvimento comunitário é, de todo, pertinente;	Bruno: “Ora...passando um bocado para questões sobre o Desenvolvimento Comunitário, cá de Mirandela: [...] gostaria de lhe perguntar, se acha pertinente este tipo de estratégia de desenvolvimento, cá para Mirandela.” Rep. Rede Social: “Sim, sim, sem dúvida que é importante!”
	b) Já foram realizadas algumas dinâmicas que visaram o desenvolvimento comunitário, nomeadamente na área do envelhecimento;	Rep. Rede Social: “[...] nós aceitamos um desafio da Rede Europeia Anti-pobreza, nós quer dizer... a Autarquia através da Rede ah...em que chamamos ahm...a população com mais de 65 anos de idade [...] para promover ideias

		<i>ah... para programas de desenvolvimento na área da terceira idade, mais a nível do envelhecimento ativo”</i>
	c) Tais dinâmicas são muito esporádicas e escassas, tendo em conta à sua pertinência e à sua eficácia, a nível local;	Bruno: <i>“E acha que tem vindo a ser cada vez mais presentes, esse tipo de estratégias?”</i> Rep. Rede Social: <i>“Houve, mas devia haver mais.”</i>
3. COOPERAÇÃO “TOP-DOWN-TOP”	a) Para a entrevistada, é necessária a criação de mais metodologias participativas, que promovam a participação da população local;	Rep. Rede Social: <i>“Deveria haver mais, na minha opinião. Sou realista, pronto...[...] As instituições...pronto...tem havido essa questão, essa importância, essa necessidade, a nível das reuniões de focus group, não é? Mas na realidade quem vem mais, são as representantes das instituições.”</i>
4. SOCIEDADE CIVIL, ASSOCIATIVISMO E TRABALHO COLABORATIVO	a) Limitações a nível de intervenção associativa, devido a dificuldades financeiras e falta de recursos;	Rep. Rede Social: <i>“[...] estão assim um bocado limitados ao nível de...de...eu acho que eles poderiam participar mais, mas na realidade é que elas também têm muitas dificuldades quer a nível financeiro, quer às vezes a nível da falta de recursos...são limitações mais...que não dependem delas.”</i>
	b) A nível de trabalho colaborativo, as associações locais tendencialmente apoiam a Rede Social de Mirandela, partilhando informações para a sua coleta de dados. Para além disso, estas instituições associativas também colaboram com esta	Rep. Câmara: <i>“Ah... a nível de cedência de dados, a nível de ah... de dinamização de qualquer ação ou atividade...eles têm trabalhado...têm colaborado. Não posso dizer o contrário.”</i>

	entidade, no que toca à dinamização de eventos;	
	c) Esta técnica da Rede Social de Mirandela afirma também que as respostas atuais, oferecidas por todo o tipo de associações existentes no concelho, assentam nas necessidades locais;	<p>Bruno: “Ah... consegue determinar se as respostas que essas instituições têm dado, têm sido pertinentes, face aos contextos sociais que existem?”</p> <p>Resp. Rede: “Muito pertinentes. Muito pertinentes...Aliás, todas elas esforçam-se muito por candidaturas, programas, projetos...portanto não se cingem só aquelas que são bastante dinâmicas, na realidade.”</p>
	d) Carência de respostas associativas nas áreas da saúde mental, violência doméstica, dependências, comportamentos desviantes e participação jovem;	<p>Bruno: “Hm... e no seu parecer, que tipo de outras associações lhe parece que ainda estão em falta, cá em Mirandela?”</p> <p>Resp. Rede: “Respostas sociais na área da saúde mental, violência doméstica, ah...e áreas das dependências e comportamentos desviantes. [...] na área da primeira infância, na terceira idade...mas essas são aquelas que efetivamente não existem.”</p>
	e) Ativação do Banco Local de Voluntariado e valorização de uma maior participação pública, em Mirandela;	<p>Rep. Rede Social: “...aqui o voluntariado é aqui uma questão bastante pertinente. Aliás, a Câmara Municipal tem apostado na ativação do Banco Local de Voluntariado [...]”</p>
5. PARTICIPAÇÃO JOVEM	a) Apesar de a Rede Social de Mirandela não ter dados concretos, acerca da participação jovem, a técnica atribui bastante importância a esta temática, tendo-a já	<p>Rep. Rede Social: “[...] não tenho esses dados. Sou direta. [...] Sim, sim...aliás, há o dia da promoção...já tinha falado com o Sr. Vereador...é uma área que gostaria que tivesse presentes no próximo PDS, que é a questão do</p>

	<p>proposto para ser integrada no próximo PDS.</p>	<p><i>associativismo e das associações. Não só de jovens, mas em geral...”</i></p>
	<p>b) As questões da participação jovem não têm sido trabalhadas por parte desta entidade. No entanto, tal questão não tem sido decorada ao longo do planeamento do próximo PDS.</p>	<p>Bruno: <i>“De certa forma, considera que a Rede Social tem vindo a trabalhar nesta área...de promoção de participação pública, por parte dos jovens?”</i></p> <p>Rep. Rede: <i>“Não. Acho que tem havido uma falha. Devemos ter mais atenção no próximo PDS, no próximo diagnóstica social acerca desta situação.”</i></p>

Tabela 18. Tabela de resultados da entrevista à CLDS 3G de Mirandela

Entrevista CLDS 3G de Mirandela - Principais ilações		
Temática	Ilação	Citação
1. REALIDADE MIRANDELENSE	a) Cidade com “bastantes carências”;	Rep. CLDS 3G: “[...] Mirandela é uma cidade com bastantes carências [...]”
	b) Insuficiência de respostas no apoio a casos de pobreza, na cidade de Mirandela;	Rep. CLDS 3G: “[...] existe efetivamente muita pobreza e que as respostas não são tantas como seria desejável.”
	c) Aldeias constituídas por pessoas que vivem de rendimentos sociais e de agricultura de subsistência;	Rep. CLDS 3G: “Portanto a nível social existem efetivamente muitas carências, estamos a falar de aldeias onde a maioria das pessoas vive de rendimentos sociais, vive de agricultura de subsistência, obviamente essas aldeias têm muitas carências, económicas, sociais [...]”
	d) É um concelho geograficamente grande e com aldeias dispersas e de difícil acesso;	Rep. CLDS 3G: “[...] Mirandela é uma cidade com bastantes carências, é um concelho grande, tem aldeias bastante dispersas e é complicado chegar lá.”
	e) Existência de dificuldades em apoiar famílias carenciadas, devido à incapacidade em penetrar na esfera privada;	Rep. CLDS 3G: “Também existe um fenómeno que eu acho que deve ser falado, que é: às vezes as pessoas não querem ser ajudadas, as pessoas querem que lhes façam tudo e não fazem um esforço para ser ajudadas.”
	f) Lapso de estratégias que fomentem a “formação pessoal” dos indivíduos que pertencem a famílias precárias;	Rep. CLDS 3G: “Eu acho que o que falta um bocadinho, obviamente que há carências que não são suprimidas só com apoios, eu acho que a formação pessoal devia ser um pormenor mais bem trabalhado com essas famílias.”

	g) Poucas entidades associativas que trabalham na área do apoio ao empreendedorismo;	Rep. CLDS 3G: “ <i>Até porque acho que não são assim tantas as associações que apoiam o empreendedorismo em Mirandela. Acho que existe uma grande carência a esse nível.</i> ”
	h) Desconhecimento das medidas de apoio ao emprego, por parte da população local;	Rep. CLDS 3G: “[...] <i>existe um grande desconhecimento por parte da população em termos de medidas de apoio e incentivo ao emprego da camara municipal.</i> ”
	l) Pouca divulgação de medidas de apoio e incentivo ao empreendedorismo;	Rep. CLDS 3G: “[...] <i>eu acho que não existe divulgação, pelo menos tão efetiva e incisiva como deveria haver de parte dos regulamentos camarários.</i> ”
	j) Grande homogeneidade e pouca diversificação dos serviços prestados em Mirandela;	Rep. CLDS 3G: “ <i>Acho que Mirandela tem que diversificar um pouco mais a sua oferta, existem muitos serviços que nos queremos e em Mirandela não conseguimos encontrá-los. São lacunas.</i> ”
2. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	a) Grande importância e pertinência de abordagens comunitárias, no processo de desenvolvimento de Mirandela;	Rep. CLDS 3G: “ <i>O desenvolvimento comunitário é muito importante, no sentido em que aproxima as pessoas. Para mim, é um ponto fundamental. Para além de colmatar algumas necessidades que haja [...] promove muito o desenvolvimento social [...] permite identificar problemas e combatê-los. Eu acho que... faz sempre sentido falar em desenvolvimento comunitário, e acho que deve ser apoiado ao máximo.</i> ”
3. COOPERAÇÃO “TOP-DOWN-TOP”	a) Elevada importância em ir de encontro à população	Rep. CLDS 3G: “ <i>Puxar esse público para nós e fazê-lo sentir</i> ”

	<p>local, de forma a enquadrá-los na tomada de decisão, no que toca a estratégias para o desenvolvimento e colmatar determinadas necessidades localizadas;</p>	<p><i>integrado, fazê-lo sentir-se ...efetivamente integrado e...deixá-lo participar nas decisões. E...e na resolução dos problemas [...] Temos que atuar de forma localizada, tendo em conta o nosso público-alvo. Ok? E sempre de forma a fomentar essa participação...ou seja, ah...ir lá só para ouvir aquilo que as pessoas têm a dizer não é suficiente. É preciso depois efetivamente trabalhar os temas que elas pedem [...]"</i></p>
<p>4. SOCIEDADE CIVIL, ASSOCIATIVISMO E TRABALHO COLABORATIVO</p>	<p>a) Poucos fundos monetários para auxiliar as associações no seu trabalho interventivo a nível local;</p>	<p>Rep. CLDS 3G: “[...] se a conjuntura o permitisse, estou em querer que as associações teriam apoio e conseguiriam fazer um trabalho muito mais efetivo e muito mais incisivo, no terreno. Sem apoios é muito complicado, não é? Porque é preciso dinheiro, é preciso equipamentos, é preciso criar condições para ajudar.”</p>
	<p>b) Associações culturais e recreativas, outrora sedeadas nas pequenas aldeias, têm vindo a desaparecer;</p>	<p>Rep. CLDS 3G: “[...] nos anos 80-90, acho que não havia uma aldeia que fosse, no país, que não tivesse uma associação cultural e recreativa. [...] Ah...atualmente, se for a uma aldeia, o chamado Centro Cultural e Recreativo, que existia, resume-se a um cafezinho, onde o idoso vai tomar o seu café e...atividades, nomeadamente realizadas, em concreto, não existem. É algo que ficou de nome só, e não funciona.</p>
	<p>c) O propósito da generalidade das associações sedeadas em</p>	<p>Rep. CLDS 3G: “É assim...eu acho que nós, em Mirandela, até temos...até temos algumas</p>

	Mirandela, assenta nas necessidades locais;	<i>associações que trabalham muito bem certas temáticas. E acho que hm...acho que nós estamos bem servidos de associações.”</i>
	d) Falta de associações que atuem no âmbito cultural e recreativo;	Rep. CLDS 3G: <i>“E acho que hm...acho que nós estamos bem servidos de associações. Nos outros âmbitos...nas culturais e recreativas, eu acho que nós temos um bocadinho de falta e... eu acho que isso está patente nos eventos e...e no dia-a-dia da cidade.”</i>
	e) Grande número de eventos dinamizados pela Autarquia, e poucos realizados pelas Juntas de Freguesia, e pelas associações locais;	Rep. CLDS 3G: <i>“Se calhar poderia haver mais eventos [...] Não só dinamizadas pela Autarquia, porque efetivamente existe muita coisa que é dinamizada pela Autarquia, mas dinamizada pelas Juntas de Freguesia, pelas associações locais...”</i>
	f) Existência de associações que oferecem respostas pouco vulgares, noutros concelhos.	Rep. CLDS 3G: <i>“Agora pronto...existe uma série de respostas que são dadas aí por algumas associações que...noutros locais não há! Por isso, a esse nível, eu vou-lhe dar um exemplo: o Gabinete de Alzheimer, não existe em todo o lado.”</i>
5. PARTICIPAÇÃO JOVEM	a) Dicotomia de participação jovem, associada a uma maior capacidade mobilizadora das associações, no litoral, do que no interior;	Rep. CLDS 3G: <i>“[...] nos anos 80-90, acho que não havia uma aldeia que fosse, no país, que não tivesse uma associação cultural e recreativa. Muitas delas foram fechando, por falta...obviamente com a desertificação do interior, e envelhecimento da população também não ajudam a manter essas associações de pé. E notamos em...em locais mais</i>

		<i>populosos e...e...e mais perto do litoral...pronto, as grandes cidades...notamos que em algumas aldeias continuam a manter a tradição do associativismo e continua a fomentar e a puxar, para si, os jovens. No interior, eu acho que isso, por e simplesmente, não está a funcionar.”</i>
	b) De uma forma geral, existem cada vez menos práticas de sociedade civil, entre os jovens;	Rep. CLDS 3G: <i>“E acho que cada vez mais existe menos envolvimento por parte dos jovens, nos problemas da sociedade.”</i>
	c) As escolas deveriam ter, cada vez mais, a responsabilidade em promover práticas mais participativas entre os jovens;	Rep. CLDS 3G: <i>“E aí acho que a escola tem um papel fulcral. Então e a cidadania tem mesmo que ser uma componente fundamental nas escolas, se queremos que eles sejam participativos no desenvolvimento comunitário, da própria sociedade...nós temos mesmo que trabalhar muito bem a cidadania.”</i>
	d) Existe pouca auscultação da opinião da população mais jovem, relativamente a assuntos comunitários.	Rep. CLDS 3G: <i>“E não só. Eu acho que ouvimos muito pouco os jovens. [...] E se calhar aprendemos muito com os jovens, pois eles são apreendedores, têm boas ideias, eles por vezes não têm é apoio para executar essas ideias.”</i>

Tabela 19. Tabela de resultados da entrevista à Câmara Municipal de Mirandela

Entrevista Câmara Municipal de Mirandela - Principais ilações		
Temática	Ilação	Citação
1. REALIDADE MIRANDELENSE	a) Elevada empregabilidade no terceiro setor (setor de serviços);	Rep. Câmara Municipal: “[...] caracterizo a realidade económica como uma região que vive essencialmente de serviços...a esmagadora maioria da população vive de serviços [...]”
	b) Reduzida percentagem de trabalhadores no setor primário (agricultura e pecuária);	Rep. Câmara Municipal: “[...] temos no meio rural uma pequena percentagem que consegue sobreviver ah...exclusivamente da...da agricultura e da pecuária, mas é residual.”
	c) Pouca empregabilidade, nomeadamente para a população mais jovem licenciada;	Rep. Câmara Municipal: “Ah...e em termos de empregabilidade, neste momento verifica-se que estamos numa fase de poucas oportunidades para os jovens...em particular para os jovens licenciados.”
	d) Muitas famílias carenciadas, nomeadamente famílias jovens;	Rep. Câmara Municipal: “Temos, infelizmente, muitas famílias carenciadas, famílias jovens, e temos também crianças, associadas a essas famílias, que precisam de apoio social aos quais a Câmara Municipal, no âmbito dos seus regulamentos vai prestando...está...na linha da frente.”
	e) Crianças, associadas a famílias precárias, também com necessidades;	
	f) Câmara Municipal tem proporcionado várias formas de apoio a essas famílias e crianças necessitadas;	
	g) Reabilitação urbana centrada nos espaços verdes;	Rep. Câmara Municipal: “[...] do ponto de vista que tem sido as operações de reabilitação urbana e, na cidade de Mirandela, nota-se claramente uma preocupação grande para os espaços verdes, a essência de muitos espaços verdes

		<i>e, também, a manutenção desses espaços verdes.”</i>
	h) Território com potencialidades a nível ambiental, nomeadamente a nível de turismo-natureza;	Rep. Câmara Municipal: <i>“A nível concelhio, nós somos um território com grandes potencialidades, mesmo a nível ambiental, nomeadamente o turismo-natureza ah...e a qualidade ambiental, na minha opinião, é de excelência.”</i>
	<p>i) Prestação de vários tipos de apoios, por parte da Câmara Municipal de Mirandela:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em questões de saúde e compra de medicamentos; • Em questões de deslocação para consultas fora de Mirandela; • Em questões de alimentos, em colaboração com o banco alimentar da Santa Casa da Misericórdia e Cruz Vermelha; • Apoio com cedência de roupas; • Atendimento semanal às famílias carenciadas; • Apoio na reabilitação e recuperação habitacional; 	Rep. Câmara Municipal: <i>“[...] questões relacionadas com a saúde ah...apoios na compra de medicamentos. A própria deslocação para consultas fora de Mirandela e, depois, também questões relacionadas com a própria carência de alimentos. Também prestamos apoio com roupa, em colaboração com o banco alimentar da Santa Casa da Misericórdia, e com a Cruz Vermelha [...] A Câmara Municipal tem um atendimento semanal às famílias carenciadas [...] Em relação à habitação, também temos um programa de apoio à recuperação das habitações próprias [...]”</i>
	j) Qualidade de vida atrativa, na cidade de Mirandela;	Rep. Câmara Municipal: <i>“Também o próprio ambiente e qualidade de vida da nossa cidade</i>

		<i>ah...também são pontos atrativos [...]”</i>
	k) Concelho coberto por todos os graus de ensino;	Rep. Câmara Municipal: “[...] <i>temos o concelho coberto em todos os graus de ensino: desde o pré-escolar até ao ensino superior...é um ponto muito forte, para o nosso concelho [...]”</i>
	l) Tecido empresarial se encontra em desenvolvimento;	Rep. Câmara Municipal: “[...] <i>ah...estamos em querer que o tecido empresarial também estará em desenvolvimento [...]”</i>
2. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	a) Segundo o representante da Câmara Municipal de Mirandela, abordagens comunitárias são já uma realidade em Mirandela	Rep. Câmara Municipal: “[...] <i>uma abordagem comunitária nesse contexto já é uma realidade em Mirandela, como é uma realidade, a meu entender, em todos os Municípios do país, e do próprio Governo central [...]”</i>
3. COOPERAÇÃO “TOP-DOWN-TOP”	a) O representante da Câmara Municipal de Mirandela considera, portanto, fundamental que haja uma boa cooperação entre a comunidade local e a própria Câmara;	Bruno: “[...] <i>ah...considera a aproximação e a colaboração entre a Câmara Municipal de Mirandela e a comunidade local, importante para o bom funcionamento do concelho?”</i> Rep. Câmara Municipal: “ <i>Fundamental.</i> ”
	b) Essa cooperação é feita através das instituições; de sessões de esclarecimento; seminários; e também através da aceitação de propostas vindas dos próprios municípios;	Rep. Câmara Municipal: “ <i>Convidamos todas as IPSS’s, Instituições Culturais e Desportivas do nosso...do nosso concelho...e através de ah...de um conjunto de ações em que nós fazemos sessões de esclarecimento ah...seminários para...para difundir a nossa... as</i>

		<i>nossas atividades e também aceitar que os munícipes se façam ...propostas [...]"</i>
4. SOCIEDADE CIVIL, ASSOCIATIVISMO E TRABALHO COLABORATIVO	a) Criação recente de um Banco Local de Voluntariado;	Rep. Câmara Municipal: “[...] neste caso também através de um programa de voluntariado que iniciamos há pouco tempo e que incluímos também empresários e pessoas em individual.”
	b) A participação pública é considerada como um fator importante;	Rep. Câmara Municipal: “E então é preciso envolver nesse processo de dinamização da comunidade, tanto a nível económico, como a nível social e cultural, a nível nacional todos ah...todos os munícipes.”
	c) Sociedade civil bastante “atenta”, “participativa” e que “adere muito positivamente a causas sociais”;	Rep. Câmara Municipal: “Caracterizo a sociedade civil, em Mirandela, como muito atenta, participativa, e que adere muito positivamente a causas sociais e causas que estejam em...que tenham a ver com o...o concelho e a promoção do nosso concelho.”
	d) Inexistência de entraves à intervenção, por parte da Câmara Municipal de Mirandela;	Rep. Câmara Municipal: “Não...não temos ah...tido...ah...grandes problemas...pelo contrário. Como disse, desde que as ações sejam bem promovidas, bem divulgadas, bem explicadas à população, por norma ah... o feedback que tenho é que os munícipes, a população em geral, adere a essas causas...de forma positiva.”
5. PARTICIPAÇÃO JOVEM	a) Quando chamados, os jovens participam em eventos concretos;	Rep. Câmara Municipal: “[...] ahm...sinto quando os jovens são chamados para um determinado projeto em concreto, os jovens participam e aderem.”

AJIL – Associação de Jovens para a Intervenção Local

	b) Não existe uma forte dinâmica de associativismo juvenil;	Rep. Câmara Municipal: “ <i>No dia-a-dia, de facto, não há uma dinâmica de... de associativismo juvenil muito forte [...]</i> ”
--	---	--

ANEXO 3. Guião do *Focus Group*

1. Mirandela e os Jovens

1.1. O que sabem dizer sobre a realidade atual de Mirandela? Quais acham ser os seus pontos-fortes e pontos-fracos?

1.2. Na vossa opinião, quais acham ser os principais fatores que levam os jovens a abandonar as regiões do interior, atualmente?

1.3. Quais as vossas perspetivas para o futuro? Pretendem ficar a residir em Mirandela?

1.4. E quais são as razões que vos levam a fixar-se neste concelho?

1.5. Enquanto jovens, sentem-se capazes de implementar melhorias na realidade mirandelense? O quê?

2. Desenvolvimento Comunitário

2.1. Consideram importante uma maior cooperação entre instituições locais e a comunidade mirandelense, de forma a promover o desenvolvimento? Porquê?

2.2. Na vossa opinião, acreditam que existe um sentimento de comunidade e interajuda em Mirandela?

2.3. Podemos afirmar que os jovens são aqueles que poderão mudar as tendências demográficas, sociais, económicas e ambientais do interior português?

3. Participação Jovem

3.1. «Os jovens de hoje-em-dia, são muitas vezes vistos como pessoas desinteressadas e pouco participativas.» Concordam com esta afirmação?

3.2. Consideram que a população jovem, de Mirandela, tem a preocupação em participar ativamente no desenvolvimento do concelho?

3.3. E vocês? Consideram-se jovens participativos? Porquê?

3.4. Consideram benéfico, também para os jovens, ao se tornarem mais participativos? De que forma(s)?

3.5. Na vossa opinião, quais são os principais fatores que levam os jovens a ser mais participativos?

3.6. De certa forma, sentem que as instituições sociais de Mirandela se aproximam de vocês, de modo a tentar motivar-vos a cooperarem com elas nas suas atividades?

3.7. Poderá ser a participação jovem um abre-portas para a criação do seu futuro em Mirandela?

4. Associativismo e Sociedade Civil

4.1. Consideram o associativismo e o voluntariado importantes para promover o desenvolvimento de Mirandela?

4.2. Qual será o primeiro pensamento dos jovens mirandenses, quando se fala em Sociedade Civil?

4.3. Na vossa opinião, quais os fatores mais apelativos aos jovens, que os levam a participar mais ativamente junto de associações locais?

5. AJIL - Associação de Jovens para a Intervenção Local

5.1. Consideram importante a criação de uma associação, como a AJIL, que promova a maior participação dos jovens, em Mirandela? Porquê?

5.2. E de uma associação que disponibilize apoio e formação a jovens, para implementarem as suas ideias? Porquê?

5.3. Se vos convidasse a fazer parte deste projeto associativo, estariam dispostos a participar? Porquê?

5.4. Por fim, o projeto AJIL - Associação De Jovens para a Intervenção Local parece-vos pertinente face à realidade mirandense e aos níveis de participação jovem, no concelho?